

cadernos do terceiro mundo 17

setembro 1979

40\$00 KZ 40,00 ESC 40\$00 PG 40,00 — ANO II N.º 17

SAHARA OCIDENTAL
PARA QUANDO A PAZ?





pretende completar
a sua coleção dos
cadernos do
terceiro mundo ?

dirija-se, por carta, à
TRICONTINENTAL EDITORA, LDA.
Rua Pinheiro Chagas, 41-2.º Dt.
1000 LISBOA

ou pessoalmente a uma das seguintes livrarias

CDL — Livraria Popular de Angra — Rua D. Amélia, 78-80 *Angra do Heroísmo*
Livraria Popular de Beja — Rua Mértola, 89 *Beja*
Interlivro — Terreiro da Erva, 6 *Coimbra*
Livraria Bento Jesus Caraca — R. Alcárçova de Baixo, 13-*Évora*
Livraria Popular de Faro — R. 1.º de Dezembro, 13 *Faro*
Interlivro — R. Pedro Nunes, 9-A *Lisboa*
CDL — Av. Santos Dumont, 57-C *Lisboa*
Livraria Popular dos Olivais — R. Cidade Quelirmame, 3-C *Lisboa*
Livraria 18 de Janeiro — R. Antónia Campos Júnior, 18 *Marinha Grande*
Livraria Avante — R. de Aviz, 26 *Porto*
Livraria Caminho — R. Pedro de Santarém, 41 *Santarém*
Livraria Mundo Novo — Av. da República *Setúbal*
Livraria Popular de Viana — R. da Picota, 38-40 *Viana do Castelo*
Livraria Soeiro Pereira Gomes — R. Serpa Pinto, 77 *Vila Franca de Xira*

ou
Opinião — R. Nova da Trindade, 24 *Lisboa*

nesta edição

cadernos do terceiro mundo

AMÉRICA LATINA

- 8 Equador — Os problemas de Roldós — Jorge Steinleger
14 México — As eleições parlamentares — Robert Remo
19 Porto Rico — A crise do colonialismo
23 Uruguai — Crise ministerial silenciosa
25 Sindicato — Avanços na unidade sindical Latino-americana

ÁFRICA

- 28 Sahara Ocidental — Triunfo da Polisário — Ricardo Grassi
38 Angola — «Resolver os problemas do povo» — Mário Junqueira
46 Cabo Verde — O povo fala a sua língua — Carlos Coimbra
50 Ghana — Operação «limpeza» — Blamuel Njururi
53 — Questões de mudança
55 Zimbabue — Estratégias semelhantes
57 — Uma nova iniciativa — Alves Gomes
61 Quénia — Movimento operário bloqueado

MÉDIO ORIENTE

- 63 Se arder os poços... — Neiva Moreira

ÁSIA

- 69 Vietnam — O problema dos refugiados — Wilfred Burchett
76 China — Abertura ao Ocidente — Agustín Castaño
79 Coreia — «Milagre económico» e direitos humanos
81 Turquia — Opção europeia — John Robert

NÃO ALINHADOS

- 83 Terceiro Mundo — O que é?
89 Os direitos da mulher — Micaela Ramada
91 Havana — A maior reunião de sempre — Leopoldo Formoso

ESPECIAL — ENTREVISTA

- 93 Brasil — Loenel Brizola — Mário Osava

98 PANORAMA

CULTURA

- 103 Carifesta — Luvis Pedemonte
106 Grupo Vissungo — Augusto Takobskind

INFORMAÇÃO

- 112 «Imagem correcta da África» — Makwala Kuhenga
114 Vozes alternativas no Chile

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- 118 A «Revolução Verde» — Maurice Jacques
122 ALMANAQUE

cadernos do
terceiro
mundo

Rua das Lapa 180
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



Publicação Mensal — N.º 17 — Setembro 1979

Edição em Português dos «Cuadernos del Tercer Mundo»
e «Third World»

Director: Pablo Piacentini

Editor Internacional: Neiva Moreira

Editora Adjunta: Beatriz Bissio

Redactor-Chefe: Roberto Remo

Apartado Postal 20-572 — México 20, D. F.

Edição em Espanhol — Ano III — n.º 33

Periodistas del Tercer Mundo, A. C.

San Lorenzo 153, Desp. 406

México 12, D. F. — Tel. 559-3013

Editor: Gerônimo Cardoso

Edição em Inglês — Ano I — n.º 4

Editor: Fernando Molina

Edição em Português — Ano II — n.º 17

Propriedade

Tricontinental Editora, Lda.

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º — Telef. 56 13 30

Lisboa 1000 — Portugal

Redacção e Administração:

Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º, Dt.º

Editor: Altair L. Campos

Administração: Ernesto Pádua

Redacção: Baptista da Silva, Leonel Moura, Mário Osava

Colaboram neste número:

Agustín Castaño, Alves Gomes, Augusto Jakobskind, Blamuel Njururi, Carlos Comitini, John Roberts, José Steinsleger, Leopoldo Formoso, Luvís Pedemonte, Makwai Kuhenga, Mário Júnqueira, Maurice Jacques, Micaela Ramada, Palomo, Ricardo Grassi e Wilfred Burchett.

Os Cadernos do Terceiro Mundo utilizam os serviços de:

Agência de Informação Moçambicana (AIM), Angola Press (ANGOP), Inter Press Service (IPS), Irakian National Agency (INA), SHIHATA (Tanzânia), Nipon Agency News (NAN), e Prensa Latina (PL). Mantém intercâmbio editorial com as revistas Nueva (Equador), Tempo (Moçambique) e Novembro (Angola).

Distribuição: Dijornal/Distribuidora de Livros e Periódicos, Lda. — Rua Joaquim António de Aguiar, 64, 2.º, Dt.º — Lisboa.

Composição e Impressão: Empresa do Jornal do Comércio — Rua Dr. Luís de Almeida e Albuquerque, 5 — Lisboa 1200 — Portugal.

distribuição

ANGOLA: Empresa Nacional de Apoio Técnico do DEPI/MPLA/PT. Praça Farinha Leitão, 27, Luanda. **BELICE:** Cathedral Book Center, Belize City. **CABO VERDE:** Instituto Caboverdiano do Livro. Rua 5 de Julho, cidade da Praia. **COSTA RICA:** Librería Tercer Mundo, S.A., Contiguo Palacio Municipal. San Pedro Montes de Oca. **ECUADOR:** Ediciones Sociales, Córdoba 601 y Mendiburu, Guayaquil, Ecuador. Librería Siglo XX, García 420 y 6 de diciembre, Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo. Primera calle Poniente No. 1030. **ESTADOS UNIDOS:** Librería Libro-Libre. 220 W. 14th St., N.Y. 10011. **FRANÇA:** Centre des Pays de Langue Espagnole et Portugaise. 16 Rue des Ecoles, 15005 Paris. **GRÃ-BRETANHA:** Latin American Bookshop, 29 Islington Park Street, London. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e do Disco. Conselho Nacional da Cultura. **HOLANDA:** Athenaeum Bockhanel. Spui 14-16, Amsterdam. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi. Piazza de Montecitorio 59/60 Roma — Feltrinelli, via del Babuino, 41 Roma — Alma Roma, Piazza P. Paoli, 4-A Roma — Spagnoli, Via Monserrato, 35/6 Roma — Uscita Banchi Vecchi, 45 Roma. **MÉXICO:** Unión de Expedidores y Vozeadores de Periódicos. Humboldt No. 47, México 1, D.F. — Distribuidora Say Rois de Publicaciones, S.A. Mier y Pesado N.º 130, México 12, D.F. — Metropolitana de Publicaciones. Librerías de Cristal, y 100 librerías en todo el país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto Nacional do Livro e do Disco. Av. Ho Chi Minh, 103, Maputo. **PANAMA:** Librería Cultural Panameña, S.A. Av. España 16, Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camana 878, Lima 1. **PORTO RICO:** Librería Puerto Rico. Calle Huancaco 1009, Rio Piedras, San Juan — Librería La Tertulia, Amália Marín esq. ave. González, Rio Piedras. **REPÚBLICA DOMINICANA:** Instituto Americano del Libro. Calle Arzobispo Noel 358, Santo Domingo — Centro de Estudios de la Educación. Juan Sánchez Ramírez, 41, Santo, Domingo. S. **TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação Cultural Popular. **SUÉCIA:** Wenergren-Williams AB. S 10425, Stockholm. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas, S.A. Av. México Lechosa a Pte. Brion, Caracas.

correio

Felicitações

Venho por este meio felicitar-vos pelo vosso trabalho, único meio que tenho ao meu alcance para contactar com os povos que estão em luta contra a dominação colonialista, neocolonialista e imperialista. *Armando H. Lopes Ferreira, Vila do Conde, Portugal.*

Palestina

Espero que consigam uma edição em árabe como vocês se propõem efectuar, bem como um número (em dossier/entrevista) sobre a História e a luta do povo palestiniano. *Leonardo Verde, Ermezinde, Portugal.*

Correcção

A edição n.º 12 do mês de Março de 1979, na página 124, traz um erro no ano de independência da Índia. Em vez de 1947, está epografado 1974. *Pravin Kumar Amadas, Xai Xai, Moçambique.*

El Salvador

El testimonio sobre El Salvador de vuestra página 117, se lo hicimos llegar a un importante Comité de Solidaridad con ese pueblo que funciona en la ciudad francesa de Manosque (...) *Leonor Santos, Marseille, França.*

Oportunidade

Sou mais um dos indivíduos privilegiados a quem o sistema capitalista abre oportunidade de acesso não só ao estudo, como à Informação, para que possa mais tarde perpetuar suas injustiças, principalmente em se tratando de uma mulher que trará em si novos amanheceres. *Etiene Magalhães de Oliveira, Recife, Brasil.*

Terrorismo?

O tema principal deste número é tratado em nota do nosso editor internacional, Neiva Moreira, onde vemos a alternativa de comportamento que seria levado a cabo pela OLP, caso os Estados Unidos resolvessem pôr em prática e uso, a intervenção militar pura e simples, na ocupação e "protecção" dos campos petrolíferos árabes que tanto lhes são necessários. E a pergunta que fica no ar: seria "terrorismo"? Ao leitor de ler e melhor avaliar.

No nosso giro já habitual, começamos pela América Latina, onde o Equador, o México, Porto Rico e o Uruguai são abordados em aspectos que vão de processos eleitorais, às crises de governo subtilmente minimizadas, para finalmente falarmos dos avanços sindicais no continente latino-americano.

Na África, onde o problema do Sahara Ocidental e dos países envolvidos, Mauritânia, Marrocos, Argélia, Espanha, e é claro, da Frente POLISÁRIO, é mais uma vez apontado e analisado, passamos por Angola, Cabo Verde, Ghana e Zimbabwe.

Wilfred Burchett, nome que não necessita de apresentações, dá a sua visão do problema dos "refugiados" chineses "fugidos" do Vietnam, e ainda na Ásia, nossos colaboradores escrevem sobre a China, a Coreia e a Turquia, que Ecevit busca alinhar pelos padrões capitalistas ocidentais.

Com o decorrer da VI Cimeira dos Não-Alinhados em Havana, não poderíamos deixar de apresentar três notas introdutórias na nossa próxima edição, que tratará o importante acontecimento com o cuidado que merece. Para isso, estarão presentes na capital cubana, o nosso Editor Internacional, Neiva Moreira, e a sua adjunta, Beatriz Bissio.

Na área cultural, além de uma excelente nota sobre a Carifesta, reunião dos valores musicais do Caribe, o grupo Vissungo, de especiais características, diz-nos de como se faz divulgação cultural de um povo, para esse mesmo povo, e de todos os problemas que enfrenta.

Uma entrevista com o ministro da Informação da Tanzânia, e uma nota sobre as vicissitudes da Imprensa alternativa no Chile de hoje, configuram a secção de Informação.

E para terminar, fazemos uma análise do que é a tão decantada "Revolução Verde", que os tecnocratas da agricultura tanto elogiam, onde Maurice Jacques fala-nos da sua verdade, antes de encerrarmos a edição com o já quase no seu final Almanaque do Terceiro Mundo.

E pronto, fazemos votos de que mais uma vez a leitura da nossa revista seja proveitosa a cada um dos nossos leitores.

O Editor

editorial

as lições da Nicarágua

O triunfo da Frente Sandinista de Libertação Nacional oferece ensinamentos incalculáveis para o Terceiro Mundo e, em particular, para a América Latina, onde, com frequência, as forças progressistas aparecem divididas, envolvidas em ásperas e intermináveis discussões ideológicas. Mais de uma vez, a rivalidade entre essas forças apresentou-se mais combativa e hostil, do que as posições tomadas em relação aos representantes do sistema.

Em consequência, a grande lição com que nos brindou a Nicarágua, diz que a primeira tarefa de um movimento de libertação, deve consistir na distinção e caracterização clara do inimigo principal, e desligá-lo de todos os núcleos e sectores que manifestem contradições em diferente grau com aquele, e podem, por isso, participar em uma frente ampla.

Se, a partir daí, o movimento de libertação segue uma linha correcta, tarde ou cedo conseguirá aglutinar em torno de si as grandes maiorias, incluídos sectores da classe média, sem os quais, na América Latina, será difícil conseguir uma mudança revolucionária.

Com efeito, durante largo tempo, a FSLN apresentou-se como vanguarda que convocava o povo no seu conjunto, e apontava-lhe o caminho. Mas tanto os partidos identificados com os sectores médios e burgueses, assim como organizações empresariais, procuraram evitar a aliança que os sandinistas lhes propunham, e esforçaram-se em formar uma frente alternativa.

Buscando soluções de compromisso, obteve-se o patrocínio dos Estados Unidos para uma saída negociada com a ditadura. A FSLN manteve uma linha coerente, assim como uma luta sem tréguas. Isto fez com que o povo a identificasse como sua representante. E por, sua vez, a ampla adesão das massas conseguiu que todas as tentativas de criar uma alternativa, e desviar o rumo do processo, resultassem infrutuosos.

A Frente foi intransigente no fundamental, e flexível no complementar.

editorial

Conseguiu assim, por um lado, constituir, em plena guerra, uma Junta de Reconstrução Nacional, onde estiveram representadas as principais tendências da nação, e nisso provou a sua flexibilidade. Por outro lado, não aceitou nenhuma das condições que lhe pretendiam impor certos interlocutores internos, e externamente, os Estados Unidos.

A FSLN foi intransigente de uma maneira justa, ao rechaçar compromissos tais, como a preservação da Guarda Civil, e a participação do Partido Liberal na Junta, pois ambas eram criações directas do clã somozista, teriam implicado a preservação dos interesses somozistas, e a continuação da hegemonia norte-americana na Nicarágua.

Obteve-se, deste modo, um triunfo esmagador: derrotado e disperso o exército de Somoza, o Exército Popular controla o país. Não ficam representantes políticos ou económicos do clã. Os Estados Unidos, denunciante dos «perigos do sandinismo», teve finalmente que reconhecer a Junta. O movimento de libertação tomou o poder, e fê-lo de maneira completa, pois não admitiu concessões de fundo.

A conduta da Frente no plano interior, mostra uma coerência com a sua política externa. Ao apresentar ao Mundo a sua luta contra uma situação neocolonial imposta por uma longa e violenta ditadura, a FSLN estabeleceu relações e recebeu a solidariedade proveniente de todas as forças democráticas e progressistas, sem distinção.

Este apoio múltiplo foi, sem dúvida, um dos factores que isolaram os Estados Unidos, e frustraram a sua procura da alternativa à Frente. Esta abertura simultânea, interna e externamente, e o seu sucesso exemplar, é outro dos grandes ensinamentos da gesta nicaraguense. Prova o potencial que pode ser mobilizado por uma causa justa, mesmo num pobre e pequeno país, com uma acção eficaz.

A Nicarágua projecta-se agora para as tarefas de reconstrução nacional, para o estabelecimento de um Estado nacional. Esta nova etapa é tão trabalhosa e difícil, como a anterior.

editorial

O país foi assolado pela guerra civil, a sua estrutura económica foi destruída, as suas reservas monetárias saqueadas em acto póstumo da pilhagem somozista. Sufocado por uma pesada dívida externa de três mil milhões de dólares, deve atender e assistir centenas de milhares de refugiados, e ao mesmo tempo, colocar as bases da recuperação económica. A sangrenta e longa guerra civil entrega aos libertadores um país em ruínas, em extremo grau de subdesenvolvimento e dependência.

O custo económico que supõe a empresa de reconstrução nacional, é imenso, e resulta inatingível somente com as forças da nação. Por essa razão, Alfonso Robelo, membro da Junta, solicitou à comunidade internacional que financie um programa de 2500 milhões de dólares. A grave situação em que se encontra a Nicarágua, é a brecha por onde se pretende agora introduzir pressões que impeçam a revolução de alcançar as suas metas.

Em nome da Junta, Robelo denunciou: «A actual ajuda norte-americana é ínfima, em relação à dada após o terramoto de 1972, quando em poucas horas, transportou para Manágua dezenas de toneladas de alimentos e hospitais de campanha. Em qualquer caso é inferior à que havia prometido. Temos a impressão de que a lentidão em ajudar o nosso país, esconde uma pressão contra a nossa revolução».

É uma prudente maneira de afirmar que os Estados Unidos e o poderoso sistema internacional que a superpotência controla, condiciona o fornecimento da ajuda, para que esta não tenha carácter humanitário, mas que seja um meio de dominação.

Não deve ser estranho esse comportamento dos Estados Unidos. Eles são os directos responsáveis do drama nicaraguense, desde que instalou a dinastia Somoza. Na Nicarágua, a política do garrote durou até 1979, e derrotada esta por um povo em armas, Washington vale-se da diplomacia do dólar para manter o país de Sandino na órbita do império.

Se bem que sobressaia a atitude norte-americana, cabe

cadernos do
terceiro

mund o

Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957

assinalar que os demais países não se mostram à altura das exigências. O arcebispo de Manágua, Miguel Abando y Bravo, afirmou que enquanto a destruição é várias vezes superior à ocasionada pelo terramoto, o conjunto de cooperação internacional prestada agora não alcança os dez por cento daquilo que recebeu o governo de Somoza depois do sismo.

Seja então por cálculo, ou por indiferença, esta débil resposta é objectivamente uma ameaça à estabilidade da Junta, que ao assumir a direcção do país, necessita, como passo imediato, pôr em movimento a estrutura produtiva, os serviços sociais, e a máquina administrativa.

A falta ou a demora da ajuda, poderão ocasionar incalculáveis sofrimentos à população nicaraguense, e poderão demorar o atingir das metas que a Junta se fixou. Mas aqueles que especulam sobre a possibilidade de que assim agindo, conseguirão imprimir um novo rumo à Nicarágua, esquecem que este povo que demonstrou uma inflexível vocação de liberdade, fará novos sacrifícios para mantê-la, e rechaçará toda a tentativa de ingerência.

Durante a sua luta, a Nicarágua foi objecto de uma ampla solidariedade de parte dos movimentos progressistas e democráticos de todo o Mundo. Mas estes não devem se esquecer que a revolução será submetida a provas muito duras, e a maior desta dar-se-á em torno da ajuda e dos seus condicionamentos.

A mobilização pela Nicarágua deve, pois, prosseguir. Trata-se agora de denunciar as pressões estranhas, as manobras dos Estados Unidos, e as obrigações históricas que a superpotência contraíu para com este país. E, ao mesmo tempo, trata-se de promover uma vigorosa campanha que consiga fundos de todos os países, proporcionais aos problemas e sem condições.

A luta da Nicarágua continua.

Mas já não é uma luta armada contra uma tirania, mas pacífica, para libertar-se da miséria e da dependência, para afirmar a paz e a liberdade.



AMERICA LATINA

EQUADOR os problemas de Jaime Roldós

Complexos e profundos problemas políticos e económicos, herdados do regime militar, desafiam o novo presidente equatoriano, a começar por divisões no seio do seu próprio partido. O seu projecto reformista de governo enfrentará duras provas.

José Steinsleger

COM a tomada de posse de Jaime Roldós e Osvaldo Hurtado, finalizou-se o "plano de restruturação jurídica do Estado" conduzido pelas Forças Armadas, para constituir

pág. 8 n.º17/Setembro

cionalizar a vida política equatoriana num regime de Direito. Na sociedade e na economia do Equador, nada é mais como era há dez anos. Na década que termina, não houve transforma-

ções radicais para as tensas estruturas nacionais, mas reformaram-se orientações e alternativas à sombra da nova divisão internacional do trabalho.

Também cresceu a cons-

ciência nacional, expressa num leque de posições ideológicas que reclamam mudanças. E cresceram a miséria e a dependência orquestradas por novos sectores dominantes, interessados em conquistar a hegemonia nas entranhas do Estado. Os efeitos desta metamorfose são demonstrados por importantes alterações nos tradicionais esquemas políticos.

No plano eleitoral, os partidos "históricos" do Equador, o Liberal e o Conservador e seus satélites, foram derrotados; mas a direita política, longe de desaparecer, desloca-se e fortalece-se em novos partidos que retomam as suas bandeiras.

Para alguns, o triunfo da Concentração de Forças Populares (CFP), ou seja, do "populismo", significou o triunfo por herança do outro populismo, o do Velasco Ybarra, epicentro das expectativas equatorianas durante quase quarenta anos.

No entanto, há diferenças de fundo entre ambos os movimentos. Uma delas poderíamos encontrar na impossibilidade de complementar perfis históricos tão dispares como os do velho caudilho desaparecido, Velasco Ybarra e o de Assad Bucaram, líder máximo do CFP. A outra seria, no nosso entender, a diferença mais importante: a actual projecção de duas lideranças no interior da CFP.

De um lado, o presidente Jaime Roldós, alheio às táticas do caudilhismo tradicional e partidário de um projecto de poder em harmonia com a Democracia Popular (Cristã) e a social-democracia. Por outro, Bucaram, "terror da oligar-



O povo desce às ruas de Quito contra a carestia de vida

quia", que, para conseguir a metade mais um voto, e com eles, a presidência do Congresso, decidiu fazer um pacto oficial com o Partido Conservador, ou seja, com a mais rançosa oligarquia tradicional.

O pacto CFP-Partido Conservador foi protestado pelo presidente e pelo vice-presidente, enquanto Raul Clemente Huerta, outro notável das "forças vivas" e secretário-geral dos liberais, reconheceu que não tinha com o Senhor Bucaram "nenhuma razão de inimizade". Ou seja, que muitas semanas antes de se inaugurem as actividades parlamentares, a direita derrotada nas eleições cerrava fileiras junto aos seus partidários ideológicos da CFP, os bucaramistas.

"Nem mudança nem força", expressou Bucaram a propósito da palavra de ordem do binómio presidencial (a força da mudança). "Que transformação pode haver sem nós?", declarava ao mesmo tempo que se justificava a afirmar: "para ganhar as eleições de cargos

no Parlamento necessita-se de votos".

Roldós caracterizou os meios reaccionários analisando a personalidade do tenente-coronel (R) Rafael Armijos, com quem Bucaram chegou a entender-se: "Armijos foi um dos obstáculos para que se cumprisse o plano de constitucionalização do Estado, quando após a primeira volta eleitoral propôs que o arquitecto Sixto Durán Ballén apresentasse a sua renúncia e não participasse na segunda volta".

Aparentemente, a eventual plataforma governamental com a Esquerda Democrática (segunda força política do país), talvez destinada a marginalizar o sector bucaramista, foi o que fez Bucaram decidir-se a antecipar-se, aliando-se aos conservadores.

O cisma cefepista já se vinha configurando desde a segunda campanha, oportunidade em que os observadores destacaram a ausência de Bucaram em todos os actos. Inclusive, no dia da espectacular vitória da

CFP-DP, o caudilho assegurou que *desconhecia* o que era feito pelo advogado Roldós, com o que sugeria que o candidato triunfante actuava por sua própria conta. E quando Bucaram carregou as suas baterias contra Rodrigo Borja, do Partido Esquerda Democrática, Roldós agradeceu aos movimentos que o haviam apoiado, entre eles o de Borja.

Concentrados no programa de governo, Roldós e Hurtado mantiveram-se afastados das manobras de Bucaram. Por agora, a presidência conta com o apoio dos seus partidários e de outros sectores anti-bucaramistas, como a Democracia Cristã ou Popular, a Esquerda Democrática e algumas correntes da Frente Amplia de Esquerda. Mas Bucaram é homem de manhas aperfeiçoadas e conta com a presidência do Parlamento, a sua grande ascendência no Partido e o pacto legislativo com os seus aparentes inimigos de ontem.

Esta situação reflectir-se-á determinantemente nas comissões legislativas, controladas na sua maioria pela direita e com poderes semelhantes aos do Congresso em tempo de recesso (dez meses por ano).

Como dado importante, cabe assinalar que a velha guarda conservadora liderada por Francisco Salazar, um dos principais ideólogos, rejeitou o acordo de Armijos com Bucaram. O certo, porém, é que este partido juntamente com o Liberal agonizam numa crise definitiva depois do desprendimento das suas alas "progressistas", Trujillo e Herta Montalvo respectivamente, os quais ofereceram o seu apoio à presidência; o

último deles com um novo partido, o Radical Democrata.

O perigo de um velho estilo da política equatoriana, onde as personalidades submergem os programas e os desdobramentos da ideologia partidária, ameaça retornar à ribalta.

O DESAFIO DOS 21 PONTOS

Em 1972, as Forças Armadas tomaram o poder e divulgaram o seu programa na *Filosofia e Plano de Ação das Forças Armadas*, uma plataforma reformista ambiciosa, estatizante e sensível à questão social das massas equatorianas. Sete anos depois, os militares entregaram o poder e simultaneamente uma situação económica crítica, na qual o projecto reformista havia fracassado.

Para numerosos grupos de opinião, o programa de 21 pontos de Roldós e Hurtado aparece como inferior ao das Forças Armadas de 1972. Se o reformismo fracassou e se os únicos beneficiários em todos estes anos foram os sectores burgueses e pró-monopolistas, que possibilidades terá o novo governo de enfrentar a oligarquia e o imperialismo?

Enquanto a Junta Nacional de Planeamento anuncia "mudanças desfavoráveis" para a economia nacional, em que terá lugar uma substancial redução do crescimento económico, a diminuição das importações e um acelerado aumento da dívida externa para o período constitucional 1979-1984, o presidente Roldós prometeu *bem-estar e dignidade para todos, que seja justo e termi-*

ne com os privilégios.

Tais enunciados são coincidentes com a *Filosofia e Plano de Ação* de 1972, mas na verdade, os objectivos daquela plataforma enfrentaram, como também as metas do *Plano Integral de Transformação e Desenvolvimento 1973-77*, a resistência de sectores que negaram os objectivos "sócio-económicos" e favoreceram a abertura incondicional ao capital estrangeiro. A improvisação económica constituiu, da mesma forma, o eixo sobre o qual giraram todas as medidas sancionadas pelo governo militar.

Ao iniciar o mandato constitucional, o governo de Roldós está consciente dos principais aspectos que poderiam bloquear inesperadamente os seus esforços: no plano político, a aliança CFP-conservadores e as declarações de militares que advertem veladamente contra as tentativas de pre-judicar a "segurança nacional"; no económico, a atitude que assumirem os grupos dominantes diante da causa roldosista de impulsionar o *desenvolvimento económico com justiça social*.

Para o Centro de Documentação e Traduções (CEDIS), o quadro económico equatoriano actual "caracteriza-se por um significativo crescimento do Produto Interno Bruto (18,7 por cento em 1973, 6,8 em 1978), uma formação de capital bastante acelerada (1,500 milhões de dólares em 1977), expansão da dívida externa, reforço das agro-exportações, uma reserva internacional considerável, o robustecimento do sector industrial e a manutenção de altas taxas de

afluência de investimentos estrangeiros.

Apesar da participação fundamental do petróleo na formação do PIB (13 por cento em 1974, 9,5 em 1975) e das receitas provenientes da sua exportação (58 por cento do total em 1975, 35 por cento em 1978), essa fonte não pode, contudo, garantir por si só a "libertação nacional" prometida pelas Forças Armadas em 1972, nem efectivar o seu desejo de actuar "rápida e energicamente contra os grupos sociais e económicos privilegiados".

A impossibilidade de distribuir equitativamente os dois mil e cem milhões de dólares provenientes da exportação petrolífera entre 1972 e 1976, foi consequência directa das vacilações do governo do general Rodríguez Lara e da conspiração aberta do consórcio *Texas-Gulf*, aliado aos grandes capitais nacionais responsáveis pelo derrube de Lara em princípios de 1976.

Existem dúvidas sobre se o governo de Roldós resolverá finalmente nacionalizar o petróleo equatoriano, mesmo que a Constituição plebiscitada em 1978 tenha pronunciado o "controlo de indústrias e recursos básicos como os não renováveis".

O ceticismo surgiu depois de umas declarações do presidente no próprio dia do seu triunfo: "O sector privado terá plenas garantias e portanto nada deve temer", disse Roldós. Ignora-se, porém, que atitude tomará o novo presidente sobre questões sumamente sensíveis herdadas do governo militar: o preço da gasolina, por exemplo.

No Equador, os deriva-



Jaime Roldós, o novo presidente equatoriano



Assad Bucaram

dos do petróleo custam três vezes menos que nos vizinhos Colômbia e Peru. Isto estimula o contrabando e há rumores de que a frota pesqueira se dedica ao lucrativo negócio.

APROFUNDADA A DEPENDÊNCIA

A substituição de Rodríguez Lara por um triunviro militar consolidou posições da burguesia nativa, aliada às transacionais.

As Forças Armadas, por sua vez, homogeneizaram a condução dos comandos, ao afastar as tendências nacionalistas e participando nos lucros do petróleo (graças a decretos que as beneficiavam com 50 por cento do total das receitas). Todo o equipamento bélico foi renovado nos anos 70.

Os sectores económicos beneficiados foram o comércio, as finanças e a especulação imobiliária, em prejuízo do sector agropecuário e do industrial.

O investimento estrangeiro acumulado, que era de 6,407 milhões de dólares em 1972, multiplicou-se e atingiu 26,100 milhões em 1979.

CRISE PERMANENTE NA AGRICULTURA

Desde 1964 existe uma Reforma Agrária no Equador. Mas os sistemas de propriedade da terra — concentrada em muito poucas mãos —, não se modificaram. Isto possibilitou o enriquecimento de latin-fundiários, que distribuíram parcelas de duvidosa produtividade e logo voltaram a comprá-las aos camponeses minifundiários, que só ficaram com uma saída: ir para as cidades.

Qual será a política de Roldós? O presidente disse que "a Reforma Agrária aplicar-se-á às formas de produção e exploração em vez de aos limites da extensão da propriedade".

Para as organizações camponesas mais importantes — FENOC, Ecuarunari e FEI — isso prestar-se-ia a diversas interpretações: "Não afectar a propriedade latin-fundiária equivale a manter no seu actual congelamento os principais artigos da Reforma Agrária promulgada em 1974". Ne-la estava estabelecido que

as terras não cultivadas ou insuficientemente trabalhadas reverteriam para o Estado em 80 por cento. Não existe um só caso de aplicação deste ponto da lei.

O documento citado do CEDIS afirma: "O sector agrícola viveu entre 1972 e 1978 o seu lento crescimento tradicional, com a particularidade de as agro-exportadoras experimentarem uma época de auge". A consequência foi uma redução na produção para o mercado interno.

Hoje, no Equador, país agrário e camponês, tem que se importar açúcar, milho, arroz, leite e muitos alimentos básicos que se pagam a preço de ouro, agravado pela espiral inflacionista e pela crise mundial do sector.

Enquanto o povo vê escassear os seus alimentos básicos, o Equador quadruplicou o valor das suas exportações de café (67 milhões de dólares em 1973, 291 milhões em 1978), duplicou as de cacau (27 milhões em 1973, 50 em 1978) e elevou as de banana (110 milhões em 1973, 167 em 1978).

"O problema — destaca o CEDIS —, aprofunda-se

com uma política de créditos que dirigia os recursos financeiros ao comércio em primeiro lugar, depois à indústria, e, em menor escala, à agricultura. Além disso, muitos créditos que deveriam ser investidos na ampliação e melhoria do equipamento agrícola foram desviados para actividades especulativas".

OS RICOS CADA VEZ MAIS RICOS

O destacado economista Leonardo Vicuña, vice-reitor da Universidade de Guayaquil, afirmava em 1978: "Nunca na história do país, tão poucos ganharam tanto como durante o governo militar".

Personalidades como Rodrigo Espinosa, presidente do Banco Central, e altos funcionários ligados à Junta Monetária, demonstraram que a banca privada crescia graças ao apoio estatal. Uma burguesia sem vocação nacional, animada pelas fabulosas receitas monetárias do petróleo e afeita por expectativas desmesuradas, enriqueceu-se elevando os preços como em nenhum outro país do

continente, favorecida pelo congelamento dos salários, pela legislação anti-operária e pelo investimento em actividades que relegavam uma e outra vez as massas populares equatorianas a segundo plano.

Sem capacidade empresarial, inútil para aproveitar as vantagens que generosamente o Estado lhe concedia, partidária do contrabando em grande escala, evasora de impostos e pouco preocupada com a qualidade dos seus produtos, a burguesia equatoriana demonstrou a sua incapacidade de acumular criativamente segundo os interesses do país. A aguda dependência do Equador e a ausência de indústrias importantes, repercutiram nos preços internos, sujeitos à inflação importada.

OS POBRES CADA VEZ MAIS POBRES

A total anarquia económica, carente de qualquer planificação, estimulou a inflação, o encarecimento da vida e a escassez de artigos de primeira necessidade.

Os estudos de Vicuña mostram as consequências: em primeiro lugar, as classes populares são as mais castigadas. Em 1978, 10 por cento dos mais pobres da população economicamente activa recebia 2,5 por cento do rendimento nacional, enquanto que 5 por cento dos privilegiados gozava de 27 por cento. Em 1979, 85 por cento dos empregados ganhavam menos de 90 dólares mensais.

Entre 1972 e 1977, os artigos do chamado "cabaz de compras familiar" subiram 80 por cento. O poder



Propaganda eleitoral de Bucaram



As manifestações populares pedem uma nova sociedade para os trabalhadores

aquisitivo do sucre (moeda nacional) em 1979 é apenas uma terça parte do de 1971.

O ENDIVIDAMENTO ESTATAL

Entre 1971 e 1976, o Estado equatoriano quadruplicou o seu orçamento. Vicuña assegura que o déficit fiscal subiu 25 vezes em seis anos, ou seja, em 2600 por cento.

Quem pagou a diferença? O povo, com novos impostos, o aumento dos já existentes, a elevação das tarifas de luz e água. Em contrapartida, muitas indústrias foram isentas de impostos, receberam subsídios estatais e créditos generosos.

O resto da despesa estatal destinou-se a obras sumptuárias, passagens de nível, armamento e viagens

dos tecnocratas ao exterior.

Em Julho, Esteban Cordero, presidente da Federação Nacional de Câmaras de Comércio, acusou o governo militar de "ter desperdiçado 11 000 milhões de sucores em dois anos" (387 milhões de dólares).

Em 1977, a dívida externa superou os mil milhões de dólares e em 1979 sobreviúvo outro empréstimo de 520 milhões. Em 1978, por cada dólar de exportação, 25 centavos destinavam-se a pagar a dívida. Em 1980, estima-se que a dívida externa chegará aos dois mil milhões de dólares. Dez anos atrás era de 231 milhões.

Sem considerar os gastos relativos às Forças Armadas, o último ministro económico da ditadura militar, Juan Reyna, adiantou que actualmente a dívida ultrapassa os 1748 milhões de dólares.

O DESAFIO A ROLDÓS

A luta contra a dependência, uma das bandeiras do actual governo, terá necessariamente que enfrentar a perigosa situação financeira do Equador.

A desesperante marginalidade da maioria do povo, o desemprego aberto e o subemprego, as terras agrícolas inaproveitadas (60 por cento sem cultivar) e a indústria com 40 por cento de capacidade ociosa, a irracional utilização dos recursos petrolíferos, a riqueza pesqueira saqueada por barcos estrangeiros (particularmente norte-americanos) e outros importantes conflitos, são os desafios maiores ao projecto reformista de Roldós e Hurtado. O povo que neles depositou a sua confiança não poderá ser defraudado uma vez mais.

CADERNOS
terceiro
mundo

MÉXICO as eleições parlamentares



A reforma do sistema político mexicano cumpriu o seu objectivo de dar voz aos opositores, mas ainda não conseguiu mobilizar amplos sectores que continuam a abster-se de participar na vida pública.

Roberto Remo

Al 1 de Julho passado realizaram-se no México as primeiras eleições nacionais desde que entrou em vigor a chamada "reforma política", impulsionada pelo presidente José López Portillo. Eleições estas que designaram a nova Câmara de Deputados, de 400 membros (o Senado é eleito de seis em seis anos, juntamente com o Presidente da República, a Câmara baixa renova-se de três em três anos) e os governadores de seis Estados.

"Nos Estados Unidos os computadores permitem conhecer o resultado uma hora depois das eleições. Mas no México sabêmo-lo um dia antes". Esta expressão do humor popular mexicano alude à realidade política do país desde que, em 1929, se reunificaram numa única organização - o actual Partido Revolucionário Institucional - , mais de trezentos partidos, movimentos e caudilhos locais que fizeram a revolução mexicana de 1910 e submergiram o país em lutas internas durante as duas décadas seguintes.

Desde a sua criação há meio século, provém do PRI, com efeito a totalidade dos Prsidentes do México e 99 por cento dos governadores e senadores, conseguindo ainda maioria esmagadora nas câmaras legislativas nacionais e estaduais. Ninguém esperava um resultado diferente destas eleições.

As expectativas centralizaram-se, pelo contrário, na incógnita que significava a participação eleitoral das três organizações opositoras a quem a "reforma política" outorgou "registro

condicionado": os Partidos Comunista, Socialista dos Trabalhadores e Demócrata Mexicano. As eleições deveriam aclarar, além disso, o futuro papel dos três partidos opositores com reconhecimento oficial até esse momento: a Acção Nacional, o Partido Popular Socialista e o Partido Autêntico da Revolução Mexicana.

Nenhum dos participantes na contenda obteve menos de um e meio por cento requerido pela lei para manter o seu registo legal, e todos eles estarão representados na próxima legislatura.

Para que isso fosse possível, a Lei Federal de Organizações Políticas e Processos Eleitorais, aprovada o ano passado, criou um complicado sistema misto de representação.

Dos 400 deputados, 300 são eleitos por maioria simples em outros tantos distritos em que se divide o país. Em 296 deles triunfou o PRI, e nos quatro restantes foi o Partido da Acção Nacional quem o obteve.

Para evitar precisamente esta sobre-representação do partido maioritário e a virtual eliminação das minorias, dividiu-se, além disso, o país em três grandes circunscrições, com centros respectivamente em Monterrey, Guadalajara e cidade do México. Nas duas primeiras foram eleitos 30 deputados "plurinominais" em cada uma; e na terceira foram eleitos quarenta, somando ao todo uma centena de deputados.

Cada partido teve de apresentar nestas circunscrições uma lista única de vários candidatos. Para distribuir entre eles os lugares, a nova

lei eleitoral estabelece que qualquer partido com mais de 60 deputados de maioria não terá representantes nas "plurinominais". Na prática isto significa que estas cem bancadas ficam reservadas à oposição. E na sua distribuição foi, além disso, estabelecido um sistema de quocientes que favorece os partidos mais pequenos.

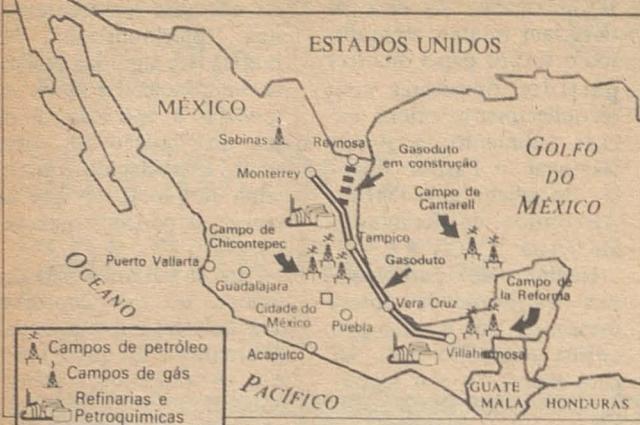
Para os votantes, isto significa ter que depositar dois boletins em duas urnas diferentes. Para quem realizou os cômputos, o procedimento resultou muitíssimo mais complexo. — Um inquérito levado a cabo por um diário local, revelou que no momento de ser aprovada a lei muitos dos deputados que a votaram não entendiam o seu funcionamento.

Mas no momento de comparar o resultado eleitoral com a representação que cada partido terá na Câmara (ver quadro) o resultado é que as percentagens correspondem bastante com os números de deputados obtidos. Os favorecidos são o PRI e os partidos menores, e os prejudicados os que se ficaram pelo meio. No entanto, as diferenças em nenhum caso excederam os dois por cento, o que deve considerar-se um rendimento eficaz para qualquer sistema de representação.

O ABSTENCIONISMO

Mas por perfeito que seja, nenhum procedimento eleitoral por si só pode solucionar o problema que todos os partidos são unâmes em considerar como o mais grave do sistema político mexicano: o abstencionismo.

O tesouro mexicano



Nas sete últimas eleições mexicanas (as dos anos pares foram presidenciais), a percentagem de abstenções tem vindo a aumentar progressivamente: 31,5 em 1961; 33,3 em 1964; 37,4 em 1967; 35 em 1970; 36,2 em 1973 e 36,8 em 1976.

Com a incorporação de novos partidos políticos na arena política, que para além do mais fizeram campanha contra o abstencionismo, era de se esperar que esta percentagem se visse reduzida. Ela aumentou, porém, para uma cifra que oscila entre os 50 e 55 por cento segundo os diferentes cálculos efectuados (13 milhões de votos válidos sobre um total aproximado de 27 milhões de cidadãos em idade de votar).

No entanto, existem no Terceiro Mundo abundantes exemplos de governos de partido único que gozam de ampla participação popular em diversas instâncias, inclusive a nível eleitoral, e também casos, como o da Colômbia, onde o multipartidarismo não move os cidadãos a aproximarem-se das urnas.

O que parece claro é que nem o PRI nem os seus opositores tiveram êxito no seu esforço por derrotar a abstenção. A discussão sobre tal fracasso ocupará boa parte do debate político dos próximos meses.

Universalmente o abstencionismo é interpretado como um sintoma das enfermidades dos sistemas políticos. No caso do México, atribui-se a razões circunstanciais (a elaboração de novos cadernos eleitorais tinha deixado, segundo porta-vozes do PRI, pelo menos dois milhões e meio de *priistas* sem possibilidade de votar, por não terem actualizado as suas credenciais, mudanças de domicílio, etc., etc.), atribui-se a "apatia e desconfiança" e a "letargia política" provocada pelo virtual unipartidarismo".

AS PREFERÊNCIAS

Entretanto, as atenções viram-se, sim, para a distribuição das preferências eleitorais daqueles que efectivamente votaram.

O partido oficialista assegurou-se de uma cómoda

maioria parlamentar, bem como de todos os cargos de governador de Estado em disputa (ainda que o PAN defendia que houve fraude no poderoso Estado industrial de *Nuevo León*, onde reclama haver triunfado). O Presidente López Portillo poderá, assim, completar os três anos que restam do seu mandato com um sólido apoio político, ao qual deve juntar os votos da esquerda cada vez que se trate de enfrentar as crescentes pressões do "vizinho do Norte" sobre a emergente potência petroleira, que o México constitui hoje.

O direitista PAN, que representa os interesses dos industriais de Monterrey, garantiu o segundo lugar. O seu relativo êxito eleitoral é interpretado por alguns como resultado da recente visita do Papa João Paulo II ao México. Tal como em Itália, também aqui o Papa teria contribuído para fortalecer as correntes democratas-cristãs mais conservadoras, com as quais o PAN veladamente se identifica.

No campo das forças que se proclamam marxistas produziram-se surpresas. O jovem Partido Socialista dos Trabalhadores (PST), que se atribuiu durante a campanha eleitoral o papel de "segunda força do país", esteve longe de tal objectivo, enquanto, por seu lado, a Coligação de Esquerda (Partido Comunista, Partido do Povo Mexicano, Partido Socialista Revolucionário e Movimento de Ação e Unidade Socialista, que concorreram sob a sigla registada e devidamente legalizada do PCM) revelou uma punjânia algo inesperada, ten-



A visita de João Paulo II ao México teria beneficiado o Partido da Acção Nacional (que se reivindica democrata-cristão)

do obtido 18 deputados, apesar da intensa campanha anticomunista lançado pelos meios privados de comunicação. O Partido Popular Socialista conservou o seu anterior eleitorado, contrariando as previsões que afirmavam que ele sofreria uma perda considerável.

O Partido Socialista dos Trabalhadores, partido com crescente implantação em algumas zonas campesinas e urbanas destacou-se, além do mais, pela sua activa solidariedade com os movimentos de libertação, tanto da Palestina, Sahara, Timor ou Nicarágua. Este partido, aliás, entrou numa etapa de profunda discussão interna sobre a sua actuação elei-

toral, da qual os seus dirigentes esperam que ele venha a sair fortalecido.

Foi indubitavelmente a Coligação de Esquerda quem canalizou em maior grau as inquietudes dos sectores intelectuais e estudantis opositores, conseguindo, além disso, uma elevada votação nas zonas campesinas do Estado de *Guerrero*, onde há uma década desenvolvia actividade guerrilheira o dirigente Lucio Cabañas. Dirigido por Arnoldo Martínez Verdugo, que liderará a bancada da Coligação na próxima legislatura, o PCM vem desenvolvendo uma linha internacional independente, em política de alianças flexível e uma vida interna democrática. Por tudo isso

alguns observadores falam de "mexicomunismo" para qualificar a sua orientação.

O Partido Popular Socialista, fundado pelo ideólogo marxista e dirigente operário Vicente Lombardo Toledano, em 1947, desenvolveu uma campanha eleitoral de acentuado rigor ideológico, realçando as consignas anti-imperialistas. O que contrastou com o resto das campanhas, baseadas mais em *slogans* de impacto que no debate programático. E os resultados provaram que se não tratou de um erro. Talvez o PPS já não tenha a capacidade de gerar um entusiasmo espetacular, mas demonstrou que conta com um apoio sólido e consciente.

Votos e bancadas

	Votos	% (1)	Banca- das	% (2)
Partido Revolucionário Institucional (PRI)	9 418 174	72,8	296(3)	74,0
Partido da Ação Nacional (PAN)	1 525 111	11,7	18(4)	10,5
Partido Comunista Mexicano (PCM)	703 098	5,4	18(5)	4,5
Partido Popular Socialista (PPS)	389 590	3,0	12	3,0
Partido Socialista dos Trabalhadores (PST)	311 613	2,4	11	2,7
Partido Autêntico da Revolução Mexicana (PARM)	298 183	2,3	12	3,0
Partido Democrático Mexicano (PDM)	293 540	2,2	9	2,3
Votos nulos	833 146			
TOTAL	13 772 455	99,7	400	100

(1) Percentagem sobre o total de votos válidos: 12 939 309

(2) Percentagem sobre o total de 400 bancadas no Parlamento

(3) Todas elas correspondem a distritos de maioria relativa

(4) Quatro das bancadas correspondem a distritos de maioria relativa

(5) Todas as bancadas correspondem aos distritos plurinominais, tal como os demais partidos.

No conjunto, a esquerda contará com uma bancada com 41 deputados, o que lhe permitirá cumprir o seu propósito de converter o Parlamento numa caixa de ressonância de uma corrente popular com objectivos socialistas.

Quanto aos outros dois partidos, o PARM (Partido Autêntico da Revolução Mexicana, constituído por caudilhos locais que se cindiram do PRI) encontra-se fortemente afectado por divisões internas, o que na opinião de muitos observadores o impedirá de apresentar um perfil próprio durante a legislatura, enquanto que o ultradireitista Partido Democrático Mexicano, não poderá fazer mais do que secundar as iniciativas do PAN.

Nos debates essenciais dos próximos três anos destacar-se-á o tema do petróleo. E tanto no que respeita à defesa desse recurso ante as ambições imperialistas, como no debate respeitante à distribuição da nova riqueza, as posições avançadas dentro do PRI — onde o poderoso sector operário acaba de propôr uma aliança operária-campesina e uma reforma económica que acompanhe a intenção democratizadora da Reforma Política —, enfrentarão a oposição direitista em aliança táctica com a esquerda.

Em muitos outros aspectos, contudo, a esquerda adianta desde já oposição frontal ao governo. E com uma composição tão hete-

rogénea na Câmara, os debates na próxima legislatura prometem ser acessos. O que deve resultar num crescente interesse do público, das actividades parlamentares, até hoje praticamente ignoradas pela grande massa, num país fortemente presidencialista.

Se daí derivar uma maior participação popular na política, e por conseguinte uma redução do abstencionismo nas próximas eleições de 1982, então, poderá-se dizer que a Reforma Política terá cumprido o seu objectivo democrático.

PORTO RICO a crise do colonialismo



A passagem a Estado requerida pela minoria no poder embaraça Carter, pois a 51.º estrela na bandeira dos Estados Unidos provocaria graves contradições no sistema colonial que impera na ilha há oitenta anos e que actualmente se encontra em profunda crise.



PORTO Rico atravessa actualmente uma das piores crises institucionais da sua história. O sistema colonial estabelecido pelos Estados Unidos, em 1898, vai chegando ao fim. Disso estão conscientes os estrategas de Washington, que se desesperam em encontrar métodos que mantenham a dominação.

Sucede que esta pequena ilha do Caribe de 3 milhões e 300 mil habitantes é o quarto mercado dos Estados Unidos no Mundo e, como se isso fosse pouco, o enclave estratégico mais importante do Pentágono no Oceano Atlântico.

Desde 1976 o governo de Porto Rico é exercido por um partido que aspira à assimilação total do país no sistema federal estadunidense. Dirigido pelo governador Carlos Romero Barceló, o *Partido Nuevo Progrésista* — que não é nem novo nem progressista, — está decidido a converter Porto Rico no estado número 51 da União.

Esta atitude agressiva do assimilismo colonial é nova e corresponde fundamentalmente ao desespero de um sector da pequena burguesia e do empresariado local, que procura proteger assim os seus interesses económicos. A relativa debilidade destas forças, propicia este tipo de ideologia, já que sabem que sem a protecção directa e imediata dos Estados Unidos seriam incapazes de se sustentar no poder.

Mas a liderança desta comunidade minoritária não consegue compreender que não representa nem jamais representará o sentir nacional porto-riquenho. Na sua concepção histórica e social, torna-se-lhes impossí-

vel compenetrarem-se das aspirações e da cultura do seu povo.

No seu desespero, estas forças chegaram ao ponto de negar a existência de uma cultura nacional porto-riquenha, ignorando a sua notória diferenciação com a cultura do colonizador. Basta assinalar a persistência no uso do idioma espanhol, apesar de todas as campanhas contra, para demonstrar sem mais dados a identidade latino-americana dos porto-riquenhos. E o que mais de oitesta anos de ocupação colonial não pudera apagar, não desaparecerá pelo facto de acrescentarem a estrela de Porto Rico à bandeira norte-americana.

Por outro lado, se a chamada *passagem a estado* pode ser uma solução para a maioria dominante na ilha, não o é para Washington. A Casa Branca não está em condições históricas de se envolver em mais problemas que os que já tem.

FALTA DE ALTERNATIVAS

Forçar a entrada na União de três milhões de latino-americanos de expressão espanhola — que adquiriram de imediato plena cidadania, — traria graves contradições a um sistema em crise. E ainda para mais quando a maioria dos porto-riquenhos não deseja a passagem a estado como fórmula política.

Além disso, os Estados Unidos teriam que enfrentar o repúdio internacional à anexação, particularmente dos latino-americanos, como ficou demonstrado quando o então presidente

Gerald Ford anunciou a incorporação de Porto Rico poucos dias antes de terminar o seu mandato.

Depois de terem sido derrotados pela primeira vez na história da OEA, ao propor a intervenção militar na Nicarágua, os Estados Unidos não têm interesse em criar novos pontos de fricção com a América Latina. E até ao momento, Carter e os seus porta-vozes têm-se feito de surdos ante os pedidos do seu governador em San Juan, evitando pronunciar-se publicamente sobre o incómodo tema.

Mas Washington não conta com muitas "alternativas viáveis" na ilha. O outrora hegémónico Partido Popular Democrático está sendo corroído por uma crise histórica. Ainda que conte ainda com considerável força eleitoral, carece de uma direcção com capacidade que lhe permita mantê-la durante muito tempo. As pugnas internas já conduziram a mais de uma cisão e continuam sem solução à vista. A tendência mais natural é que estas aumentam à medida que se agrava a crise da estrutura colonial actual, da qual o PPD é o único defensor.

O PPD não tem já o que oferecer ao povo. O sector da burguesia que representa não pode resolver os grandes problemas nacionais dentro do sistema autónomo que propõe.

Com 40 por cento de desemprego, alarmantes níveis de criminalidade e instabilidade social, uma inflação crescente, Porto Rico necessita medidas radicais. E com um controle cada vez maior do governo federal norte-americano sobre todos os aspectos da vida local, é natural que os por-

to-riquenhos vejam na soberania plena — a independência, — a via de enfrentar os seus problemas.

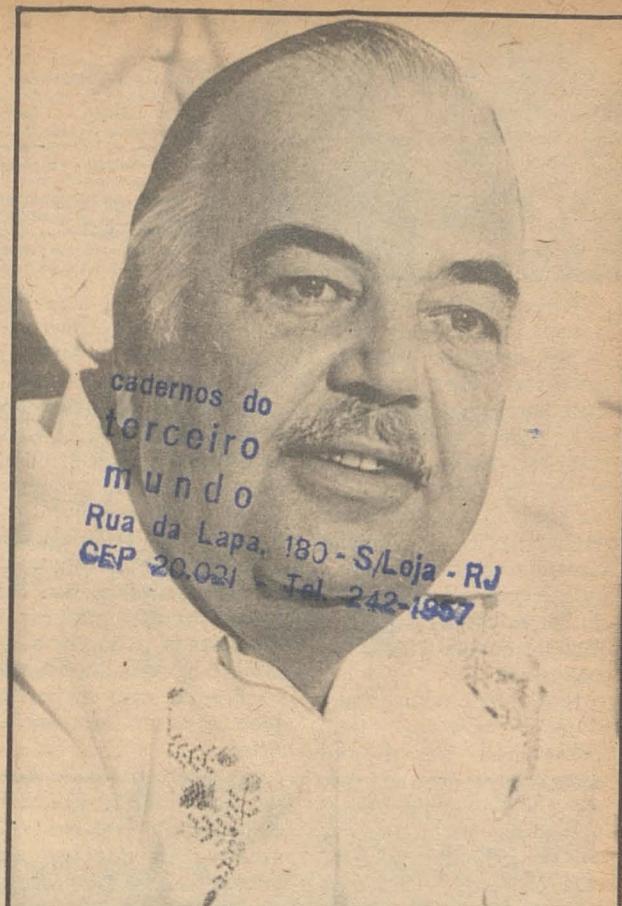
No entanto o Partido Popular Democrático persiste em apenas avançar na continuidade da fórmula actual de Estado Livre Associado. Ou seja, como dizia Luís Muñoz Marín (fundador do partido em 1938), "colónia, mas de corrente mais comprida".

E A ESQUERDA

A esquerda porto-riquenha também não escapa à crise política. Dividida em múltiplas organizações, não foi capaz de articular uma estratégia adequada, que lhe permitisse aproveitar a conjuntura favorável para levar o imperialismo à defensiva e forçá-lo a reconhecer a independência.

A força maioritária dentro do independentismo é actualmente o *Partido Independentista Puertorriqueno*, de tendência social-democrata. A sua actuação é puramente eleitoral e por isso começa a ser visto em alguns círculos norte-americanos como uma força a ter em conta para quando se esgotarem as alternativas coloniais.

O Partido Socialista, por seu lado, centrou a sua luta no campo internacional. Neste aspecto conseguiu triunfos importantes, como a recente reafirmação do Comité de Descolonização da ONU sobre o direito da ilha à sua autodeterminação. No entanto, muita gente em Porto Rico começa a ficar decepcionada ante a virtual ineficácia deste tipo de resoluções que carecem de força para ser aplicadas.



Juan Mari Bras, secretário-geral do Partido Socialista Porto-riquenho e velho lutador independentista

Outras organizações menores da esquerda porto-riquenha procuram formar uma frente comum. Entre estas contam-se a Liga Socialista, o Partido Comunista, o Movimento Socialista Popular e o Partido Socialista Revolucionário. A mobilização independentista conta, além disso, com o apoio de comités criados em torno de temas concretos, como o de Apoio a Vieques, o Comité Pró Presos Nacionalistas (que luta pela libertação de Lolita Lebrón e seus companheiros, os presos mais antigos do continente) e o Comité Soto-Rosado.

O *Partido Revolucionario de los Trabajadores Puertorriquenos*, que opera na clandestinidade, procura, por seu lado, introduzir um novo estilo na luta política.

O caminho em direcção à unidade destas forças é ainda longo, mas neste momento muitas das organizações patrióticas aprestam-se a desenvolver um grande debate fraterno no qual esperam limar divergências e, desse modo, encaminharem-se para a formação de um movimento de maior peso nacional e internacional.



Rafael Canal Miranda, Lolita Lebrón, Andrés Figueroa Cordero e Irvin Flores Rodríguez, protagonistas do ataque ao Congresso norte-americano, sorriem depois de cumprido com o seu dever revolucionário. Hoje cumpriram já mais de 25 anos de prisão, e a luta pela sua liberdade une todos os latino-americanos

Dentro desta tendência situa-se também o movimento operário, cujos esforços se dirigem cada vez mais para o independentismo. Muitos trabalhadores vêm esgotarem-se as suas aspirações dentro do sistema colonial; e as crescentes dificuldades económicas elevaram paralelamente a consciência sobre o papel do imperialismo em Porto Rico e a combatividade das lutas sindicais.

Juntamente com os movimentos grevistas desenvolveram-se nos últimos anos acções armadas, por parte de pelo menos quatro organizações clandestinas: os Comandos Revolucionários do Povo, o Exército Popular Boricua, os Voluntários e as Forças Armadas de Resistência Popular.

Durante a greve da União de Trabalhadores da Indústria Eléctrica, em 1978, efectuaram-se mais de 200 actos de sabotagem nas instalações de energia.

BARCELÓ, O INTEGRACIONISTA

Mas o movimento armado sofreu um grande revés o ano passado, quando dois jovens militantes cairam assassinados numa emboscada montada pela polícia e pelos elementos extremistas do PNP, quando procuravam sabotar uma instalação de comunicações da

polícia e do FBI. Eram esses jovens: Carlos Soto Arriví, de 18 anos, e Arnaldo Darío Rosado, de 24 anos.

O seu grupo havia sido infiltrado pela polícia e esta conduziu-os à armadilha. No seu interesse por pressionar Washington e demonstrar que está disposto a acabar com as forças independentistas se isso for necessário para alcançar a sua ansiada passagem a estado, o governador Romero Barceló nem sequer se preocupou em fazer prisioneiros.

A reacção norte-americana foi a inversa, já que o assassinato dos jovens contradisse o interesse em tranquilizar os ânimos aceiros na ilha. Não só a polícia contradisse nas suas explicações sobre o acontecimento, como o próprio governador foi apanhado em opiniões e declarações discordantes, que provam de forma clara de que não só estava ao corrente da emboscada, como contribuiu para a sua planificação.

O "Caso de Cerro Maravilla", como o episódio passou a ser conhecido na imprensa, converteu-se em bandeira eleitoral da oposição. As eleições para governador serão em 1980 e o PPD aspira regressar à chefia da administração colonial. A consegui-lo, a ideia da passagem a estado perderia sua actual importância, mas não será por isso

que a crise da fórmula colonial será superada.

Nas próprias entranhas do monstro, o governo de Washington está a ser enfrentado pelas Forças Armadas de Libertação Nacional, um grupo armado clandestino que multiplica as sabotagens nas grandes cidades norte-americanas sem que até agora o FBI pudesse evitá-las.

Na década de 80, seguramente, o tema da situação colonial de Porto Rico voltará a ser cadente. A luta nacionalistas dos *boricuas* entronca-se cada vez mais com a grande corrente libertadora latino-americana.

No auge da luta anti-somozista na Nicarágua, duzentos jovens porto-riquenhos alistaram-se para combater pela Frente Sandinista. Isso alarmou o FBI, que emergiu das sombras para publicamente ameaçar em processar todos aqueles que fossem fazer a guerra contra Somoza.

Mas também aqui fracassou a repressão, e uma grande coluna porto-riquenha prestou-se a oferecer as suas vidas pela causa da liberdade de um povo irmão. Como também a darão pelo seu quando as circunstâncias o requerirem.

Os porto-riquenhos estão seguros que o momento da independência se aproxima. A farsa colonial já não pode sustentar-se. O colonialismo é uma força em decadência em todo o Planeta e os norte-americanos sabem-no. Se não actuam a tempo para "alargar a corrente", a corrente patriótica estoicará os diques de contenção, que já deitam água por toda a América.

URUGUAI silenciosa crise ministerial



*cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 2002
origina
uma crise ministerial.*

NO meio de um silêncio total, o governo uruguai superou, há algumas semanas, uma crise ministerial que chegou a ameaçar, por momentos, a estabilidade de todo o esquema cívico-militar imposto ao país há seis anos. No final, o resultado resumiu-se no afastamento de um secretário de Estado (da Pecuária e Pescas) e a uma disputa pessoal alheia ao problema de fundo.

O centro do temporal esteve na situação económica, cujo declínio preocupa diferentes sectores.

O processo da crise política deu-se por concluído com uma manifestação pública das altas hierarquias militares, reiterando a confiança no ministro da Economia, Valentín Arismendi.

No decorrer do processo chegou-se a falar na possi-



bilidade — como hipótese de trabalho, — do sector militar prescindir da parceria civil, assumindo totalmente a responsabilidade pelo governo. Proposta que

ainda não está de todo descartada.

A origem do problema, difícil de detectar, atribui-se à crescente preocupação dos militares pelas dificul-

dades económicas que os sectores populares vivem (mais de vinte por cento ganha menos de 90 dólares mensais) e também as tropas do Exército e da Policia.

A Junta de Oficiais-Generais (JOOGG), considerou que a angustiante situação deriva da aplicação de forma ortodoxa e inflexível da teoria do liberalismo económico na política oficial do Ministério da Economia e de que *a inflação obedece tanto a factores internos como à pressão da complexa situação económica internacional*.

REDUÇÃO DO PODER AQUISITIVO

Para ter uma ideia dessas dificuldades, convém recordar que, segundo as estatísticas oficiais, o custo de vida multiplicou-se por quinze nos seis anos de governo cívico-militar, enquanto os salários se multiplicaram apenas por dez.

Isso significa uma deterioração de trinta por cento no poder aquisitivo dos trabalhadores. Quanto às tropas, informa-se que um soldado de segunda — o último grau da escala, — ganha uns 65 dólares por mês, com comida e habitação.

A insuficiência dessa remuneração, parece refletir-se nas baixas que têm ocorrido nos quadros do Exército, pela tentação que significam as melhores retribuições no sector privado. Principalmente na indústria da construção, que experimenta, no momento, uma expansão raramente vista, devido ao investimento de "dinheiro negro" de argentinos e brasileiros.

pág. 24 n.º 17/Outubro

Alguns círculos militares temem que a opinião pública atribua toda a responsabilidade dessa situação às Forças Armadas, sem levar em conta que, embora estas exerçam o poder real, este é aplicado nos aspectos políticos pelos civis, que nem sempre contemplam nem reflectem os pontos de vista dos militares. A partir desta premissa é fácil passar à conclusão mais drástica de que as Forças Armadas uruguaias devem assumir totalmente a responsabilidade, encarregando-se de toda a ação governativa.

A hipótese que, de acordo com tais versões, implicaria em abandonar o cronograma político para a restauração institucional (que prevê eleições em 1981), foi rejeitada pela cúpula militar, que optou por impor ao Ministério da Economia ligeiras rectificações à política oficial.

A negociação não foi fácil, mas as Forças Armadas obtiveram concessões substanciais. Entre elas, podem-se notar as medidas de vigilância e eventual correção de excessos no livre arrendamento de casas, tarifas para-oficiais para a carne congelada, adiamento dos aumentos das tarifas dos serviços públicos de água e energia eléctrica e dos combustíveis; e a admissão de aumentos salariais acima das cifras percentuais calculadas pelo ministro da Economia para o que resta do ano.

MANTEM-SE A REFORMA TRIBUTÁRIA

Nenhuma destas projectadas melhorias apareceram

como dávidas às classes populares, que continuam a aguardar. Obtiveram-se, isso sim, melhorias para o pessoal da tropa, como a sua equiparação aos funcionários civis do Estado, em troca de poupanças no orçamento militar. Os oficiais obtiveram um aumento de 45 por cento, que já receberam.

Após estes suculentos aumentos, os militares retiraram as suas objecções à reforma tributária — exigência inegociável para o ministro Arismendi, que a considera sua obra maior, — apesar do seu impacto sobre o consumo popular.

O processo de afastamento do ministro da Agricultura e Pesca, Jorge Léon Otero, foi paralelo à outra crise, mas é alheio às suas causas. Um problema de índole administrativa deu lugar a uma forte discrepância de Otero com o Comandante da Marinha, vice-almirante Márquez, que se saldou pela renúncia do secretário de Estado.

Quanto ao cronograma de institucionalização, mantém-se em todos os seus pontos, apesar de, uma reportagem difundida em Buenos Aires — capital da Argentina, — o presidente nomeado Aparicio Méndez, ter dito que o cronograma não era uma decisão oficial do governo, mas um compromisso pessoal. Isso provocou dúvidas entre os observadores.

A cúpula militar ratificou, em diversas oportunidades, a vigência do plano político, e, recentemente, e de forma privada, reafirmaram-na altas hierarquias do Exército.

SINDICALISMO

avanços na unidade sindical latino-americana



Em importante reunião convocada pela CGT da República Dominicana, diversas organizações nacionais da América Latina, não filiadas às três correntes sindicais mundiais, afirmam a sua determinação de lutar pela unidade e contra o imperialismo.



A necessidade de coordenar as mobilizações operárias dos trabalhadores que na América Latina e no Mundo são explorados pelas companhias transnacionais, a reformulação de uma "auténtica solidariedade de classe" e o apoio aos processos de unificação sindical que actualmente se desenvolvem em vários países do continente, sem discriminação, sectarismo ou pressupostos ideológicos, salvo o pró-imperialista e o fascista, constituíram os principais acordos firmados durante o I Encontro-Seminário Latino-Americanano das Centrais Sindicais Não-Filiadas.

A importante reunião, convocada pela CGT da República Dominicana, CNT da Guatemala, CCS de El Salvador, e CEDOC, do Equador, foi celebrada em Quito, entre os dias 18 e 25 de Junho passado.

As deliberações alcançaram singular trancendência, pois tudo parece indicar que das mesmas poderia gerar-se a necessidade, em termos práticos, de superar a dispersão internacional e o entrecruzamento de ideologias, alternativas, opções políticas e estratégias de luta, que invadem o movimento operário latino-americano à escala internacional.

A reunião compareceram organizações sumamente representativas e combativas em seus respectivos países, mas que, de um modo ou outro, não estão filiadas aos três grandes blocos do sindicalismo mundial (CIO, social-democrata, CMT, democrata-cristã, e FSM, comunista) e as suas respectivas regionais latino-americanas (ORIT, CLAT e CPUSTAL), ou

que delas se tenham separado.

O Encontro abordou temas profundos e complexos, poucas vezes discutidos pelas direcções nesse tipo de congresso. Mas pôde ser corroborada a identificação de princípios que os unia, com base nas lutas objectivas que cada uma delas traya em seus respectivos países. Uma especial consideração receberam as delegações da Guatemala e Honduras, e as lutas campesinas e operárias do Perú e do Cone Sul, na actual conjuntura.

Durante uma semana, as delegações polemizaram com um espírito aberto, fraternal, rigoroso na crítica, e conforme avançavam as discussões, estreitavam-se as opiniões que, provenientes de diversas maneiras de conceber as instâncias da luta, coincidiam em algo fundamental: *opôr uma barragem de contenção à penetração do imperialismo na sua actual fase de transnacionalização da economia, e aceleração das lutas populares.*

Uma síntese do I Encontro-Seminário pode ser esboçada assim:

1. *Impedir a formação de uma Quarta Central Latino-Americana;*

2. *Identificar os países pobres do Terceiro Mundo como países explorados pelo capital financeiro transnacional homogeneizado pelo imperialismo norte-americano;*

3. *Impulsionar o ideal unitário, nacional e da classe, que constituem o anseio mais caro da classe operária e campesina militante das três centrais sindicais do Continente (ORIT, CLAT e CPUSTAL).*

4. *Constatar que a classe*

operária e campesina latino-americana poderá ou não estar "alinhada" internacionalmente, mas que os seus inimigos históricos são os mesmos de sempre: o imperialismo norte-americano, o colonialismo e o neocolonialismo, o racismo, o sionismo, e as actuais metodologias de mediação da luta que praticam as burguesias nativas dos seus países.

5. *Avançar na discussão e prática das eventuais estratégias a serem desenvolvidas diante do actual reordenamento capitalista mundial e as suas múltiplas manobras em relação ao país e às sociedades onde actuam.*

6. *Intercambiar as concepções sobre o que deve ser e sobre o que não deve ser a luta sindical, e analisar criticamente a participação dos partidos políticos no movimento sindical.*

7. *Aprofundar na prática a solidariedade internacional de classe.*

8. *Apoiar os processos de unificação sindical dos países latino-americanos.*

9. *Condenar a intervenção norte-americana da AFL-CIO e do denominado Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicato Livre (IADSL) no movimento operário latino-americano.*

10. *Repudiar a deslocação de colonos brancos da Namíbia, da Rodésia e da África do Sul para a Bolívia, Paraguai e o norte da Argentina.*

11. *Fortalecer a educação política dos trabalhadores e a informação sindical de cada país.*

12. *Combater as técnicas de controlo da natalidade e de esterilização no campo e na selva, praticadas*

dos pelos Corpos da Paz, pelas seitas protestantes, assim como também o despojar da singularidade cultural das nacionalidades indígenas praticado pelo Instituto Linguístico de Verão, organismo de espionagem norte-americana.

13. Mobilizar os trabalhadores latino-americanos para que questionem a legislação anti-operária compreendida na denominada doutrina de segurança nacional, cujos propósitos e resultados foram evidenciados no genocídio estatal planificado dos povos da Argentina, Chile e Uruguai, e apoiar a vanguarda de liberdade latino-americana

encabeçada pelo heróico povo da Nicarágua, que abre esperanças aos da Guatemala, El Salvador, Honduras, Paraguai, Haiti, Colômbia e Brasil.

14. Rechaçar a ideia generalizada de que a violação dos direitos humanos é um fenômeno da nossa época, e assinalar que sempre foram violados os direitos dos trabalhadores, como correspondem a sociedades onde imperem a injustiça e exploração. Afirmar, ao mesmo tempo, que a referida causa dos Direitos Humanos levada a cabo pelo gabinete do presidente norte-americano James Carter, tem o propósito de

ganhar o eleitorado do seu país, interessado em atacar a URSS e os países socialistas, além de reacomodar a sua imagem internacional.

15. Reafirmar uma identidade de princípios com a Central de Trabalhadores de Cuba que, desde há mais de vinte anos, demonstra em feitos reais, as possibilidades de uma sociedade sem exploradores e sem explorados, e tomar o seu exemplo para lutar por uma Central Continental Unitária que aglutine todos os trabalhadores do Continente nos indiscutíveis destinos da Grande Pátria Latino-Americana.

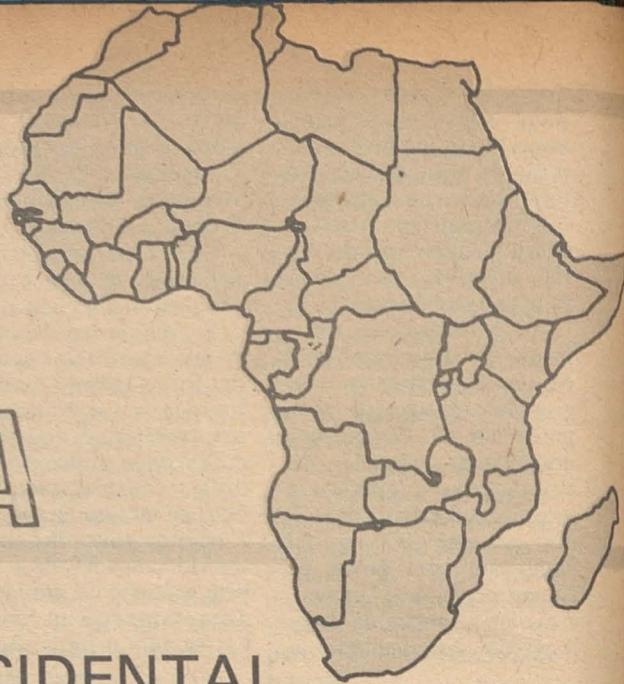
Cadernos do terceiro mundo



Cadernos do
terceiro
mundo
GUIA
RUA DA LAPA, 180 - 5^o Loja - RJ
CP 22.024 - Tel. 22-957

suplemento anual
dos «Cadernos»
foi um sucesso editorial
na edição em espanhol
para 1979.

A versão 1980 está a ser preparada,
também em português,
para sair em Dezembro deste ano.



AFRICA

SAHARA OCIDENTAL triunfo da polisário Mauritânia assina a paz, Marrocos intensifica a guerra

Retira-se da luta o beligerante mais fraco — a Mauritânia, — outorgando uma grande vitória à Frente POLISARIO.

Marrocos ocupa o seu lugar, por detrás desse país, e a monarquia marroquina encontra-se hoje só para enfrentar a POLISARIO. A história das etapas do conflito, e a análise dos factores internacionais em jogo

Ricardo Grassi

EM Janeiro de 1976, um diplomata francês emitiu a opinião de que "em três meses não mais se falará da Frente POLISARIO, que desaparecerá nas areias do deserto". Em Marrocos considerava-se o processo de luta como "caso encerrado". Dois me-

ses antes, a 14 de Novembro de 1975, e auspiciados pela França, apesar da sua proclamada neutralidade, foram assinados alguns acordos, pelos quais a Espanha dividia o ex-Sahara Espanhol entre o Marrocos e a Mauritânia.

A 27 de Fevereiro de

1976, a Organização da Unidade Africana produziu um efeito dissonante com o optimismo neocolonialista: a maioria dos seus membros reconheceu a Frente POLISARIO como Movimento de Libertação. E estes, por sua vez, decidiram nesse dia proclamar a Re-



As últimas operações contra Tan-Tan e Lebouierat⁷ (cidades altamente fortificadas do sul de Marrocos), ocupadas durante horas pelas forças do Exército de Libertação do Povo Saharaui vêm provar que, também a nível do terreno, a POLISARIO pode ganhar a guerra

pública Árabe Saharaui Democrática (RASD).

Foi também em Fevereiro, mas deste ano, dentro do território reivindicado pela RASD, que um dos principais dirigentes da POLISARIO, Omar Jadran, pôde declarar a este envia-dão especial: "A Mauritânia deve aceitar o facto de que perdeu a guerra contra nós" (ver *Cadernos* n.º 15).

No passado dia 5 de Agosto, depois de um ano de negociações, a Mauritânia e a Frente POLISARIO assinaram a "Paz Definitiva", nada mais nada menos que em Argel, com o qual, se algo desapareceu nas areias do deserto, foram as palavras do diplomata francês, e os cálculos do presidente Valéry Giscard D'Estaing, no sentido de que os acordos de Madrid, e um

Marrocos consequentemente fortalecido, equilibrariam a presença da Argélia na região.

A HISTÓRIA PREVIA

Até 1974, o rei Hassan II do Marrocos confiava que, diante de uma retirada da Espanha do Sahara Ocidental, esse território seria incorporado ao seu país, alegando para isso supostos direitos históricos, que reclamam inclusive a anexação da superfície ocupada pela Mauritânia. É a teoria do "Grande Marrocos", pilar fundamental do nacionalismo agitado por Hassan II de maneira hábil, em uma política interna que compromete mesmo a oposição de esquerda nas aspirações expansionistas.

Nos primeiros meses desse ano, a Espanha começou

a manifestar a sua preferência pela criação de um Sahara independente, assegurando-se um relacionamento privilegiado com o novo Estado. A mobilização saharaui contra os ocupantes sofrera um grande incremento, e desde o 10 de Maio de 1973, já existia a Frente POLISARIO.

Ao mesmo tempo, o presidente argelino, Houari Boumediene, não se manifestava partidário de uma substituição da Espanha por Marrocos, nesse território que se estende das suas fronteiras até ao Atlântico. Em 20 de Agosto de 1974, Hassan II atirou a primeira pedra, ao declarar a sua oposição a qualquer referendo que incluisse a possibilidade de independência da colónia.

Em Outubro, em Rabat, Hassan falou com o então

presidente mauritano, Moktar Ould Daddah, sobre a conveniência de uma divisão do Sahara Ocidental entre o Marrocos e a Mauritânia. Daddah aceitou, e firmaram um acordo secreto bilateral. Desse modo, Hassan cedia uma parte do território reclamado, mas não ficaria somente na pretensão da sua posse.

Durante os meses de Abril e Maio de 1975, uma comissão das Nações Unidas visitou a zona, e recomendou a aplicação do princípio da autodeterminação para resolver as aspirações da população saharaui. Em 16 de Outubro, o Tribunal da Haia emitiu uma cautelosa recomendação favorável à autodeterminação. Apoiado nos aspectos que beneficiavam a sua tese, Hassan organizou a "Marcha Verde", em 5 de Novembro, para fazer pressão sobre uma Espanha que assistia à agonia de Francisco Franco. Nove dias depois, eram assinados os acordos de Madrid. A Mauritânia passava a ocupar uma região ao sul do Sahara Ocidental (Tiris El-Ghabia, ou Rio de Oro), o Marrocos ocupava os setenta por cento restantes (Saguia El-Hamra), e a Espanha desse modo traía as promessas feitas à população saharaui, contentando-se com uma participação na exploração dos jazigos de fosfatos mais ricos do Mundo.

Para a Frente de Libertação de Saguia El-Hamra e Rio de Oro (POLISARIO), esta divisão teve a perspectiva de uma guerra qualitativa e quantitativamente diferente. Por detrás do Marrocos e da Mauritânia, a potência colonial passou a chamar-se França.

EXPLORAR CONTRADIÇÕES E FRAQUEZAS

Em 10 de Junho de 1978, um golpe de Estado derrubou o presidente mauritano Ould Daddah, que foi substituído por um Comité Militar de Reconstrução Nacional, presidido pelo tenente coronel Mustafa Ould Mohamed Salek. Nesse mesmo dia, as novas autoridades expressaram o seu desejo de estabelecer a paz no Sahara. A 12 de Julho, a Frente POLISARIO dispôs-se unilateralmente em terminar as hostilidades. A sua estratégia começava a resultar, e o Exército de Libertação Popular Saharaui (ELPS) podia destruir o grosso dos seus efectivos ao ataque às forças armadas reais de Hassan II.

Em dois anos e meio, a principal fonte de renda mauritana — a produção das minas de Zouerat, — havia ficado totalmente paralisada, pelos consecutivos ataques do ELPS. E a França alarmava-se, na medida em que oitenta por cento dessa produção era consumida pela indústria francesa.

As condições sociais agudizavam-se na Mauritânia, como resultado da crise económica, e sobre ela, a polémica política interna, em particular em torno de um aliado discutível: Marrocos. A concepção do "Grande Marrocos" foi sempre tida em conta, historicamente, pelos sectores nacionalistas mauritanos. Para defender os acordos de Madrid dos ataques saharauis, Daddah foi obrigado a firmar com Hassan um pacto de defesa que implicou na fortalecimento do

débil exército mauritano com a incorporação de nove mil soldados marroquinos. Para a oposição, essa era a maneira de legalizar a presença militar de um inimigo dentro da Mauritânia, que chegado o momento, seria aproveitada. E a demonstração mais clara disso, verificou-se nos dias posteriores à assinatura do tratado de paz entre a Mauritânia e a Frente POLISARIO.

A 5 de Agosto, reuniu-se em Nouakchott, sem que tivessem previsto, o Alto Comité Militar de Defesa Marroquino-Mauritano. A situação entre os dois exércitos era tensa, e na realidade, o exército mauritano vigiava discretamente o exército marroquino. Durante o curso dessa reunião, as novas autoridades mauritanas pediram a retirada gradativa das tropas das Forças Armadas Reais.

Nessa ocasião, um ministro marroquino declarou particularmente a um jornalista, que se os soldados marroquinos tivessem que sair da Mauritânia, o Marrocos adoptariam as medidas necessárias à restruturação do seu dispositivo e defesa das fronteiras marroquinas no sul do Sahara. A mesma tese foi defendida nesses dias nas ordens militares expedidas por Hassan.

O pedido mauritano foi acatado parcialmente. As bases mais próximas a Nouakchott foram levantadas, mas cerca de seis mil soldados marroquinos instalaram novas bases no norte da Mauritânia e na região do Sahara Ocidental que lhe fora entregue pelos acordos de Madrid.

Em relação ao triunfo da aplicação de uma estratégia, o 10 de Julho signifi-



cou para a Frente POLISARIO o começo de um salto qualitativo na sua guerra de libertação. Foi também o primeiro passo de uma manobra diplomática internacional complexa que ainda não terminou.

Em 22 de Agosto, Reda Guedira, conselheiro de Hassan, visitou a Mauritânia, e reafirmou a oposição do Marrocos à criação de um mini-Estado Saharauí na província de Tiris El-Gharbia. Por outras vias, Rabat fez saber que se a Mauritânia renunciava à sua porção do Sahara, o Marrocos faria valer os "seus direitos".

TRIUNFO SAHARAUI

A tese do mini-Estado conhece as suas origens nos meios diplomáticos franceses. O plano "SADE" (*Sahara Demain, Amanhã o Sahara*) propõe uma redefinição das fronteiras e a admissão da existência de um

Estado Saharaui na parte do território que coincide quase que totalmente com Tiris El-Gharbia. A Frente POLISARIO denunciou este plano proposto pela França a diversos governos africanos.

Em 28 de Julho, o presidente Giscard D'Estaing referiu-se à guerra do Sahara, dizendo que "as novas circunstâncias permitem hoje o avanço de uma solução aceitável para todas as partes interessadas". A França não tinha motivos de preocupação com o golpe de Estado militar na Mauritânia, e muito menos por ter ficado alheio ao mesmo. Pôr fim às hostilidades, significava, economicamente, retomar a produção de ferro necessário à indústria francesa. Politicamente, parece mais sensato auspiciar a subsistência da Mauritânia como Estado, antes de ter que passar a tratar com um "Grande Marrocos" pró-ocidental, mas com manifestações de um nacionalismo por vezes incômodo.

Não bstante, na 15.ª Reunião da OUA que teve lugar em Khartoum entre 18 e 22 de Julho desse ano, a política francesa na África foi considerada por vários chefes de Estado como "uma ignobil estratégia de reconquista colonial". Com respeito ao conflito do Sahara Ocidental, foi dado um grande passo: decidiu-se criar um comité *ad hoc* encarregado de organizar uma conferência extraordinária da OUA para tratar do tema. Marrocos opôs-se vivamente.

De 9 a 16 de Setembro, desenvolveram-se em Paris negociações entre a Mauritânia e a Frente POLISARIO. A 18, Hassan II recebeu o presidente Ould Salek: o rei ameaçou intervir militarmente, se a Mauritânia firmasse um acordo de paz em separado com a POLISARIO.

A 25 do mesmo mês, a Frente POLISARIO realizou o seu 4.º Congresso. Decidiu manter o cessar fogo, e enumerou as três con-

dições a serem cumpridas pela Mauritânia para negociar a paz; reconhecimento da soberania da RASD sobre o Sahara Ocidental, restituição da parte ocupada, e o regresso das forças mauritanas às fronteiras internacionais reconhecidas em 1960. Houve, porém, outro facto significativo: pela primeira vez, uma delegação do partido governamental da Espanha participou em um acto da Frente POLISARIO.

DE ESTABILIZAR A MAURITÂNIA

As contradições do processo mauritano, e as pressões sofridas sobre o mesmo, têm o seu ponto culminante em 21 de Março deste ano, quando mediante um golpe interno, elimina-se do gabinete os três ministros representantes da tendência progressista, e qualificados como "ministros saharauis".

A manobra foi consolidada em 6 de Abril, com o acesso de Ahmed Ould Bucéif ao cargo de primeiro-ministro da Mauritânia. Considerado um "moderado, liberal e pró-occidental", Bucéif declarara que o eixo Rabat-Nouakchott-Dakar (Senegal) "é um eixo natural para nós, os mauritanos". Sobre a permanência de tropas do Marrocos na Mauritânia, declarou que "o governo é livre para recorrer a quem quer que seja na busca de ajuda... As tropas marroquinas estão aqui devido ao pedido do governo mauritano por uma razão precisa".

As declarações são particularmente significativas, se nos recordarmos de que em 30 de Março havia ter-

minado o prazo fixado por Salek para concluir o processo de evacuação dos soldados das FAR.

O processo iniciado em 10 de Julho de 1978, parecia assim ficar congelado, certificando o êxito de uma manobra levada avante pelo Secretariado para Assuntos Africanos e Malgaches da diplomacia fran-

cesa, representado por René Journiac, vinculado a interesses industriais franceses em África, por Hassan II, o presidente do Senegal, Leopold Senghor (cujo país é o limite sul da Mauritânia, com quem compartilha o Rio Senegal) e sectores políticos mauritanos vinculados ao deposto presidente Daddah, a interes-

o Tratado de Paz

O texto (na íntegra) do Tratado de Paz entre a POLISARIO e a República Islâmica da Mauritânia diz assim:

"1. Considerando o apego das duas partes, a mauritana e a saharauí, ao respeito escrupuloso dos princípios invioláveis das cartas da OUA e da ONU, relativos aos direitos dos povos a tomar as suas próprias decisões e a intangibilidade das fronteiras herdadas da época colonial.

2. Considerando o desejo sincero das duas partes em instaurar uma paz justa e definitiva entre a República Islâmica da Mauritânia e a Frente POLISARIO, conforme os princípios da coexistência pacífica, do respeito mútuo e da boa vizinhança.

3. Considerando a necessidade imperiosa para as duas partes de encontrar uma solução global e definitiva para o conflito, garantindo ao povo saharauí seus plenos direitos nacionais, e a paz e a estabilidade para a região.

1. A) A República Islâmica da Mauritânia declara solenemente que ela não tem nem terá no futuro reivindicações territoriais ou de outro tipo sobre o Sahara Ocidental.

B) A República Islâmica da Mauritânia decide deixar definitivamente a guerra injusta do Sahara Ocidental seguindo as modalidades acordadas em comum com o representante do povo saharauí, a Frente POLISARIO.

2. A Frente POLISARIO declara solenemente que não tem nem terá no futuro reivindicações territoriais ou de outro tipo sobre a Mauritânia.

3. A Frente POLISARIO, em nome do povo saharauí, e a República Islâmica da Mauritânia decidem mediante o presente acordo firmar entre ambos uma paz definitiva.

4. Imediatamente após a sua assinatura, as duas partes transmitirão este acordo ao Presidente em exercício da OUA, aos membros do Comité Ad-hoc, aos Secretários Gerais da OUA e da ONU, assim como ao Presidente em exercício dos Países Não-Alinhados.

Firmado em Argel, a 5 de Agosto de 1979.

Pela República Islâmica da Mauritânia, o Tenente Coronel Ahmed Salem Ould Sidi, Segundo Vice-presidente do Comité Militar de Salvação Nacional.

Pela Frente POLISARIO, Bachir Mustafá Sayed, Secretário-geral Adjunto.

ses franceses e partidários da continuação da aliança com o Marrocos.

As principais figuras dessa força política são Maria Teresa Daddah (mulher do ex-presidente), Ismail Ould Amar, antigo director da Sociedade Nacional Industrial e Mineira (SNIM), companhia franco-mauritana, e os oficiais Viah Ould Mayouf e Abdel Kader, e o gendarme Alioune Diaw, este último responsável pela Frente Walfougui, frente para a libertação das populações negras do sul da Mauritânia.

As tentativas de desestabilização foram postas em prática fundamentalmente, a partir de Dezembro de 1978, se bem que a agonia do presidente argelino Houari Boumedienne, e a sua morte a 27 desse mesmo mês, tenham jogado um importante papel nas expectativas dos seus adversários.

O presidente Senghor realizou uma viagem particular ao Marrocos em 3 de Dezembro, e entrevistou-se com Hassan. Foi depois desse encontro, que começa, a partir do Senegal, uma intensa campanha tendente a agitar as diferenças raciais existentes na Mauritânia, principalmente entre a população negra do sul do país. Simultaneamente, a Senhora Daddah — que reside no Senegal, — faz discretas viagens à Europa (Suíça e França), onde conferencia, principalmente com os representantes dos interesses industriais da zona.

No caso das relações com a França, o governo saído do 10 de Julho havia introduzido sérios elementos de tensão, motivado pela adjudicação das obras de cons-



O caminho de ferro
das minas de
Zouerat, durante
alvo preferido
dos guerrilheiros
saharaus

trução do troço Kiffanema da Auto-Estrada Transmauritana. As pressões francesas para que a licitação fosse favorável à empresa *Société Française Colas*, em detrimento da sociedade brasileira *Mendes Júnior* foram tão intensas, que o governo converteu o facto em uma questão de independência nacional. Optam pela empresa brasileira, e em 11 de Dezembro, o presidente Salek recebe o embaixador desse país na Mauritânia.

Ould Amar, o director da SNIM, viaja a Paris na última semana de Dezembro, e a 4 de Janeiro, apresenta a sua renúncia. A utilização da questão das minorias é apoiada por uma campanha da Imprensa do Senegal, e a participação da Agência France Press na mesma, é denunciada pelo governo mauritano. E finalmente, o seu representante é expulso do país. A campanha procurava apresentar o problema das minorias

como o mais importante do país, tentando desviar a atenção do tema da guerra com os saharauis, e a necessidade de sanear a economia nacional. O primeiro resultado foi criar divisões no seio do Comité Militar de Reconstrução Nacional (CMRN). Finalmente Salek destituiu os ministros progressistas, e um novo golpe interno fez de Buceif o homem forte do país.

NEM TUDO O QUE BRILHA É OURO

Apesar das ambiguidades e contradições mauritanas — e quem sabe, tendo em conta estas últimas, — a Frente POLISARIO não se dispôs ao restabelecimento das hostilidades, até não o considerar inevitável e útil os seus objectivos. E isto deu-se a 12 de Julho passado, exactamente um ano depois de ter decidido o cessar das mesmas, e cinco dias antes da reunião de chefes de Estado da OUA,

em Monróvia, na Libéria.

Enquanto isso, os saharauis desenvolveram uma crescente actividade militar contra o Marrocos, e uma intensa campanha internacional. No primeiro aspecto, uma demonstração do grau de desenvolvimento alcançado pelo *ELPS* — e campanha de alerta para Hassan, — foi a ocupação da cidade militar de Tan Tan, no sul de Marrocos.

No plano internacional, em 15 de Dezembro de 1978, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou uma resolução reafirmando o direito inalienável do povo saharauí à autodeterminação, e a responsabilidade da ONU na descolonização do Sahara Ocidental. A posição marroquina foi derrotada. Por outro lado, no seio da OUA, a Frente POLISARIO já foi reconhecida como a legítima representante do povo saharauí por trinta e cinco dos quarenta e oito países que a integram. E dezasseis também já reconheceram a RASD.

Para sondar a atitude do novo presidente argelino, Benjedid Chadli, em relação ao conflito, fizeram circular, a partir de Paris, a versão de um seu futuro encontro com Hassan. Em 27 de Fevereiro, o governo argelino perguntou ao governo francês esclarecimentos sobre "a origem, sentido e finalidade" das declarações "inoportunas" feitas pelo secretário de Estado para assuntos estrangeiros, Olivier Stirn, sobre a possibilidade desse encontro. Dois dias depois, Chadli enviou uma mensagem ao presidente mauritano, convidando-o a dar um impulso decisivo às negociações com a Frente POLISARIO.



El Aïoun, 1970.
a população demonstra
à delegação da ONU
que se deslocou
ao então Sahara «espanhol»
que está com
a F. POLISARIO.

Um velho combatente.



Giscard D'Estaing
e Hassan II
de «mão dadas».



A intensidade e o êxito dos ataques saharauis contra o Marrocos, obrigou Hassan a criar um Conselho Nacional de Segurança, incorporando ao mesmo dois representantes por partido político, isto a 8 de Março. Imediatamente, o novo organismo iniciou uma ofensiva diplomática, enquanto o parlamento marroquino recomendava a aplicação do "direito de perseguição" em território argelino.

Em fins de Abril, teve início um dos períodos mais activos em torno desta guerra, e parecia eminentemente o acordo de paz entre a Mauritânia e a POLISARIO. Em 22 de Abril, o ministro de relações exteriores mauritano, Ahmedou Ould Abdalah, assinou um acordo em Trípoli, na Líbia, comprometendo-se a uma reunião com a POLISARIO a 26 de Maio, para negociar as bases da devolução do território ocupado. A agência de notícias líbia JANA tornou público o acordo, e as reacções não se fizeram tardar. Marrocos, obviamente, mas também o governo mauritano, teve que desmentir e "interpretar" o facto através do seu chanceler.

No primeiro de Maio, o presidente do governo espanhol, Adolfo Suárez, viajou à Argélia em visita oficial para reactivar as relações entre os dois países. Essa viagem fazia supor uma manifestação mais clara da Espanha a respeito do Sahara.

Suárez reuniu-se com o secretário-geral da Frente POLISARIO, Mohamed Abdelaziz, e fez declarações políticas apoiando a autodeterminação do povo saharauí. Para acalmar Marrocos, anunciou-se a via-



Os oficiais do exército marroquino confrontados entre os ataques cada vez mais mortíferos dos guerrilheiros saharauis e os pelotões de fuzilamento de Hassan II, com os quais o monarca procura liquidar as marcas das derrotas

gem do rei Juan Carlos a esse país, com o qual a Espanha não tem nenhum interesse em esfriar as suas relações.

Quase que simultaneamente, o primeiro-ministro mauritano viajou a Rabat para encontrar-se com Hassan, depois a Paris, a finalmente a Madrid. A 6 de Maio, Buceif encarregou-se de lançar por terra as esperanças de um acordo de paz eminentes: declarou que a Mauritânia não assinaria qualquer acordo em Trípoli, e considerou "infundada" a informação segundo a qual o seu país aceitava restituir a parte do Sahara ocupada.

A PAZ

Em 27 de Maio, Buceif perdeu a vida em um acidente de avião. Para o eixo Paris-Rabat-Nouakchott-Dakar, foi um duro golpe,

o qual permitiu um novo avanço dentro do aparelho governamental, dos mauritanos partidários de uma solução definitiva para a guerra. Os conflitos sociais haviam-se intensificado, como consequência da campanha de desestabilização e também da repressão interna praticada por Buceif contra pessoas definidas como pró-POLISARIO.

Quando a Frente resolreu reiniciar as hostilidades, a situação política mauritana passava por um dos seus piores momentos. Finalmente, a reunião da OUA serviu para demarcar melhor as posições: junto com a maioria dos países africanos, a Mauritânia opôs-se decididamente ao Marrocos, e votou a favor da recomendação de que cessasse fogo no Sahara Ocidental, e que se organizasse um referéndum para que a população se mani-

festasse, ou a favor, ou contra a independência.

Consequentemente, no dia 5 de Agosto, o tenente coronel Ahmed Salem Ould Sidi, segundo vice-presidente do Comité Militar de Reconstrução Nacional, firmou o acordo de paz com a POLISARIO, representada pelo seu secretário-adjunto, Bachir Mustafa Sayed. No texto estão incluídos todos os pontos exigidos pelos saharauis, menos um: a RASD não é mencionada, e nem a sua soberania sobre o Sahara Ocidental.

De qualquer maneira, a assinatura deste acordo, implica automaticamente a denúncia dos tratados de Madrid. E por outro lado, a Mauritânia reconhece os direitos do povo saharaui, renuncia a toda e qualquer pretensão sobre o território, e qualifica de injusta a guerra do Sahara Ocidental.

Tudo indica que o governo mauritano completará a sua viragem em matéria de política internacional, procurando normalizar as suas relações com a Argélia, até agora interrompidas. Já foram dados indícios suficientes a esse respeito, além do mais coerentes, para continuar a suportar os embates com o Marrocos.

Sob um outro aspecto, um importante acordo económico pareceria sugerir a existência de interesses para que a Mauritânia vivesse em paz: O Banco Mundial, e outras catorze instituições financeiras, integraram um montante de quinhentos milhões de dólares para um projecto de desenvolvimento mineiro no norte do país perto de Zouerate. Participam a Companhia de Comércio Externo do

Kuweit, é Companhia Mineira Árabe, o Iraque, o Banco de Desenvolvimento Islâmico, o Fundo Saudita, bancos franceses e japoneses. As minas são propriedade da SNIM

A GUERRA CONTINUA

Hassan decidiu ser consequente com tudo o que já havia declarado: desconheceu oficialmente o acordo assinado em Argel, e insistiu com uma atitude bética, escudada na necessidade de defender as suas fronteiras e garantir a integridade territorial.

Depois das declarações, vieram os factos: Hassan ordenou o regresso das forças marroquinas instaladas no Zaire, que participaram no ano passado na repressão das forças rebeldes (Hassan também apoia o Acordo de Camp David), e o deslocamento daquelas que permaneciam em território saharaui ocupado pela Mauritânia. No momento em que fazímos esta nota, as Forças Armadas Reais estavam fortemente instaladas em Dakhla (Villa Cisneros), a cidade central de Tiris El-Gharbia, e próximas àquilo que o Marrocos considera as suas fronteiras actuais. Sempre dentro do seu estilo, Hassan para lá levou alguns jornalistas estrangeiros, para que assistissem a uma manifestação favorável a uma integração com o Marrocos.

Hassan é um hábil político, que conhece a importância dos factos, e que é capaz de produzi-los quando se torna necessário. A "Marcha Verde" é talvez o exemplo mais eloquente disso. Por outro lado, ape-

sar do isolamento internacional, nada indica que a França tenha decidido deixar Hassan livre à sua sorte, nem os Estados Unidos.

Até há muito pouco tempo, os Estados Unidos negaram a ajuda militar insistente pedida por Hassan, em troca dos seus bons ofícios pró-ocidentais. Mas, em princípios deste ano, o Departamento de Estado autorizou a venda de seis helicópteros *Chinook C-47*, sem impor a condição de que não fossem utilizados no Sahara. Em Abril, Carter aprovou a venda de 2,4 milhões de dólares em peças para aviões *F-5* e *C-130*, e outros três milhões em munições para os *F-5*, incluindo *rockets* e bombas. Posteriormente, o governo norte-americano propôs uma ajuda militar de trinta milhões de dólares, e o Senado aumentou-a para quarenta e cinco. Em 1980, essa ajuda poderá atingir os cento e cinquenta milhões de dólares.

Por outro lado, a empresa *Westinghouse Corporation*, completou a instalação de um sistema de radar para melhorar a defesa aérea de Marrocos. O projecto mais controverso, é a montagem de um sistema electrónico especial para detectar o deslocamento do exército saharaui no deserto, com um alcance de seiscentos quilómetros. Este projecto exige um investimento de 200 milhões de dólares, e tem ainda um mal antecedente: resultou inútil diante dos revolucionários vietnamitas. Não obstante, em Abril, o Departamento de Estado deu uma aprovação preliminar à *Northrop Page Communications* — construtora do

sistema, — para que nego-
ciasse com o Marrocos.

Todavia, a ajuda militar
francesa subsiste, e em
Abril a Frente POLISARIO
denunciou o sobrevôo do
território saharauí por
aviões franceses em missão
de reconhecimento.

No entanto, ambas as po-
tências não podem, aberta-
mente, aliar-se ao Marrocos,
sem aceitar o risco de
uma internacionalização do
conflito. Na ameaça de
uma intervenção oficial da
França, também a União

Soviética fez chegar a sua
opinião ao conhecimento
de Carter e Giscard.

Em termos históricos e
estratégicos, a dureza de
Hassan pode merecer mui-
tos qualificativos. Com as
actuais peças em jogo, há
motivos lógicos para que o
monarca decida abandonar
a carta da intransigência. A
guerra continuará, e os sa-
harauí estão preparados pa-
ra isso. Os seus ataques se
intensificam sobre umas
Forças Armadas Reais que
dão sintomas de desmoraliza-

zação e que pressionam
sobre um vulcão que a
qualquer momento pode
explodir: o Marrocos gasta
diariamente um milhão de
dólares nesta guerra, e dia-
riamente a situação econó-
mica do país se deteriora.
E não há muitas razões pa-
ra que, por detrás de Has-
san, um povo queira em-
penhar-se eternamente em
possuir um Sahara que, in-
ternacionalmente, é reco-
nhecido como pertencente
aos saharauis.

AO LEITOR

Talvez não saiba que

- Crescemos bastante en ano e meio de vida: de uma tiragem inicial de 19 000 exemplares, paassámos para perto de 35 000.
- Cerca de 25 000 habitantes dos novos países africanos de expre-
são portuguesa adquirem a revista.
- Exístem edições dos CADERNOS em inglês e espanhol, da res-
ponsabilidade da redacção central localizada na cidade do México,
e pensa-se no lançamento doutra em árabe.

A nossa expansão é sinónimo de melhoria de qualidade.

*Torné-se assinante dos CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO e receberá
a revista onde quer que se encontre.*

ASSINATURAS:

Pedidos à Tricontinental Editora Lda.
Rua Pinheiro Chagas, 41, 2.º-Dto.
1000 Lisboa

PREÇOS:

Portugal	— Anual (12 números)	380\$00
	— Semestral (6 números)	220\$00
Estrangeiro —	Anual (12 números) por via aérea	
Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São		
Tomé e Príncipe 14 dólares ou	600\$00	
	(escudos portugueses)	
Restantes Países	17 dólares	
	USA	

ANGOLA

«resolver os problemas do povo»



Sanear o comércio e melhorar a distribuição dos bens essenciais — um desafio que o MINCI tem enfrentado com êxito.

As sequelas do colonialismo praticado por um país de emigrantes, não são fáceis de superar.

Mário Junqueira

CONSIDERANDO que o compatriota António Adriano, subchefe do Posto de Abastecimento n.º 18, sito no Bairro Golf, desviou, em proveito pessoal, a quantia de Kz. 98.439,00; convinho punir com severidade todas as práticas desonestas, lesivas do interesse do nosso Povo; no uso da competência que me é conferida, DETERMINO:

1. É exonerado das funções de subchefe do Posto de Abastecimento n.º 18, o compatriota António Adriano.

2. Ao compatriota indicado no número anterior, para além das sanções judiciais a que estará sujeito face ao crime cometido, é-lhe interdito o exercício de qualquer actividade nos órgãos integrados na estrutura do Ministério do Comércio Interno.

3. Remeta-se cópia do processo ao Tribunal Popular Revolucionário.

4. Este despacho entra imediatamente em vigor."

A assinatura é do ministro do Comércio Interno, Carlos Alberto Van-Dunem. A publicação vem no "Jornal de Angola" de 16 de Junho de 1979.

Despachos idênticos, referentes a outras pessoas e outros cargos e empresas comerciais do Estado angolano, tornaram-se comuns nas páginas do "Jornal de Angola" durante esses oito meses em que o ministro, mais conhecido como "Beto" Van-Dunem, ocupa o espinhoso cargo.

O trabalho de denúncia e punição administrativa dessas faltas cometidas nas estruturas de comercialização do MINCI (Ministério do Comércio Interno) se estende também às provín-

cias do interior. No dia 2 de Agosto deste ano, é publicado um comunicado do ministro dando conta do seguinte:

"(...) mais uma vez, o MINCI vem publicamente denunciar práticas lesivas da economia nacional e, consequentemente, dos interesses do nosso Povo. Desta feita, as ocorrências verificaram-se em algumas estruturas empresariais deste Ministério da Província do Uije, onde certos compatriotas, contra todos os princípios estabelecidos pelo nosso Partido, furtaram e desviaram valores cujo montante ascende a Kz. 3.416.005,20, tendo sido detectados e desmascarados graças à apertada vigilância revolucionária dos trabalhadores (...)."

A ofensiva tem detectado e punido não apenas furtos. Em Malanje, capital da província central do mesmo nome, responsáveis da EGROSBINGI (Empresa Grossista de Bens Industriais da província) até o mês de Junho último foram afastados dos cargos e colocados noutros postos. No caso, o delito foi a prática de açambarcamento de bens industriais, e os resultados do inquérito foram passados à Polícia Judiciária para as medidas criminais.

Estas medidas disciplinares, muito frequentes nos últimos meses, demonstram, de um lado, a vontade e a decisão de por cobro aos abusos, dar respeitabilidade e eficácia à actividade comercial nas lojas e armazéns do Estado. Por outro, fica evidente que os problemas são muitos, que infundir seriedade e disciplina em todo o sector não é tarefa que se esgotará em

pouco tempo. Os abusos, as tentativas de enriquecimento rápido, os desvios de fundos e bens, são uma tentação a que muitos se deixam arrastar.

PAPEL CRUCIAL DO COMÉRCIO

Trata-se de um sector extremamente corruptível nas condições vividas em Angola, em que há carência de bens de consumo de todo o tipo, em que as estruturas comerciais foram destruídas e é preciso montá-las de novo, na sua quase totalidade. E o comércio interno, no seu papel crucial de distribuir da maneira mais justa e possível os bens valorizados pela escassez, tornou-se uma actividade determinante para cumprir a palavra de ordem lançada pelo Presidente Agostinho Neto em Dezembro do ano passado: "o mais importante é resolver os problemas do Povo".

Tem-se avançado muito na melhoria do abastecimento, pelo menos na capital. O esquema praticado a partir de Março, com supermercados a funcionar em horas que facilitam as compras aos que trabalham, a venda exclusiva aos trabalhadores mediante a apresentação do cartão de trabalho e atestados actualizados fornecidos pelas empresas, foram medidas que agilizaram o abastecimento, principalmente àqueles que produzem bens e serviços.

Em Maio, seis dezenas de lojas em Luanda iniciaram num fim-de-semana a venda de roupas e calçados, artigos até então raros e difíceis de adquirir por aqueles que, pelo seu horário de trabalho, não podiam ficar

na bicha quando tais produtos apareciam num ou outro estabelecimento. Ao inaugurar as vendas no sábado e no domingo, desta vez, a iniciativa do MINCI favoreceu os trabalhadores. Um inquérito posterior do "Jornal de Angola" junto ao público mostrou a satisfação popular pela medida.

A regulamentação da actividade comercial, o tabelamento dos preços, a abertura de novos supermercados, foram medidas postas em prática e que melhoraram sensivelmente a distribuição dos bens de primeira necessidade, especialmente de alimentos.

Também produtos industriais — frigoríficos, fogões, etc., — foram organizadamente postos à venda, de forma a tentar favorecer os trabalhadores, embora neste sector as carências maiores limitem as possibilidades.

Apelos à sistemática vigilância popular foram lançados continuamente pelo MINCI, com o objectivo de mobilizar a população para o controlo da actividade

comercial. Denúncias sobre várias irregularidades — amiguismo, açambarcamento, especulação, preços exorbitantes, desvios, mau atendimento, etc., — tornaram-se uma constante, e os seus autores recebem a qualificação de sabotadores contra-revolucionários.

Actualmente já foram distribuídos mais de 120 mil cartões de abastecimento, que permitem um abastecimento regular nas lojas de bens de primeira necessidade controladas pelo governo. Para a aquisição de bens industriais, emite-se um cartão diferente.

No combate ao "parasitismo e oportunismo que se desenvolveu no sector comercial", à "anarquia e liberalismo que existia anteriormente no Ministério", foram necessárias medidas draconianas para disciplinar comerciantes e cooperativas de consumo. Em meados de Julho passado, o MINCI decidiu cortar o fornecimento de todo e qualquer produto aos comerciantes privados que tinham enormes dívidas para com as empresas grossistas.



Agostinho Neto: «o mais importante é resolver os problemas do povo».

tas estatais. Na altura essas dívidas somavam quase trinta milhões de kwanzas, isto é, cerca de um milhão de dólares.

Nos meses anteriores, as medidas disciplinadoras tinham-se centrado sobre as cooperativas de consumo — de bairros, locais de trabalho, de municípios e comunas da província de Luanda, — que chegaram a totalizar uma dívida de 93 milhões de kwanzas para com o MINCI. Só uma delas, a do bairro Sambizanga, de Luanda, chegou a dever 17 milhões.

COMBATER E EVITAR A CORRUPÇÃO

Como essas quantias significavam produtos fornecidos pelas empresas estatais grossistas às cooperativas, era evidente que a situação poderia ser fruto de irregularidades como desvios de mercadorias ou fundos, des controlo total das contas da cooperativa. O comunicado do MINCI de meados de Junho, que prorrogava por 20 dias o prazo para liquidação das dívidas, sob pena de corte de fornecimento e incriminação judicial, referia: "as receitas dessas vendas (dos produtos fornecidos pela empresa do MINCI) têm entrado nos bolsos de alguns dos inimigos do Povo, que se servem do Povo para poderem ter uma vida de ambições e luxúrias".

Ao tomar essas medidas, o MINCI sempre tomou o cuidado de esclarecer que não se tratava de atacar o comércio privado ou cooperativo, de condenar tais empresas em favor de uma estatização total da actividade, mas apenas de medidas que visam disciplinar o



Durante a guerra contra os «apêndices» do imperialismo, FNLA e UNITA, a palavra de ordem era já «produzir para resistir».

sector e coibir os abusos, solucionar as situações claramente irregulares.

O trabalho do ministro "Beto" Van-Dunem e do vice-ministro Gamaliel Martins, que tem produzido frutos, não é tarefa fácil, nessa fase de Reconstrução Nacional. Para a análise periódica da actuação do Ministério, constituiu-se uma estrutura alargada no topo do organismo: o Conselho Consultivo, que já se reuniu por duas vezes e de que participam os responsáveis de Departamentos e delegados provinciais do MINCI.

"Estamos satisfeitos com o MINCI", escreveu no início de Julho um leitor do Lobito ao "Jornal de Angola". A sua carta, que lamenta a fraca distribuição do gás na cidade, chama a atenção porque a secção dos leitores daquele jornal

tem sido farta em denúncias de abusos e falhas nas estruturas comerciais do país. Na verdade, pelo menos em Luanda, é voz corrente que o abastecimento tem apresentado progressos nos últimos meses.

Seria preciso conhecer um pouco a história angolana, o que significou a dominação colonial portuguesa e o violento processo da independência, para compreender a incidência da actividade comercial sobre a vida da nação. A distribuição tornou-se um dos sectores mais sensíveis e problemáticos do país, com evidentes e profundos reflexos políticos.

A palavra de ordem — "O mais importante é resolver os problemas do povo" — passa pela solução dos problemas mais prementes da distribuição dos

bens essenciais — alimentos, sabão, roupas, calçados. Fazer chegar produtos industrializados ou litorâneos como o óleo de cozinha, sabão e até mesmo o sal às zonas do interior e, no sentido inverso, trazer às cidades a produção agrícola, é um problema cuja solução exige tempo. Depende das estruturas comerciais e de transporte, cuja recomposição nunca é tão rápida como o exige a urgência dos "problemas do povo".

UM COLONIALISMO ESPECÍFICO

Não é raro ouvir dizer que o colonialismo português foi dos mais "benéficos", ou, em outras palavras, dos "menos cruéis". Os argumentos para tal afirmação são vários, e apa-

rentemente evidentes. Basta comparar a quantidade de mulatos e mestiços em geral, resultado da presença colonial, entre os países colonizados por Portugal e os de colonização francesa, inglesa ou outra qualquer.

Os colonos portugueses eram na maioria trabalhadores, pessoas humildes que em grande parte não se recusaram a misturar-se com os africanos. Não é por acaso que o processo em Angola e Moçambique (que apresentavam grandes potencialidades económicas) não chegou a sofrer sérias ameaças de evoluir para situações semelhantes às da Rodésia ou África do Sul. Ou mesmo da Argélia.

A época da independência, são notórias as diferenças entre a situação deixada pelos ingleses e franceses e a das ex-colónias portuguesas.

É bem verdade que nenhum colonialismo é benéfico ou "menos maléfico". É uma situação absolutamente condenável. Mas é também verdade que o colonialismo português apresentou as suas especificidades. E que não basta distinguir a capacidade económica de uma Grã-Bretanha e a de Portugal, ou definir a colonização angolana como "de povoamento", para explicar as consequências específicas provocadas pelas diferentes colonizações.

Portugal é desde há séculos um país exportador de mão-de-obra. Milhões de Portugueses emigraram para os países desenvolvidos da Europa, para o Brasil, para a América do Norte, Venezuela. Parte deles, apesar da proibição das leis, são analfabetos. Portugal, nação de oitocentos anos, ainda tem mais de

trinta por cento de analfabetismo.

A maioria dos imigrantes saem de Portugal em busca de trabalhos humildes, para serem "manoeuvre", mão-de-obra não qualificada nos países que os recebem. Contentam-se com ser trabalhadores de limpeza, carregadores, motoristas, e quando muito operários semiqualificados ou pequenos comerciantes.

Em suma, exactamente o contrário das demais potências coloniais, as quais são justamente as que recebem imigrantes portugueses, árabes, turcos, espanhóis e italianos para fazerem os trabalhos humildes, "sujos", que os cidadãos "desenvolvidos" se recusam a fazer.

Tal diferença teria de se reflectir na colonização. Os "colonos" portugueses não eram diferentes dos que emigravam para a França, Alemanha ou Brasil. Contrariamente aos franceses, ingleses ou belgas, iam em busca de qualquer trabalho e não apenas para serem os "grandes patrões", os *farmers* ou directores.

Abertas as colónias ao "povoamento", esses mais imigrantes que colonos ocuparam, principalmente em Angola, não só os postos de maior importância administrativa ou económica, mas todo e qualquer tipo de função, até mesmo os mais humildes e subalternos, desde que parecesse possibilitar o enriquecimento. Muitos, frustrados nos planos de se tornarem ricos, acabaram satisfazendo-se com um simples emprego de sobrevivência, sem maiores perspectivas de prosperidade. Entre as centenas de milhares de "retornados" de 1975/76,

a grande maioria era humilde, sem grandes posses.

"COLONOS-IMIGRANTES"

Não é estranho, que os portugueses ocupassem todos os escalões da economia, tanto no processo produtivo como nas estruturas de serviços, tanto no grande como no pequeno comércio. E Angola, potencialmente mais rica, vista como a maior possibilidade de enriquecimento rápido, recebeu o maior fluxo desses "colonos", na verdade mais emigrantes do que colonos, *petits blancs* no dizer dos franceses.

As colónias mais próximas, como Guiné e Cabo Verde, ofereciam limitadas possibilidades económicas, o que anulavam as vantagens da proximidade. Entre Angola e Moçambique, as mais promissoras, a primeira era a atracção maior para os que queriam-se enriquecer, para os empreendedores e aventureiros. Primeiro, devido às suas riquezas e segundo, porque estava mais perto, o que se reflectia no preço das passagens, um factor por vezes decisivo para os mais pobres.

Essas determinantes, junto a outras, fizeram com que a colonização em Angola atraísse mais portugueses das camadas mais humildes, o que levou à "invasão" de todas as áreas de actividade. Um colono inglês ou francês dificilmente se conformava com ser motorista de táxi ou simples operário numa colónia. Nenhum deles abandonou o país, onde o trabalho desqualificado é relegado aos imigrantes, tendo por ideal um posto subal-



Combater prioritariamente o açambarcamento e a corrupção.

terno na administração pública ou uma pequena propriedade.

Em contrapartida, os portugueses, *petits blancs* na sua maioria, monopolizaram praticamente até mesmo as ocupações "desprezíveis" na óptica dos grandes colonos. As funções de motorista, operário semi-especializado, do funcionário menos qualificado, postos disputados pelos emigrantes noutros países, não o seriam menos em Angola. Até mesmo o "comércio do mato", o último escalão da rede comercial, foi ocupado pelos portugueses, às vezes de forma violenta, por meio de guerras que esmagaram o incipiente comércio africano, como no planalto central, onde essa actividade já apresentava certo desenvolvimento. Quando da independência, eram raros os angolanos que não fossem filhos de colonos que sou-

bessem conduzir um automóvel.

Essa "invasão dos colonos-imigrantes" terá bloqueado a evolução de muitas actividades autóctones. O artesanato que devia existir, como em todo o Mundo, para a satisfação de necessidades mínimas — utensílios de cozinha, material de higiene, sabão etc., — não poderia subsistir ou progredir com as novas relações. A independência e a fuga massiva dos portugueses revelaram que as populações do interior tinham sido levadas a uma completa dependência dos fornecedores brancos de bens essenciais, como óleo de cozinha, sal, sabão, tecidos.

A relativa auto-suficiência dos camponeses em muitas partes do Mundo, mesmo em países de desenvolvimento relativo maior (portanto com maior interdependência campo-cida-

de), não foi a situação atingida pelas populações do interior angolano. É as condições foram extremamente agravadas pela guerra, pelas deslocações forçadas que obrigaram a um certo nomadismo circunstancial. Repentinamente desapareceu o comerciante português que trazia os bens essenciais (ou tornados essenciais), e os meios de transporte que só o branco possuia e sabia manejar.

Essa situação foi produto de uma colonização praticada por um país exportador de mão-de-obra não qualificada. O corte brusco que representou o conturbado processo de independência tornou-se mais grave que nos outros países, por causa dessas condições criadas pelo tipo específico da colonização portuguesa em Angola.

Assim, se os dados aparentes — colonos pobres, de extracção popular, que

se dedicavam a trabalhos humildes e se misturavam com os africanos, o que gerou grande número de mestiços podem levar à conclusão de que foi um colonialismo "menos desumano" nas relações inter-pessoais, a verdade é que as consequências para o novo país independente são tão dramáticas quanto noutras novas nações, talvez até mesmo mais graves. Não se chegou ao racismo tipo *apartheid*, nem à separação absoluta das comunidades africanas e europeias como, por exemplo nas colónias britânicas, mas isso tem a sua contrapartida.

O novo país enfrenta não só a carência absoluta de quadros médios, como na África em geral. Faltam também quadros de base nas fábricas, na administração, nos serviços, e mesmo no comércio, como se observa pelas enormes dificuldades que enfrenta o Ministério do Comércio Interno.

OS PROBLEMAS DO TRÂNSITO

As consequências disso tudo podem ser notadas e medidas através de outros factos simples e concretos.

Em Maio deste ano, a Polícia Popular de Angola emitiu uma nota informando que, durante o primeiro trimestre, tinham sido registados 722 acidentes de viação na cidade de Luanda, dos quais resultaram 67 mortos entre as 47 vítimas feridas. A nota da Polícia especificava: 426 acidentes verificaram-se entre automóveis, 52 entre automóveis e biciclos ou motociclos, 40 de automóveis contra obstáculos fixos; houve 177 atropelamentos de pessoas.

pág. 44 n.º 17/Setembro

Findo o primeiro semestre do ano, a Polícia angolana volta a publicar as suas estatísticas: 1459 acidentes de trânsito nos seis primeiros meses do ano. Segundo o "Jornal de Angola" de 11 de Julho, o resultado foi de 1006 vítimas, mais de uma centena de mortes, e os danos materiais calculados em mais de 43 milhões de kwanzas (quase um milhão e meio de dólares USA).

Entre as vítimas mortais de acidentes, contam-se por vezes importantes quadros e dirigentes do Partido e do Estado. Recentemente, no início de Agosto, o Comissário Provincial de Moçâmedes, Marcelino Dias, capitão das Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, promovido postumamente a Major, faleceu num acidente no Lubango, capital da província da Huila, no sul do país.

Como formar, em pouco tempo e na quantidade suficiente para recompor o sistema de transportes, motoristas bons e seguros? Com a debandada dos portugueses em 1975, tinham ficado muito poucos no país.

É preciso ver que nos países desenvolvidos, o trato com os automóveis e as máquinas em geral datam de muitos anos. E mais: os contactos iniciais sempre foram com veículos rústicos e lentíssimos, comparados com os de hoje. A destreza e a segurança na condução nesses países evoluiu com o aumento gradual da velocidade e da sofisticação dos carros, assim como com a preparação das condições materiais para a "sociedade do automóvel".

Os africanos, e os angola-

nos em particular, foram forçados a mergulhar diretamente na era dos carros sofisticados, que atingem 150, 200 quilómetros por hora. Em Angola, agravado pelo facto de que conduzir automóveis era quase exclusivo dos portugueses. Tanto que após a independência, Luanda tornou-se uma cidade sem táxis. Os carros e a profissão, monopólios dos "colonos-imigrantes", desapareceram da noite para o dia, deixando uma triste memória: os taxistas, ultra-reaccionários e racistas, tinham sido participantes activos dos massacres nos bairros de Luanda.

Um longo e paciente trabalho de educação e aplicação de controlos será necessário para superar tais anomalias de trágicos resultados. A compreensão das suas causas ajuda a limitar ao indispensável as consequências dessa pesada herança do colonialismo. Uma das tentativas da Polícia de Trânsito foi adquirir aparelhos de radar para detectar infractores do limite de velocidade. É de se perguntar se tal medida ajudou a disciplinar o trânsito, com a eficácia que apresenta nos países desenvolvidos para as quais foi idealizada, junto a outras medidas de segurança. Segundo a nota da Polícia angolana, no primeiro trimestre do ano, foram remetidos ao tribunal, por excesso de velocidade detectada pelo radar, 329 condutores.

Toda essa herança da colonização portuguesa, com consequências específicas, de desorganização mais profunda da formação social autóctone, vai sendo aos poucos combatida e superada. O imenso esforço



de reorganização e reestruturação do sistema de abastecimentos do MINCI é uma amostra desses progressos.

A administração pública vai-se gradualmente libertando da irracionalidade da burocracia herdada dos portugueses. Além da absoluta falta de quadros legada, é preciso lembrar que o Estado português colonialista hipertrofiava o sector administrativo e criou coisas irrationais como restringir a validade de certos certificados — o de nascimento e o de óbito, — a alguns meses.

Será preciso empo para que chegue a bom termo a marcha forçada da recons-

tituição da rede comercial e de transportes em todo o país. Para que se atinja o grau necessário de dignificação e consciência em profissões como a de motorista e as do comércio. Mas os avanços são consideráveis, se se considera que Angola vai completar apenas quatro anos de vida independente e emerge do passado colonial com as sequelas que mencionamos, agravadas pelas destruições materiais e sociais da guerra de independência, além das contínuas agressões externas sofridas.

“O mais importante é resolver os problemas do povo” é uma palavra de ordem de forte impacto, que

tem impulsionado a actuação dos organismos do governo e a consciência do povo, no sentido de buscar soluções e combater os abusos e a inoperância.

O quarto aniversário da República Popular de Angola, a 11 de Novembro, deverá assinalar esses progressos conseguidos na Reconstrução Nacional. Na disposição de continuar a luta e na certeza de que só a independência, proclamada há quase quatro anos, abriu caminho para uma solução verdadeira aos problemas do povo angolano.

CABO VERDE o povo fala a sua língua



Factor de coesão entre povos e nações, a língua falada, ou escrita, oferecia um sério problema à implantação colonialista e, consequentemente, a uma maior e mais «rentável» exploração do colonizado.

Carlos Comitini



UMA das primeiras medidas que os colonialistas tomaram ao chegar a África, América Latina ou Ásia foi a proibição das línguas nativas; isto é, tentavam fazer um corte na história dos povos a serem explorados durante vários séculos.

A explicação para essa tomada de atitude está no facto de as línguas nacionais actuarem como um factor de coesão. Para isso contavam com grandes aliados: a cruz e a pólvora. Através do primeiro, introduziam seu próprio idioma. Na maioria das vezes eram os padres que se tomavam a tarefa de "ensinar" a falar e escrever. Eram responsáveis pela fabricação de "assimilados". Com a pólvora, massacravam todos os "selvagens" que se opunham a esse trágico destino. Quantos foram mortos ou presos por causa dessa rebeldia? Milhares! Mas... não foram suficientes para exterminar os anseios de justiça e liberdade; esses que hoje permitem a países como Cabo Verde tentar recuperar sua verdadeira história após o corte imposto pelos colonialistas durante muito tempo.

Os europeus, dizia Eduardo Mondlane, *desprezaram e ignoraram a cultura e educação africanas tradicionais*. Segundo o líder moçambicano assassinado pelos portugueses, *os europeus*, os europeus assaltaram-nas, instituindo uma versão do seu próprio sistema de educação, totalmente fora do contexto, que viria desenraizar o africano do seu passado e forçá-lo a adaptar-se à sociedade colonial. Era necessário que adquirisse desprezo por seus próprios antecedentes.

Luis Romano,
o conhecido
escritor
caboverdiano
entrevistado
pelos «cadernos
do Terceiro
Mundo».

*cadernos do
terceiro
mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957*



Nos territórios portugueses, a educação do africano tinha dois objectivos: formar um elemento da população que agiria como intermediário entre o estado colonial e as massas, e inculcar uma atitude de servilismo no africano escolarizado. As escolas foram, antes de tudo, agências de expansão da língua e da cultura portuguesa. O fim era criar "civilizados", "assimilados".

O código de assistência ao nativo de 1921 definiu o africano civilizado como aquele que sabia falar português, havia se desligado de todos os costumes tribais e tinha emprego estável e remunerado. Este devia ser olhado como português de pleno direito, enquanto que todos os que não preenchessem estes requisitos ficavam sob a autoridade dos administradores. Esta era a base do sistema pelo qual a população africana se dividia em "assimilados", minoria que tinha adoptado um estilo de vida essencialmente português, e "índigenas", a grande maioria da população.

Marcelo Caetano dizia que para pertencer à comunidade lusíada, o africano devia saber ler e falar correntemente o português. No entanto, 40 por cento da população era composta por analfabetos...

Maria Carrilho, socióloga portuguesa, explicava, em "Sociologia da Negritude", que todo o africano que tenha frequentado as escolas coloniais sabe o que significa, a nível de sua identidade, aprender a História, a Filosofia e a Geografia da França, da Inglaterra ou de Portugal (assim como o Francês, o Inglês ou o Português) e descobrir a ausência da História do seu povo. E, tendo tomado consciência da exploração colonial, ao comunicar suas ideias aos outros, têm que fazê-lo usando a língua do opressor.

Todavia, há "assimilados", como o actual presidente do Senegal, Leopoldo S. Senghor, que afirmam: "A verdade é que nós enriquecemos a França com nossas matérias-primas, mas recebemos dela produtos acabados, máquinas e benefícios da técnica,

a sua cultura e sua língua..." Senghor, que povo africano pediu aos colonizadores que esmagassem, exterminassem e reprimissem a sua cultura e sua língua? Somente as minorias "assimiladas" podem pensar assim.

CABVERD OU KABVERD

Importantes passos têm sido dados neste Estado para recuperar a língua: em 14 de Abril de 1979, o Governo determinou que o caboverdiano se constituísse em Língua Nacional. Isto merece algumas explicações.

Consultado para esse fim, o escritor dessa nacionalidade, Luís Romano, comentou a *Cadernos de Terceiro Mundo*: "Com o decorrer dos séculos, a Língua Caboverdiana, contrariando as hipóteses técnicas, estruturou-se por instinto de defesa natural/nacional e tornou-se uma realidade linguística presente para deixar de ser uma curiosidade folclórica do passado".

Actualmente o caboverdiano é falado por cerca de 300 mil habitantes, no Arquipélago, e aproximadamente por mais 500 mil

emigrantes residentes no estrangeiro. Sua escrita é divulgada, principalmente, através de canções locais e esporadicamente por alguns jornais, livros e revistas nacionais que percorrem o Mundo no roteiro dos emigrantes.

No que respeita à origem da língua, Romano teorizou: "Dos povos africanos capturados na antiga Costa da Guiné e trazidos para Nossa Terra, presume-se que a predominância tenha sido nígero-senegalesa de que se encontram vestígios aculturados em práticas místicas e festivas entre os "Badius", ou habitantes da Ilha de Santiago, descendentes dos Iolofos e ainda conservadores da característica Tabanka (do Batuk, da Tchabeta e outras manifestações de fonte africana)".

Em algumas das ilhas de Cabverd, a presença de termos daquela origem — que precisam ser definidos, conhecidos e divulgados e não ignorados como inexistentes até então, diz-nos Romano — confirma a existência de um acervo que o linguista qualificado poderá coligir facilmente em contacto com o povo. Verdadeira linguagem novi-romântica, o caboverdiano é

uma fonte de surpresas, misteriosa e desconhecida, com sua morfologia baseada nos moldes latinos da Antiga Península Ibérica, conquanto resumida pela influência bilíngue afro-europeia.

Por instinto de conservação, os africanos tiveram que resistir ao sistema escravagista, forjando entre si um código de entendimento que pouco a pouco se propagou e deu origem ao *caboverdiano*. Eis porque, no entender de nosso entrevistado, sua língua significa um documento vivo do património popular para o acervo da história dos cativos da Época dos Resgates, com sua herança afro-europeia fundida na definição-de-família que os caracteriza como cidadãos livres, e não como "crioulos", termo prejorativo, escolhido intencionalmente pelos europeus.

PALAVRA DE ORDEM: RECUPERAR A LÍNGUA NACIONAL

É importante dizer que ainda são poucos os países que realmente têm dado valor às línguas nativas. São os seguintes, na África: Tanzânia (*swahili*, e inglês oficial); Zâmbia (as cinco principais línguas bantos são reconhecidas para fins educacionais e administrativos: *myanja*, *bemba*, *lozi*, *luvale* e *tonga*); Argélia (árabe, oficial); Burundi (o *rundi* ou *Kirundi*, uma língua banto e o francês são oficiais); Egito (árabe, oficial); Madagáscar (*malgache* e francês são as línguas oficiais); Marrocos (língua oficial, o árabe); Mauritânia (árabe e francês, oficiais); Quénia (o *swahili* é a língua oficial); Ruanda (o

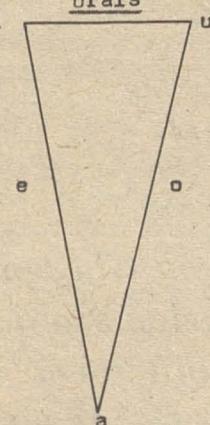


Novo alfabeto adoptado em Cabverde (alfabeto fonológico)

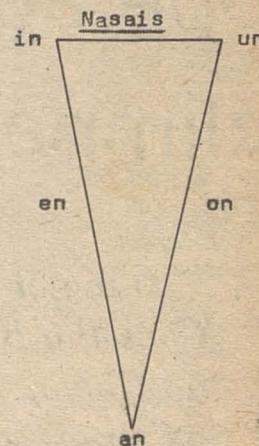
Consonantes

p	t	c	k
b	d	j	g
m	n	ñ	(ñ)
f	s	sh	
v	z	zh	
	r		
	l	(f)	
		lh	

Oral's



Vogais



Pronome Pessoal

N =
Primeira pessoa do singular

kinyarwanda língua banto e o francês são oficiais); Suazilândia (o *sisuati* e o inglês são oficiais); Sudão (o árabe, oficial); Tunísia (árabe, oficial) e Uganda (*swahili* e inglês são oficiais).

Ultimamente Cabo Verde tem dado passos decisivos nessa direção. Em Moçambique apresentada pelo Governo e aprovada em 14 de Abril, adoptou o dialeto de Santiago como língua de base para o país. É importante fazer notar que esses falares são muito parecidos com os da Guiné-Bissau, o que possibilita uma maior aproximação histórica entre os dois povos.

A proposta dos dirigentes do PAIGC baseou-se no direito da criança ser ins-

truída em sua língua materna, no direito de um povo reivindicar a promoção da sua língua a nível de língua oficial, e considerando que, com a Independência, se verificou uma inversão de valores em relação aos portugueses. O caboverdiano passou, então, a ser reivindicado pelas massas como língua nacional, por considerarem que, como língua materna, é a única que permite à criança uma aprendizagem sem traumas e uma inserção harmoniosa na sociedade.

Obviamente depois de tantos anos de obscurantismo colonial não será possível institucionalizar de um dia para o outro o caboverdiano. Mas a longo prazo, já se lançaram as bases para

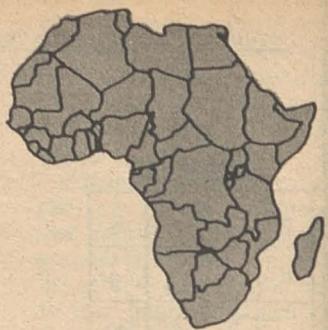
a generalização da introdução da língua no ciclo primário e no secundário, como veículo de ensino, a introdução do cabo-verdiano na vida administrativa, económica, social e política do país e o seu acesso ao estatuto de língua oficial. O português, finalmente, utilizar-se-á como meio de comunicação com o exterior e forma de acesso a outras culturas.

Com esta medida patriótica, o Governo do presidente Aristides Pereira dá mais um passo no sentido do povo de Cabverde se reencontrar com a sua verdadeira história e alcançar a independência real e definitiva.

GHANA I

operação

«limpeza»



O major Mensah Gbedemah, membro do Conselho Revolucionário das Forças Armadas do Ghana, entrevistado em Lusaka, durante a Conferência da Commonwealth, explica as execuções de ex-presidentes e generais.

Blamuel Njururi



Jerry John Rawlings, capitão da Força Aérea do Ghana, e presidente do Conselho Revolucionário das Forças Armadas, justificou a execução de ex-presidentes e dirigentes políticos, após o vitorioso golpe de Estado, afirmando que «o exercício da democracia exige uma revolução moral».

DESDE o golpe de Estado de 4 de Junho, dirigido pelo jovem tenente da Força Aérea Jerry John Rawlings, o Conselho Revolucionário das Forças Armadas (CRFA), que assumiu o poder, engajou-se numa drástica operação de limpeza, iniciada dentro da sua própria instituição.

A depuração, que surpreendeu o Mundo pela rapidez e violência, começou pela cúpula do próprio Exército. Ex-chefes de Estado e altos comandantes foram rapidamente presos, submetidos a tribunais militares e passados pelas armas.

Entre os executados encontravam-se os antigos chefes de Estado, general Fred Akuffo e coronel Ignatius Acheampong, o general Akwasi Afrika e outros generais, almirantes e ex-ministros. Muitos outros oficiais superiores estão a ser submetidos a tribunais militares, todos acusados de corrupção, abuso de poder, enriquecimento ilícito, nepotismo.

As prisões tiveram lugar sobre o pano de fundo das eleições civis, que deverão reconduzir esta antiga colónia britânica a um governo civil. O presidente eleito, Hilla Limann, é o líder do partido que conseguiu a maioria absoluta no Parlamento e que é considerado como herdeiro do primeiro presidente ghanês e respeitado líder africano, já falecido, Kwame N'Krumah.

O CRFA comprometeu-se a transferir o poder aos civis eleitos a um de Outubro, quando considera que estará terminada a limpeza. Permanece, contudo, a pergunta se todas as execuções foram justificáveis. Houve grandes pressões por parte da Nigéria, inclusive com o corte de fornecimento de petróleo, para a suspensão dos fuzilamentos sumários.

Sobre esse tema, entrevistámos o major Mensah Gbedemah, membro do CRFA, quando esteve na capital da Zâmbia, Lusaka, para participar da Conferência da Commonwealth.

Depois de tomar o poder em Junho passado, o Conselho Revolucionário das Forças Armadas disse que postergaria por três meses o retorno a um governo civil. Enquanto isso, realizaram-se eleições com a esperança de que os civis assumirão o poder a 1 de Outubro. Qual é a posição actual?

A posição oficial é de que retornaremos aos quartéis para facilitar que os civis assumam o poder. Individualmente, alguns oficiais poderão retirar-se ou renunciar quando e como o desejarem.

A operação de limpeza da casa, lançada pelo tenente aviador Jerry Rawlings, levou à execução de três antigos chefes de Estado e ao encarceramento de alguns oficiais superiores. Não crê que estes actos mancham a imagem do CRFA diante dos ghaneses e da comunidade internacional?

Antes dos oficiais de Junho tomarem o poder no Ghana, a maioria dos comandantes em serviço também participava do governo central. O levantamento foi contra o governo de que faziam parte, por isso a maioria foi julgada culpada e foram fuzilados. Entre estes estavam o general Akuffo, o general Afrika e o coronel

Acheampong. Foram julgados por crimes contra o Estado, considerados culpados e sentenciados à morte por fuzilamento.

Quem presidiu os Tribunais que os consideraram culpados? E que direitos legais tiveram, como por exemplo constituir advogados de defesa ou apelar da sentença de morte?

Os Tribunais que condenaram estes homens foram estabelecidos por decreto, que estipulava as normas e procedimentos que deviam seguir. O decreto que criou os tribunais não lhes concedeu o direito de apelação.

A corrupção dos sentenciados ficou claramente demonstrada pela declaração de impostos feita por eles, onde se especifica quanta riqueza possuíam antes e depois de assumirem o governo. Os tribunais consideraram que não poderiam ter adquirido posses tão grandes durante os períodos que estiveram no governo, se tivessem utilizado procedimentos limpos.

Desde que o ex-presidente Kwame N'Krumah foi deposto pelo golpe militar de 1966, o seu país presenciou três golpes de Estado militares. Todos os golpes foram justificados com acusações de corrupção, inclusive o que derrubou o gover-



O general Akuffo, antigo presidente do Ghana, um dos executados.

no civil de Kofi Busia.

Tivemos três governos militares, incluindo o actual, e duas administrações civis. Alguns membros destes regimes foram corruptos no sentido de que utilizaram a sua posição para acumular uma fortuna pessoal. Alguns mostraram uma incompetência extrema, pelo que havia razão suficiente para removê-los do cargo.

Não gostaria de especificar algum chefe de Estado anterior para discutir o seu caso. No Ghana, trabalhamos com sistemas, e não com personalidades. Poderia dizer-lhe que a actual operação de limpeza da

casa não estará completa até livrarmos a nação de todas as personagens indesejadas. Todos os entraves dentro do sistema devem ser eliminados, antes de entregarmos de novo o poder aos civis.

Se no início de Outubro considerarem que ainda não concluíram o trabalho de limpeza, isso significaria que adiarão a entrega do poder aos civis?

Não gostaríamos de permanecer no poder um só minuto mais, após o primeiro de Outubro. O que fazemos agora é olhar o relógio para termos a certeza de que se fará tudo e que tudo estará pronto para transferir o poder a tempo. Trabalhamos horas extras para atingir essa meta.

Que relações de trabalho existem entre o CRFA e o Partido Nacional do Povo, vencedor das eleições e que é dirigido por Hilla Limann, presidente eleito?

Agora existem duas comissões formadas, uma de parte das Forças Armadas e outra dos civis. As duas iniciaram negociações sobre diversos aspectos da situação. Embora as duas comissões estejam vinculadas entre si, é claro que o CRFA é o corpo governante até 1 de Outubro.

Que pontos específicos estão a negociar as duas comissões?

Devemos informar os civis sobre a actual política do país nas relações externas, na economia, na defesa e noutros problemas que provavelmente surgirão quando assumirem o poder. Também avançamos negociações sobre questões, como os acordos a longo prazo entre o Ghana e outros países, porque estes assuntos e outros, que não desejo revelar agora, necessitam de estudo cuidadoso. Isso é o que está a ocorrer.

A economia de um país é o aspecto mais importante da vida nacional. É certo que o Ghana se encontra na bancarrota e que as reservas em divisas dão para apenas mais três meses?

O nível de inflação foi reduzido de 130 por cento a cem por cento pelo actual governo. Os preços baixaram drasticamente. Não diria que estamos falidos, mas sim que a situação económica não é muito brilhante. Mas é precisamente esta a razão pela qual luta o governo, para entregar o país em ordem aos civis.

GHANA II

questões de mudança

Um país recém-libertado que, na tentativa de retomar o caminho preconizado por N'Krumah, enfrenta sérios problemas de ordem económica e política.



N'Krumah.

EM Maio passado, o capitão Jerry Rawlings, de trinta e dois anos, e seis sub-oficiais e solda-

dos da Força Aérea do Ghana eram julgados, e acusados de tentar "montar um motim com uso de

violência e depor as autoridades legítimas das Forças Armadas".

O *Daily Graphic*, de Ac-

cra, escrevia na altura que o chefe dos conspiradores, o capitão Jerry Rawlings, afirmara em tribunal que o Ghana estava afectado pela corrupção, difundida em especial entre os altos funcionários e que, para extirpar esse mal, era preciso "seguir o caminho da Etiópia", nomeadamente quanto às depurações a efectuar no Exército. Rawlings acrescentou que a economia do país se achava nas mãos de estrangeiros e que nenhum dos sucessivos governos atalhava as suas "imundas maquinacões".

Ainda não havia sido pronunciada a sentença quando, na manhã de 4 de Junho, os partidários de Rawlings fazem nova tentativa de golpe, desta vez com êxito. Ao anochecer, depois de combates entre unidades insurretas e tropas governamentais, os rebeldes controlavam todos os pontos nevrálgicos do país, e criavam o Conselho Revolucionário das Forças Armadas (CRFA), composto por dez elementos, entre os quais soldados, e presidido por Rawlings.

A campanha de depurações preconizada pelo capitão Rawlings começou em 16 de Junho, com a execução por sentença de um tribunal popular, do ex-presidente general I. K. Acheampong e do antigo comandante da guarda de fronteira, general Ottuke.

Dez dias mais tarde seguiram-se os generais Akuffo e Akveri Afrifo, este último tendo estado na base do derrube, em 1966, do presidente N'Krumah, e membros do Conselho Militar Supremo (CMS), Robert Kotei, antigo ministro da Defesa, George Yow Boakoye, antigo coman-

dante da Marinha, e o coronel Roger Falli, ex-ministro dos Negócios Estrangeiros. Todos eles foram condenados por "sabotagem económica" e "enriquecimento ilícito".

A QUESTÃO ECONÓMICA

Os observadores políticos creem que o golpe de 4 de Junho foi resultado do amplo descontentamento provocado pela política dos anteriores governos militares, que não conseguiram livrar o país da grande crise económica que atravessa, e cometem abusos financeiros de toda a ordem.

O *Financial Times* de Londres, escrevia recentemente que a partir de 1975, o PNB do Ghana diminuiu ao ritmo de 5 por cento ao ano. Existia uma elevada taxa de inflação, acompanhada de uma escassez de artigos de amplo consumo.

No ano fiscal de 1977/78, o déficit do Orçamento ultrapassou os dois milhões de cedi, somando equivalente aos gastos governamentais do ano anterior. A emissão de papel moeda nessa conjuntura elevou a inflação a 150 por cento. Em 77, o país colheu apenas 263 mil toneladas de cacau em grão, sua principal exportação, enquanto a média da década de 60 foi de 400 mil toneladas.

A escassez de divisas levava à falta de matérias-primas e peças sobresselentes. Muitas empresas utilizavam apenas um terço da capacidade instalada.

Esta grave situação económica levou a uma vaga de greves em que participaram mais de setenta mil

operários. Foi nessa conjuntura que em Julho de 1978 passou para a frente do governo o general Fred Akuffo, que procurou sem êxito reduzir o déficit orçamental. Concomitantemente, o FMI concedeu ao Ghana um empréstimo de 100 milhões de dólares.

AS ELEIÇÕES

O CRFA manteve, contudo, as promessas feitas pelo anterior CMS de realizar eleições presidenciais e parlamentares, e de entregar o poder aos civis.

Estas realizaram-se em 18 de Junho e deram a vitória na primeira volta a Hilla Limman (que viria a ser confirmada na segunda volta), para a Presidência da República e ao seu Partido, o Partido Nacional Popular (PNP), que conquistou 71 dos 140 lugares do Parlamento e se reclama da herança política de N'Krumah. Os outros lugares foram para a Frente Popular, de Victor Owusu (43 lugares), a Convenção Nacional Unificada (13), o Partido de Acção Progressista (10) e diversos outros.

Mas, para já, a governação efectiva do país estará nas mãos dos militares que procuram moralizar o exército.

No campo externo, segundo o *Ghanian Times*, o CRFA cumprirá os compromissos derivados das cartas da ONU e da OUA. Membros do Conselho declararam ainda que o Ghana procurará ampliar os laços económicos e comerciais tanto com o Ocidente como com os países socialistas.

ZIMBABWE I estratégias semelhantes



À primeira vista paradoxal, a política dos Estados Unidos no problema do Zimbabwe é em muito semelhante àquela aplicada no Médio Oriente.



PODE parecer à primeira vista paradoxal, mas a política dos Estados Unidos na Rodésia tem muito actualmente a ver com a que prossegue no Médio Oriente. Em cada um dos casos, os dirigentes americanos atingiram aparentemente as metas a que no plano táctico se propunham alcançar.

Juntando forças com a Grã-Bretanha e os fantoches rodesianos, os Estados Unidos conseguiram uma "solução interna", o que resultou na transferência formal do poder para um governo "negro", lide-

rado pelo bispo Abel Muzorewa. As forças racistas ligadas a Ian Smith mantiveram, contudo, de facto, o poder, através dos mecanismos constitucionais e da conservação das mais importantes pastas do governo do país.

No Médio Oriente, os Estados Unidos conseguiram obter um tratado israelo-egípcio, que é a primeira perda na projectada aliança militar entre os Estados Unidos, Israel e o Egito. Essa aliança garantiria a dominação americana numa região não só estratégica como rica em

petróleo.

Estes "sucessos" americanos são, contudo, duvidosos. A "solução interna" na Rodésia não acabou com a luta armada levada a cabo pela Frente Patriótica do Zimbabwe. Ninguém em África se deixou enganar com a nova "cor" dos "chefes" da chamada "Rodésia-Zimbabwe", e o facto é que nenhum país africano reconheceu o governo do bispo Muzorewa. Numa palavra, tudo ficou como estava.

A situação não é melhor no Médio Oriente. O acor-

do de Camp David não adiantou nada também quanto à solução global do problema. Israel continua as suas agressões ao Líbano e a resistência palestina prossegue as suas acções.

“LÓGICA INTERNA”

No entanto, as *démarches* americanas nos dois casos têm uma certa lógica interna. Em ambos se pretende marginalizar os movimentos de libertação dos povos das duas regiões em causa — Organização de Libertação da Palestina (OLP) e Frente Patriótica, — da solução dos conflitos.

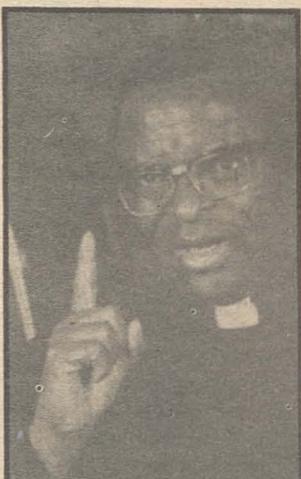
No caso da Rodésia, os Estados Unidos procuram obter essa marginalização através do próprio comprometimento da Frente Patriótica na “solução interna”, aproveitando para isso algumas diferenças existentes dentro do movimento que é chefiado por Joshua Nkomo e Robert Mugabe, representantes das duas organizações que integram a Frente, a ZANU e a ZAPU. Neste aspecto, aliás, os Estados Unidos continuam a procurar “salvar a face” em relação aos países africanos, ao contrário da Grã-Bretanha que, com “menores” ambições, enverdou por abençoar o bispo Muzorewa.

A actual situação na Rodésia exige pois dos dirigentes da Frente Patriótica uma grande vigilância e senso das responsabilidades.

Já quanto ao Médio Oriente a estratégia norte-americana reveste-se de outras *nuances*. Em primeiro lugar Washington



falhou em conseguir um reforço das suas posições nesta região rica em petróleo através da conclusão do tratado israelo-egípcio. Isso pode ver-se pelas ameaças de intervenção militar na região, que demonstram ter a diplomacia americana falhado em toda a linha para conseguir o apoio dos países árabes ao acordo de Camp David.



Muzorewa: nenhum país africano reconheceu o seu governo.

Mas os Estados Unidos nem por isso desistem. Num esforço para enfra-

quecer as posições da OLP, Washington procura fazer crer aos países árabes que o tratado israelo-egípcio, juntamente com a autonomia administrativa para os árabes palestinianos na Margem Ocidental do Jordão, são apenas o começo de uma solução global do problema do Médio Oriente, que levaria à autodeterminação dos palestinianos. De acordo com o esquema de Sadat, a autodeterminação deve tornar-se efectiva cinco anos depois da aprovação do plano da autonomia. É claro que durante esse período, Israel consolidará as suas posições na Margem Ocidental e na faixa de Gaza, com a criação de colónias paramilitares e mudando a correlação entre israelitas e árabes a favor dos primeiros.

Tanto na Rodésia como no Médio Oriente, os objectivos que os norte-americanos se propõem atingir, dificilmente o serão se, quer a Frente Patriótica e a OLP, quer os países africanos da “Linha da Frente” e os países árabes, mantiverem a sua unidade.

ZIMBABWE II uma nova iniciativa



Com o impasse surgido pela tenaz luta levada a cabo pela Frente Patriótica, o Conselho de Ministros da Inglaterra avoca-se o direito de discutir uma proposta de Constituição para o Zimbabwe. Mas a política tem os seus meandros, e N'Komo e Mugabe sabem-no bem.

Alves Gomes



UMA proposta de Constituição para Zimbabué foi discutida no início de Agosto pelo Conselho de Ministros da Inglaterra. Aparentemente, e confirmado informações obtidas durante a Conferência da Commonwealth em Lusaka, apenas questões de pormenor e acertos foram debatidos a fim de muito brevemente, a referida proposta ser enviada à Frente Patriótica e Países da Linha da Frente.

Desta forma, mais uma vez, foi "oficialmente" iniciado novo processo para a solução do problema da colónia britânica da Rodésia. Tudo leva a crer no entanto, e de acordo com as últimas movimentações anglo-americana mas, que o actual plano, denominado "Bram II" (British-American II), estava já programado muito antes da Conferência dos Chefes de Estado da Commonwealth em Lusaka.

Ainda no passado dia 8 de Agosto, ao fim da manhã quando a Conferência havia terminado nem há 24 horas, o presidente Carter enviava ao primeiro-ministro inglês uma mensagem significativa. Carter nessa mensagem referia-se à Declaração de Lusaka como "um documento que promete servir de base para um justo e último acordo". Por outro lado e nessa mensagem de quatro pontos, ele acrescentava que esperava ter consultas com M. Thatcher sobre os detalhes deste novo plano assegurando "todo o meu apoio no processo que você assumiu na moção".

Outra "coincidência", refere-se ao problema das datas. No momento em que, em Lusaka, seis chefes de

Estado se consultavam sobre a elaboração daquilo que viria a ser a Declaração de Lusaka (dia 4) era revelado em Washington que "15 de Novembro é a data final para Carter decidir o levantamento das sanções

contra a Rodésia".

Nesse mesmo despacho era revelado igualmente que o texto sobre o levantamento das sanções já estava aprovado pelo Senado americano no que respeita ao estabelecimento de



COMUNICADO DA FRENTE PATRIÓTICA

A FRENTE PATRIÓTICA DO ZIMBABWE saudou, na semana passada, o comunicado de princípios da COMMONWEALTH tendo, ao mesmo tempo, exposto a sua posição em relação ao documento.

No comunicado afirma-se: "Tendo estudado cuidadosamente o comunicado de princípios da Commonwealth temos as seguintes observações a fazer:

- 1 - O comunicado inclui os princípios básicos que guiam consistentemente a perspectiva da Frente Patriótica nas discussões prévias com o Governo britânico, começadas em Genebra em 1976, passando pelas propostas anglo-americanas de Malta e Dar-Es-Salaam. Notamos que a nossa posição não é contradita, apesar de lamentarmos a introdução de um elemento racista no pedido para privilégios raciais especiais.
- 2 - A declaração indica que a conferência influenciou o Primeiro-Ministro britânico, sr.ª Thatcher, a mudar o trágico e perigoso caminho pelo qual o seu Governo enveredou em direcção ao reconhecimento do regime de Smith-Muzorewa e ao levantamento das sanções económicas.
- 3 - A Commonwealth emergiu unida da sua oposição relativamente às vergonhosas eleições de Salisbúria e aos périgosos arranjos constitucionais.
- 4 - A Frente Patriótica tomou particularmente nota da apreciação louvável sobre o estado de guerra predominante no Zimbabué e da consequente necessidade de assegurar prioritariamente acordos sobre assuntos militares e outros antes de efectivar quaisquer acordos de cessar-fogo.

relações comerciais com a Rodésia.

Finalmente, a revista inglesa *The Economist* afirmava na sua edição de 28 de Julho (3 dias antes da Conferência da Commonwealth se iniciar): "Na próxima semana inicia-se um período de cerca de três meses, com talvez um bónus de um a dois meses a serem acrescentados, durante o qual a senhora Margaret Thatcher tem de conseguir o seu milagre zimbabweano".

OS OBSTÁCULOS

Temos, portanto, que tanto os ingleses como os americanos, dedicaram estabelecer igual data para alcançarem um "acordo final" para o problema rodesiano — 15 de Novembro deste ano. Embora tal atitude tenha sido acolhida favoravelmente pela Commonwealth e pela própria Frente Patriótica, ela enfrentará igualmente sérios obstáculos.

Abel Muzorewa recebeu a ideia de novas eleições e nova Constituição com o seguinte comentário: "Um insulto ao eleitorado e ao governo". Por seu lado, Pik Botha, falando a membros do seu Partido na África do Sul, afirmava que "nós estamos perturbados".

Ao mesmo tempo que estas afirmações eram feitas, alguns órgãos da informação ocidentais deram-se imediatamente ao trabalho de distorcer as afirmações dos líderes da Frente Patriótica. Num dos casos afirmava-se que Robert Mugabe havia dito "não" à Declaração de Lusaka, quando na verdade este líder afirmou que o seu movimento e a Frente Patriótica

tica sempre haviam estado dispostos a colaborar em qualquer processo que levasse à destruição do regime rodesiano.

Noutro caso, a quase totalidade dos jornalistas que assistiram à Conferência de Imprensa realizada no último dia da Conferência da Commonwealth, não divulgaram o texto ali distribuído, onde eram reafirmados os princípios que presidiam à Frente Patriótica desde a Conferência de Genebra em 76, relativamente a quaisquer conversações no sentido de conduzirem à resolução de questão rodesiana.

As verdadeiras e mais fortes oposições a este novo plano anglo-americano, que o primeiro-ministro inglês se decidiu a conduzir, vieram no entanto do próprio Partido de Margaret Thatcher. Julian Armery que foi Ministro de Estado do Foreign Office inglês de 72 a 74, chegou mesmo a afirmar sobre a Declaração de Lusaka: É um dia negro para a Grã-Bretanha e para

cadernos do terceiro mundo
Rua da Lapa, 180 - S/Loja - RJ
CEP 20.021 - Tel. 242-1957



Margaret Thatcher, primeira-ministra britânica. A Grã-Bretanha foi obrigada a reconhecer a ilegitimidade do acordo «interno».

o Partido Conservador. Isto não trará nem a paz nem a honra".

A todas estas oposições e desconfianças, Thatcher tem respondido que poderá ultrapassá-las. De acordo com alguns comentários da situação de crise da economia inglesa, o actual governo conservador inglês pensa "ultrapassar" essa crise com algumas conquistas no plano político.

Ainda pouco antes de partir para Lusaka, e no momento em que enfrentava severas críticas sobre o plano do seu governo diminuir os gastos públicos em cerca de 5 biliões de libras, Thatcher convenceu o seu gabinete de que as reacções a tal medida deviam ser minimizadas, com significativas conquistas políticas. Uma dessas conquistas, afirma-se agora, parece pois ser a tentativa de resolver a questão da colónia rodesiana, o que no dizer de certos comentaristas, colocaria Thatcher como "uma nova heroína, ou um segundo McMillan" (1).



Campo de refugiados em território moçambicano.

Assim, e no momento em que o Parlamento inglês iniciou um período de férias que vai de 1 de Agosto a fins de Outubro deste ano, o Governo britânico parece estar totalmente dedicado ao novo plano.

A proposta da Constituição, que se afirmava em Lusaka já estar pronta há cerca de vinte dias, está agora pronta a ser enviada para apreciação, tendo entretanto sido divulgado que uma "Conferência de todas as partes" terá lugar em Londres já no próximo dia 10 de Setembro.

De acordo com revelações feitas em Lusaka por alguns funcionários ingleses, esta nova proposta da Constituição retira completamente o direito a voto de minoria branca, bem como

todos os outros privilégios de que goza esta minoria em relação à questão do poder executivo. Porém, nenhuma referência foram feitas por essas mesmas fontes, relativamente à futura formação da polícia, e exército e, consequentemente, ao desmantelamento dessas actuais estruturas ilegais, completamente dominadas pelos colonos.

Este e outros detalhes que o governo inglês parece continuar disposto a "só revelar no momento preciso" podem no entanto trazer sérios problemas para a solução que eles próprios afirmaram estar interessados em alcançar. Durante a Conferência da Commonwealth, a delegação nigeriana levantou por várias ve-

zes este problema, afirmando a necessidade de o governo inglês detalhar muito bem as suas intenções a fim de "não se voltar a perder tempo".

Aliás, semelhante ponto de vista é partilhado pela Frente Patriótica na definição dos seus princípios para quaisquer conversações.

(1) McMillan foi o Ministro dos Negócios Estrangeiros que nos anos 60 enteve envolvido no processo das independências da maior parte das colónias inglesas

em África. Por isto o seu prestígio na Inglaterra é enorme.

QUÉNIA movimento operário bloqueado



Privado dos seus líderes mais representativos, os sindicatos quenianos são ineficientes para contestar a aliança dos seus patrões — as transnacionais, — e o governo.



A segunda década do Quénia independente, não foi um período feliz para o outrora influente movimento operário desse país. Com as greves proibidas e dirigentes relativamente fracos, os trabalhadores observaram, completamente desamparados, como a inflação e a política governamental cercaram as suas conquistas do passado.

Mas a situação do Quénia

não é única em África. Várias nações emergentes sacrificaram os direitos dos trabalhadores, em favor dos lucros excessivos das transnacionais e, no caso da África do Sul, dos interesses da minoria branca, respaldada por essas corporações.

O movimento trabalhador queniano, desenvolveu-se lentamente sob as duras realidades económico-

cas da época colonial. Não foi senão depois da década de cinquenta, que se criou uma organização de trabalhadores.

Os seus promotores foram uns poucos jovens alarmados pelas condições de trabalho e as formas de serviço a que seus pais e familiares eram submetidos sob o regime britânico.

A figura dominante do movimento trabalhador, foi Tom B'Boya, um simpático e astuto político que bem poderia ter-se transformado em líder nacional, não tivesse sido assassinado em 1969, quando desempenhava o cargo de Ministro das Finanças e Planificação Económica, depois de haver conduzido com êxito o movimento trabalhador à sua mais valiosa conquista: a poderosa Central Operária Queniana (COTU).



O presidente queniano, Arap Moi.

Na actualidade, a COTU representa uns cinquenta sindicatos, apesar dos trabalhadores da função pública terem-se mantido independentes, a meio caminho entre a dura linha do governo, e o activismo dos sindicatos. Não obstante, a COTU é porta-voz de quase três milhões de trabalhadores dos diversos ramos. Quando esses representam uma posição comum, essa voz faz-se sentir.

Nos últimos anos, a COTU não pôde mudar a linha do governo, cujas resoluções afectaram severamente a classe trabalhadora nesses períodos inflacionários. Essa debilidade do movimento trabalhador, explica-se pela repressão praticada em 1975, quando uma onda de greves originadas nos bancos, e estendidas às universidades e outros sectores, ameaçava interromper a actividade económica.

O presidente Jomo Kenyatta fez frente à situação, declarando as greves ilegais. Ainda que esse decreto não tenha sido transformado

em lei, ainda hoje são poucos os que ousam desafiá-lo.

A falta de uma liderança energica, contribuiu para esta sombria sorte da COTU. Nos dias de M'Boya, o governo pensaria duas vezes, antes de proibir uma greve.

M'Boya foi sucedido na COTU por Denis Akumu, um homem capaz, que hoje é o secretário-geral dos Sindicatos Africanos, com sede em Accra, no Ghana. Também ele exerceu uma energica liderança, e levou o governo e os trabalhadores a concertarem um plano de recrutamento dentro de grémios.

Ajudou, também, a fixar as tabelas salariais, ainda que estas se vejam hoje obsoletas, em função do aumento do custo de vida.

Akumu partiu do país em 1974. Foi substituído por uma direcção bastante fraca, que de maneira muito reduzida, contestou os desejos dos patrões e do Ministério do Trabalho.

A medida que a inflação deteriorava o nível de vida dos trabalhadores, a COTU mostrava-se cada vez mais inactiva. De vez em quando, lançava alguma-ameaça de greve nacional, mas esta ficava em nada, e os aumentos salariais não eram de modo nenhum proporcionais ao aumento do custo de vida.

Mesmo a título individual, os sindicatos não tiveram vida fácil. Dificilmente se passa um mês sem que se registem convocatórias de greve, ou pelo menos ameaças disso, porque os patrões fazem caso omisso às decisões dos tribunais sobre aumentos salariais, ou ignoram os acordos previos com os seus empregados.

Quando os sindicatos e os patrões de um sector específico não conseguem levar à prática um acordo conjunto, ou alguma decisão judicial, o Ministério do Trabalho age como mediador. Em algumas oportunidades foram alcançados resultados satisfatórios, mas não foram denunciados os casos em que os funcionários do governo tiveram sido comprados ou intimidados para que ignorassem as reclamações dos trabalhadores.

O Tribunal Industrial é o último árbitro, e as suas decisões não admitem apelação. Também nesse caso, são muitos os trabalhadores que pensam que tal tribunal, frequentemente, presta mais atenção aos argumentos dos patrões sobre os aumentos dos custos de produção e o problema de financiamento, do que aos problemas alegados pelos trabalhadores.

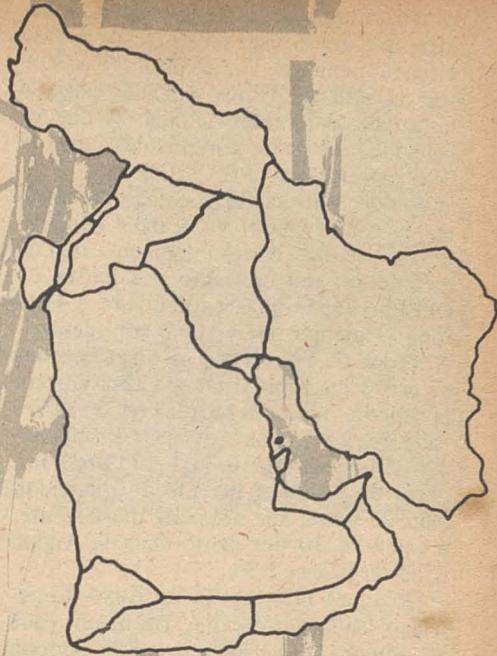
Presentemente, o Tribunal dedica boa parte do seu tempo a escutar casos sobre trabalhadores despedidos ilegalmente, ou sem compensações.

Como consequência de tudo isso, o movimento trabalhador queniano encontra-se bloqueado desde há cinco anos, e sem muitas perspectivas de melhorar a sua situação. Os sindicalistas mais combetivos, são perseguidos pelos seus patrões, ou promovidos a posições mais elevadas.

Além disso são muitos os filiados nos sindicatos, que preferem evitar qualquer acção que possa levá-los à prisão, o que também contribui, sobremaneira, para a debilidade do movimento trabalhador.



MÉDIO ORIENTE



se ardem os poços...

As divisões aerotransportadas do sul dos Estados Unidos têm os planos prontos, não faltam armas nem transporte, mas Washington vacila em ordenar a ocupação militar dos poços de petróleo árabes. Temem que os seus pára-quedistas encontrem apenas chamas e isso seria o caos no sistema capitalista. A etapa actual é de negociações, por um lado, e de «guerra suja» por outro, mas também aí chocam com um obstáculo insuperável: a exigência árabe de uma Palestina independente.

Neiva Moreira

«QUERO que Carter saiba que no dia em que o seu governo pensar ocupar os jazigos de petróleo no Médio Oriente, a Resistência Palestiniana possui o detonador que porá fogo à pólvora.»

Com esta frase sintética, mas de fácil compreensão, o líder da Organização para a Libertação da Palestina (OLP) quis precisar os alcances do poder de intervenção palestino neste problema e adver-

tir Carter sobre os perigos da ocupação armada.

Alguns dias antes, numa entrevista ao canal estatal de Televisão do México, Yasser Arafat recordou que a problemática do Médio Oriente pode ser simbolizada por dois "P": Petróleo e Palestina.

Por sua vez, o Ministro do Petróleo da Arábia Saudita, o xeque Yamani, numa entrevista a uma publicação francesa, ao chamar a atenção de todos para a urgên-

cia da solução do problema palestino, disse que um simples petroleiro afundado intencionalmente, em determinados pontos da rota do Golfo Arábico, causaria uma catástrofe internacional. E que os palestinianos estão, sem dúvidas, em condições de accioná-la.

A dependência do sistema capitalista em relação ao petróleo árabe é conhecida. Os Estados Unidos importam cerca de metade do seu consumo aos países da OPEP; o Japão quase a totalidade, e a Europa Ocidental um volume considerável. A África do Sul e Israel — que são peões da estratégia capitalista, — não produzem petróleo e o mesmo sucede com os países da América Latina que também dependem do fornecimento árabe. O Brasil importa do Iraque a metade do quase milhão de barris que necessita diariamente, e cerca de 30 por cento mais da Arábia Saudita, Líbia e Irão.

Qualquer interrupção no fluxo do petróleo bruto provocaria, assim, um caos económico no Ocidente, e isso poderia suceder se os Estados Unidos tentassem ocupar pela força os poços árabes. Uma alta percentagem de técnicos e trabalhadores do petróleo no Mundo Árabe é constituída por palestinianos, militantes da Resistência. Isso sem mencionar os outros árabes que, duma maneira ou de outra, apoiariam medidas de represálias em caso de verificar-se a ocupação militar.

Os Estados Unidos têm, portanto, motivos muito objectivos para se preocuparem com a situação no Médio Oriente. Além do petróleo, concentram-se ali factores estratégicos que são prioritários: a proximidade da União Soviética, o controlo do Mediterrâneo, o Canal de Suez e a ligação Ocidente-Oriente, a rota para a Ásia Central, com um ponto quente no Afeganistão.

UM CONCERTO PETRIFICADO DA HISTÓRIA

Parece inconcebível que um grupo qualificado de planificadores, apoiado em métodos sofisticados de análise em um poderoso aparato de informação, não tenha condições de formular uma política e de sensibilizar os líderes do Estado para reorientar o projecto energético dos Estados Unidos, de forma a torná-los menos dependente e vulnerável.

O que ocorreu não foi casual. Os planificadores de Washington partem de uma concepção petrificada — e portanto imobilista, — da História. Para eles, o Irão, iria permanecer eternamente subjugado aos interesses geopolíticos dos Estados Unidos e o Golfo Árabe — sobretudo a Arábia Saudita, — seria, por muito tempo, o lago petroleiro cativo das "Sete Irmãs".

Certamente foi a partir desta convicção que foi esboçado um projecto económico totalmente baseado no esbanjamento dos produtos energéticos, comprados a preços irrisórios aos produtores do Terceiro Mundo.

Para dominar a área de produção de petróleo, o Pentágono estabeleceu bases que lhe pareciam invulneráveis: o enclave militar de Israel, Irão, Etiópia e Arábia Saudita, além da Turquia. Os turcos e iranianos deveriam vigiar a União Soviética; Etiópia e Arábia Saudita controlariam o complexo estratégico do Mar Vermelho, do Golfo e acessos ao Índico.



Carter com a comunidade judaica de Chicago. Alinhamento com Telaviye.

As revoluções da Etiópia e do Irão modificaram radicalmente a situação nesses países, cujos governos assumiram posições independentes em relação aos Estados Unidos. Os turcos começaram a vacilar, ao não desejar ser os peões dentro da confrontação estratégica com a União Soviética, enquanto se ampliou o isolamento militar de Israel.

O APARENTE ÉXITO DE CAMP DAVID

Os acordos de Camp David e de Washington foram aparentemente um esforço bem sucedido da Casa Branca para restabelecer — com o apoio do governo de Sadat, — a sua posição estratégica na re-



Young: discordância com Carter na política sobre a OLP.

gião. E dizemos que foi uma vitória aparente, porque não foi considerada a transcendência do fenómeno palestino. De acordo com a concepção petrificada da História, a que nos referimos, os estrategas de Washington não compreenderam que este fenómeno é um acontecimento decisivo da nossa época e não um conformismo circunstancial de minorias alimentado pela guerrilha e pelo terrorismo.

Ignoraram a questão palestina, que continha em si mesma as condições para ser o grande polarizador das tendências no Mundo Árabe. Apesar das contradições e dos avanços e retrocessos que caracterizam a política deste conglomerado de nações, a Washington passou despercebido um facto: que os laços que as unem são mais sólidos do que parecem. Sobre tudo, desconheceu (ou aparentou fazê-lo) o papel de aglutinador ideológico e de factor de convergência que a Resistência Palestina desempenha entre os árabes.

Carter tinha por segura a "compreensão" da Tunísia, Marrocos, Arábia Saudita, Emiratos, Kuwait, ou seja, das nações árabes comprometidas com o sistema capitalista. Se assim fosse, Iraque, Líbia, Síria, Yémen do Sul e Argélia, assim como a Organização para a Libertação da Palestina — isto é, os centros de resistência mais notórios, — ficariam isolados e o Cairo de Sadat (que naturalmente não é o Cairo de Nasser) converter-se-ia no novo polo de poder que Washington necessita na região, aliado com Israel.

As primeiras etapas do acordo foram alcançadas com certa facilidade. Os israelitas podiam devolver pequenas cidades na faixa de Gaza sem maiores problemas e, em troca de instalações militares que o Egipto comprometeu-se a não empregar para fins de guerra, obteria outras de valor estratégico muito maior.

Sadat assegurou-se da ajuda norte-americana naturalmente, ao preço da entrega da economia egípcia às transacionais. Os contribuintes norte-americanos não encaram com benevolência essa nova sangria — mais de quatro mil milhões de dólares, — mas tiveram de conformar-se com a explicação de que seria esse o preço da paz.

No entanto, isto não significa que neste período não existam dificuldades. Os extremistas de Israel persistiram no seu plano de instalar novos colonatos nas terras árabes e, apesar das queixas de Sadat, de que essa política causava-lhe mais dificuldades internas e com o Mundo Árabe, os israelitas continuaram a sua guerra genocida no sul do Líbano.

Por outro lado, não houve nessa etapa elementos que fizessem pensar que os sectores duros, tanto de Israel como dos Estados Unidos, tivessem renunciado ao que se convencionou chamar "a guerra suja". Ainda que não seja justo pensar que Carter, o Departamento de Estado e outros sectores mais flexíveis do "establishment" norte-americano estivessem directamente envolvidos neste tipo de operações, na verdade custa a crer que a

CIA ou os seus homólogos ocidentais não estivessem metidos na conspiração do Iraque, cuja meta final seria o derrube do actual governo, para substituí-lo por outro que se enquadrasse na estratégia imperialista. Do mesmo modo, seria pouco realista pensar que ao assassinato do dirigente militar palestino Zuhair Mohsen — ocorrido em Cannes, França, — fosse alheio o serviço secreto israelita.

A QUESTÃO PALESTINIANA

A verdade é que, enquanto os tradicionais serviços secretos dos países capitalistas armavam as conspirações no Iraque, também estimulavam factores de enfrentamento entre este país e o novo governo do Irão, assim como hoje procuram levar o Marrocos a um confronto armado com a Argélia (a partir do problema do Sahara Ocidental). Mas a diplomacia norte-americana, na superfície, actua de outra forma, a procurar abrir caminho a conversações convenientes para a crucial questão palestiniana. Finalmente, descobre que, sem uma solução para este problema, todo o acordo no Médio Oriente está destinado ao fracasso.

Mas de que modo retoma Carter a questão?

Com uma declaração de natureza muito geral, em que compara a reivindicação palestiniana pela autodeterminação à luta das minorias estadunidenses pelos direitos civis. A rigor, esta comparação é parcial. Os palestinianos — que são uma nação em termos históricos, culturais, geográficos e políticos, — lutam pelo seu direito a uma existência independente, pelo retorno da maior parte do seu povo à Pátria, já que está exilada em muitos países irmãos; pela existência de um Estado autónomo, que possa viver em paz com os seus vizinhos, inclusive com os judeus.

Apesar de a declaração de Carter ter tido um carácter meramente declaratório, não convenceu ninguém. Provocou uma tempestade na comunidade judia dos Estados Unidos e na direita de Israel, sem conseguir melhorar a sua posição negocadora com os palestinianos.

A OLP manteve a sua posição de princípios:

Primeiro: recusa-se a participar em qualquer tipo de negociação que não parta do reconhecimento pleno do seu direito à autodeterminação. Tanto no exte-



Marines norte-americanos em treinamento: possibilidade de intervenção directa e imediata no Médio Oriente.

Aldeia do sul do Líbano, depois da passagem da aviação israelita.



rior, como os cerca de um milhão de palestinianos que permanecem em Israel ou nos territórios árabes ocupados, rejeitaram prontamente a promessa de uma autonomia administrativa com tropas israelitas a ocupar os pontos estratégicos da região e com a renúncia a uma política externa própria. Tal como ocorreu quando Sadat pensou que poderia abrir uma brecha na unidade da população árabe da Cisjordânia, esta reafirmou agora a sua fidelidade completa à OLP e à liderança de Yasser Arafat.

Segundo: os palestinianos exigem a participação de todas as partes interessadas no conflito do Médio Oriente, na mesa de negociações. Essa pré-condição refere-se não só aos árabes como à União So-

viética, cujo isolamento estratégico é perseguido pelos Estados Unidos.

A armadilha é evidente: se os palestinianos fossem para as negociações com Sadat, o representante de Israel e Carter, com a promessa de que seria modificada a sua situação jurídica, isso significaria a renúncia a uma política de princípios que foi a sua grande força e também ao apoio internacional com que conta. Isolar-se-iam do Mundo Árabe, sua principal base de sustentação, assim como de muitos governos e forças políticas que — dada a coerência ideológica dos palestinianos, — apoiam a sua luta.

Em suma, o caminho escolhido por Carter, ou seja, o de procurar atrair os palestinianos para uma discussão em se-

PUB.

TAAG



LINHAS AÉREAS DE ANGOLA

SEDE:

**RUA LUÍS DE CAMÕES, 123
LUANDA — ANGOLA**

DELEGAÇÃO EM LISBOA:

AVENIDA DA LIBERDADE, 259

SERVIÇOS DE CARGA:

AEROPORTO DE LISBOA — TEL. 80 35 33



Yasser Arafat: flexibilidade, mas até certo ponto.

parado, tal como o fez antes com Sadat, mas sem querer ir até à raiz do problema, não terá futuro. Tão pouco contribuirá para fortalecer o bloco governante em Israel, já desgastado pela demora de uma solução final ao problema regional e, tal como o actual governo do Egipto, a enfrentar crescentes resistências internas. Não se desconhece que em Israel há sectores que já contestam a viabilidade dum solução propriamente militar ao problema com os árabes.

OCUPAÇÃO ARMADA E BLOQUEIO DIPLOMÁTICO

Um alto funcionário das Nações Unidas declarou recentemente a um correspondente jugoslavo que "a crise no Médio Oriente tornou-se tão aguda que a solução do problema palestiniano apresenta-se hoje como urgente e inadiável".

A urgência nasce, em grande parte, do debilitamento da posição norte-americana na região. Os riscos de que a ocupação dos poços de petróleo possa gerar o incêndio ou a sabotagem de muitos deles, com consequências imprevisíveis para a vida e a segurança dos Estados Unidos, não fazem dessa solução o caminho mais indicado. Embora sempre se volte a mencionar essa tese da ocupação armada dos poços, parece que a avaliação correcta de uma iniciativa desta ordem revela ao Pentágono e ao governo dos Estados Unidos que os riscos seriam maiores que as possibilidades de êxito.

Também o bloqueio diplomático dos árabes — como uma pressão preliminar para obrigá-los a negociar, — carece de eficácia. Nunca foi maior que no actual momento a actividade internacional árabe, particularmente a palestiniana.

A visita do primeiro-ministro francês, Raymond Barre, a Bagdad e outras capitais da região, e o crescente intercâmbio económico entre os árabes e o Mercado Comum Europeu, são indicativos de que o esforço de discriminação dos árabes, desenvolvido por Washington e secundado por Israel, fracassou.

Em relação aos palestinianos, a sua actividade neste campo é crescente e eficaz. A visita de Faruk Kadumi à França, Bélgica e Holanda, insere-se no contexto de uma activa presença nas Nações Unidas e outros organismos internacionais.

Esta ofensiva culminou com a entrevista de Yasser Arafat com o dirigente máximo da Internacional Socialista, Willy Brandt, e com o primeiro-ministro austriaco, Bruno Kreisky.

Tanto em Washington como em Telavive, essas conversações foram mal vistas, mas tal facto não parece ter modificado uma posição de certa abertura do Mercado Comum Europeu ao Mundo Árabe, e particularmente aos palestinianos. Não seria de estranhar que na sua próxima visita à França, Arafat seja recebido pelo presidente Giscard d'Estaing e tudo isso fortaleça a posição negociadora dos palestinianos frente às pressões de Washington e à intransigência de Israel.

Estes factos novos podem influir positivamente no encaminhamento de uma solução justa para a crise do Médio Oriente. Esta, contudo, não se resolverá com o espírito de Camp David, nem com a ocupação militar dos poços de petróleo. Antes que as tropas tradicionalmente preparadas para esse assalto cheguem ao Golfo Árabe, muitos poços arderiam. E se ardem, o que realmente as chamas poderão consumir é a estabilidade do sistema capitalista que se implantou sobre o petróleo árabe.

Washington sabe disso. E embora no sul do país as divisões aerotransportadas estejam prontas para a operação, a Casa Branca vacila diante do caos que poderia provocar o incêndio do petróleo árabe de que tanto necessitam.



ASIA

VIETNAM

**o problema
dos refugiados**



A tragédia de dezenas de milhares de pessoas abandonadas à sua própria sorte, a bordo de precárias embarcações, no Sudeste Asiático comove o Mundo. Mas a opinião internacional não conhece quem são os verdadeiros culpados.

Wilfred Burchett

A perspectiva de que dezenas de milhares de refugiados procedentes do Vietnam morram no mar, ou sejam massacrados pela guarda costeira da Malásia, despertou uma justificada indignação mundial. Seria triste que a consciência humana não fosse capaz de se comover com este facto.

Mas como finalmente veio a realizar-se — como foi proposto, — uma conferência internacional para tratar o problema dos refugiados na Indochina, o problema da responsabilidade terá de ser colocado.

E rapidamente concluir-se-á que os governos dos Estados Unidos, da China e da Grã-Bretanha estão profundamente envolvidos: os Estados Unidos pela guerra genocida que deixou a economia vietnamita em ruínas, destruiu as estruturas sociais e os valores morais no sul, para converter centenas de milhares de vietnamitas em delatores, traidores e assassinos dos seus compatriotas, e por repudiar o seu compromisso de "contribuir na cura das feridas de guerra e apoiar a reconstrução do pós-guerra" (Artigo 21 do Acordo de Paz firmado em 1973 em Paris). A China por provocar deliberadamente a fuga de vietnamitas de origem chinesa, suspender 72 projectos de ajuda económica e, finalmente, lançar uma invasão ao Vietnam a 17 de Fevereiro deste ano. A Grã-Bretanha por não instruir as suas autoridades na colónia de Hong-Kong para que reprimissem o tráfico de navios não aptos, para a navegação de mar-alto, nem os *gangsters* que os fretam com bandeira pan-

miana e tripulação do Taiwan para explorar os refugiados, baptizados por *boat people* (gente dos botes) prensa norte americana.

FUGA POR MAR... E EM HELICÓPTEROS

A presença de vinte milhões de chineses no Sudeste Asiático (incluindo um milhão e duzentos mil no Vietnam antes do actual êxodo) deve-se a uma combinação de catástrofes naturais, guerras e repressão política nos últimos duzentos anos. A comunidade chinesa de Cholon, a cidade de Saigão, foi constituída por refugiados que chegaram em finais do século XVIII numa frota de cincuenta juncos, que fugiam da dinastia Ching.

Uma combinação de circunstâncias similares às que motivaram estas migrações, existe no Vietnam desde 1975, quando a guerra terminou. Mas também há factos novos: A maioria dos actuais refugiados são de origem chinesa, os *hoa*, como são chamados no Vietnam. Mas porque existe entre eles uns 20 por cento de vietnamitas?

Estes últimos dividem-se em várias categorias. As autoridades norte-americanas tinham uma lista de 200 mil colaboradores cuja evacuação era considerada prioritária, no seu próprio interesse e no dos Estados Unidos. Frank Snepp, *chief strategy analyst* da CIA no Vietnam, queixa-se no seu livro *The Decent Interval* de que só 5.595 deles foram evacuados juntamente com os *helicopter people*, os evacuados nos últimos minutos antes do triunfo da Frente de Libertação, em Abril de 1975.

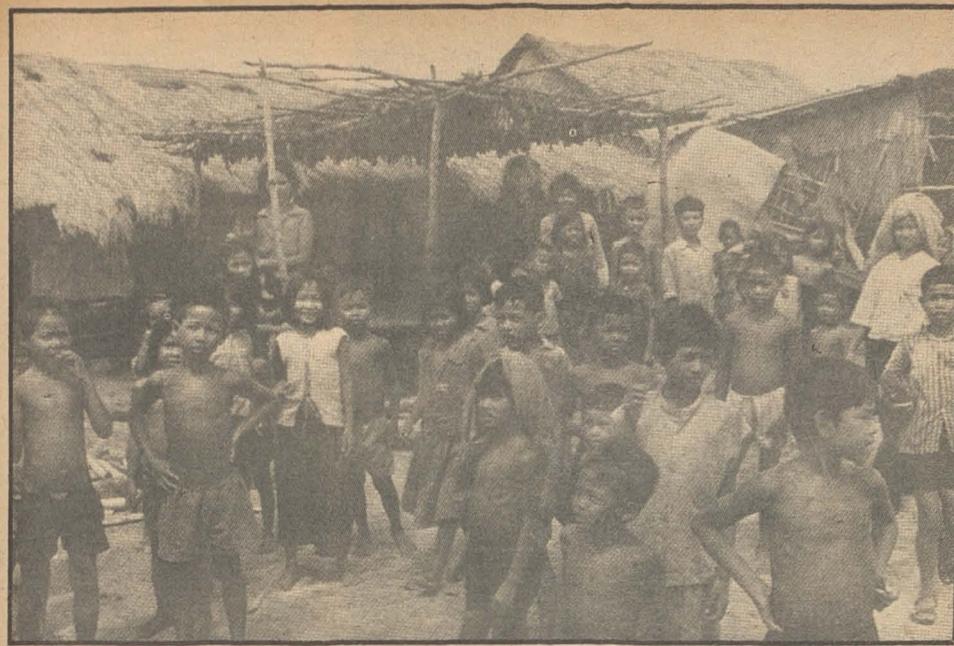
Na lista citada por Snepp figuravam 400 membros da polícia treinados pela CIA, outros 400 agentes da espionagem norte-americana e cerca de 30 mil membros dos corpos "anti-terroristas" treinados para operar no "Programa Fenix" com o qual foram assassinados cerca de 100 mil suspeitos de pertencer ao Vietcong nos primeiros anos desta década. Pode-se supor que uma grande porção dos não evacuados eram candidatos aos barcos de refugiados, juntamente com os donos dos prostíbulos, comerciantes de droga, agentes de mercado negro e outros beneficiários dos vícios introduzidos pelas tropas norte-americanas de ocupação.

A responsabilidade dos Estados Unidos no problema do êxodo é conhecida. Menos óbvia é a responsabilidade da China.

"RESIDENTES CHINESES"

Em Março de 1978, os vietnamitas nacionalizaram grande parte do comércio no Vietnam do Sul. Três mil grandes comerciantes foram afectados. Deles, 2.400 eram *hoa*. Dois meses mais tarde começou um azedo intercâmbio de comunicados, onde os chineses acusaram — e os vietnamitas negaram, — que os *hoa* estavam sendo "perseguidos, discriminados e expulsos".

Pequim anunciou a 24 de Junho que mandava dois barcos ao Vietnam para evacuar os "residentes chineses". Hanói replicou que não punha objecções, sempre que fossem respeitadas as formalidades que regu-



Refugiados kampucheanos no Vietnam. Fugir do regime de Pol Pot e Ieng Sary.

lam a entrada de barcos estrangeiros em águas territoriais vietnamitas.

Entretanto haviam estalado violentos combates na fronteira Vietnam-Kampuchea, com graves baixas entre a população civil vietnamita. O governo chinês alinhou-se abertamente com o regime kampucheano de Pol Pot. Agentes chineses infiltrados pela fronteira norte ou trabalhando a partir da sua embaixada em Hanói, estiveram os *hoa* a mudarem-se imediatamente para a China, argumentando que o conflito desembocaria inevitavelmente numa guerra entre a China e o Vietnam. Os que permanecessem — argumentavam, — seriam tratados como “inimigos” pelos vietnamitas e como “traidores” pelas tropas chinesas que invadissem o país.

No Vietnam, como no

resto do sudeste asiático, os chineses vivem em comunidades fechadas e têm ainda a tendência a agrupar-se em clãs e “comunidades secretas”. Estes rumores, transmitidos rapidamente de boca em boca, criaram pânico e deram início ao êxodo massivo dos *hoa* no Verão de 1978. Os *hoa* foram incitados a vender as suas casas e propriedades e a regressar urgentemente à “mãe pátria”.

Ao visitar a área de Lagson, por onde passou a maioria rumo à China, em Dezembro passado, falei com alguns deles que acabaram por não fugir, e outros que o fizeram, mas regressaram. Todos realçaram que o principal argumento nas visitas nocturnas de agentes chineses era a iminência da guerra. Os vietnamitas organizaram equipes de contra-propa-

ganda integradas por *hoa* para explicarem que os rumores eram “absurdos” e que todos deveriam ficar nos seus lugares de trabalho, nas fábricas e granjas.

Os barcos chineses de “evacuação” chegaram aos dois portos designados, Haipong, no norte, e Vungtau, no sul, mas partiram sem passageiros. Por que razão? Porque os chineses insistiam que se registasse o motivo da sua chegada, “o embarque de residentes chineses vítimas de perseguição pelas autoridades vietnamitas”.

Os vietnamitas insistiam que os barcos tinham sido autorizados a ancorar para embarcar “residentes *hoa* que desejam abandonar o Vietnam rumo à China”.

(Não era só o termo “perseguidos” que estava em questão, mas também o de “residentes chineses” aplicado a vietnamitas de

segunda, terceira ou quarta gerações de origem chinesa. Um acordo estabelecido em 1955 entre os partidos comunistas da China e do Vietnam estabelecia que todo aquele que nascesse na China ou no Vietnam seria considerado chinês ou vietnamita, independentemente da sua raça, com os mesmos direitos e obrigações que os demais cidadãos do país. O tradicional hábito de Pequim de considerar como chinês todo aquele que tenha de algum modo sangue chinês nas veias e logo não seja sujeito às leis do país em que reside, continua a ser um ponto de conflito entre a China e todos os países do Sudeste Asiático. Esta é uma das razões da reacção violenta de Singapura, Malásia e Tailândia contra os refugiados. A tendência para se estabelecerem em actividades comerciais e improdutivas, contribui para a hostilidade dos potenciais lugares de refúgio.

DISTINTA SITUAÇÃO NO NORTE E NO SUL

A questão do *status* também complicou os trâmites. Hanói insistiu logicamente em emitir visas de saída, que estava disposto a conceder a todo aquele que quisesse partir. Pequim aconselhou os "residentes chineses" a não solicitá-los, já que isso implicaria estar sob jurisdição vietnamita. Aqui, tal como na decisão de enviar os barcos sem acordo prévio, Pequim adoptou a táctica dos imperialistas do século XIX, de atribuir-se direitos extraterritoriais, assim como o outorgar aos seus concidadãos um *status* privilegiado.

A China sofreu uma derrota na "Operação Resgate" não só ante a opinião pública externa, como ante os *hoa*, muitos dos quais compreenderam que a discussão sobre os procedimentos demonstrava que os chineses se preocupavam mais pela sua propaganda que pela sua sorte.

Mas dezenas de milhares deles tinham vendido as suas propriedades e estavam literalmente "nas ruas" quando os tão publicitados barcos partiram sem eles. Tornaram-se então presas fáceis dos gangsters de Saigão, privados dos seus antigos rendimentos da prostituição, droga e mercado negro. O negócio de embarcar fugitivos em botes tornava-se tremenda mente lucrativo.

Ao discutir o problema em Dezembro com Ngo Dien, vice-ministro das relações exteriores vietnamita, este funcionário expressou uma diferente atitude oficial em relação aos *hoa* do norte e do sul: "A partida abrupta de trabalhadores *hoa* das minas e de outras empresas industriais do norte criou-nos sérias dificuldades económicas. Longe de "expulsá-los", procurámos persuadi-los de que não partissem... Por que razão haviam de partir?"

"No sul, pelo contrário, era natural. Dominavam o comércio a todos os níveis e não viam futuro para eles se não pudessem continuar a ser banqueiros ou comerciantes. Se essa gente quiser ir, não pomas objecções, na medida em que solicitem normalmente as suas visas de saída. Para as dezenas de milhares que o fizeram (apesar da recomendação chinesa em con-

trário), os expedientes acumulam-se. Há por certo alguma corrupção — pagam-se subornos a funcionários, — para acelerar os trâmites. E há suborno também para que o responsável "olhe para outro lado" quando alguém passa sem documentos."

Não devemos esquecer que a maior parte do pessoal administrativo do sul se formou num sistema em que a corrupção era uma forma natural de vida. Umas poucas semanas de cursos orientadores sobre "governo limpo" não bastam para mudar a sua concepção. Pelo contrário, é até razoável esperar que se contamine uma certa proporção dos que provêm do norte, um facto compreensível que em conversas privadas altos funcionários de Hanói admitiram.

"Há muitas razões para que essa gente queira partir — comenta-nos Ngo Dien, — mas a opressão não é uma delas. Nem a vingança pelas actividades do passado. Julgámos uns quantos criminosos, por delitos que não tinham que ver com as actividades dos tempos da guerra".

Esta conversa produziu-me a impressão de que — com importante e grave desemprego no sul, o conflito fronteiriço com o Kampuchea e as crescentes tensões com a China — as autoridades de Hanói não viam com maus olhos a partida de elementos descontentes, não produtores e potencialmente hostis.

E em todo o caso como evitá-la? Apesar de não haver nenhuma oferta internacional para embarcar os emigrantes, como sucedeu com os exilados cubanos nos Estados Unidos.

"Qual teria sido a reacção do Mundo se tivéssemos utilizado a nossa marinha para deter ou afundar os botes clandestinos?", pergunta-se Ngo Dien. A resposta a isto deu-se mais tarde com a justificada reacção contra a ameaça da Malásia de disparar contra os refugiados que chegaram às suas águas. Mas o êxodo de trabalhadores especializados e pessoal administrativo do Norte surpreendeu os vietnamitas.

"Não compreendemos a verdadeira intenção das acusações chinesas de estarmos a persegui os *hoa*, confessa Ngo Dien. "Não podíamos crer que a China pretendesse que os exímios das nossas medidas nacionalizadoras, que fossem menos drásticas que as aplicadas na China contra os capitalistas desse país. Como fomos apanhados de surpresa, não tínhamos nada preparado que diminuísse o sentimento amistoso do povo chinês em relação a nós. Fomos acusados de ingratos depois de ter sido apoiados pela China. E o que é facto é que funcionou. A opinião pública chinesa voltou-se contra nós e isso serviu de pretexto para que Pequim suspenesse a sua ajuda e aumentasse a tensão na fronteira".

QUINTA COLUNA

Então o ponto de vista oficial em Hanói era que a escalada militar chinesa ao longo da fronteira não supunha necessariamente uma futura invasão, mas que se trataria de levantar a moral das forças de Pol Pot, que operavam em grande escala na secção centro-sul da fronteira



Deng Xiaoping ameaça o Vietnam com uma segunda guerra.

kampucheano-vietnamita.

Mais tarde descobri que as autoridades locais na área de Langson tomavam muito a sério a ameaça de invasão que as de Hanói. Depois desta se ter produzido, vários dirigentes em Hanói admitiram que foram apanhados de surpresa.

Quando visitei a área da Passagem de Lagson, no final de Dezembro de 1978, numa viagem que incluiu as cidades de Langson e Dong Dang — esta última a apenas três quilómetros da fronteira, — fizeram um grande esforço para me convencerem de que a esmagadora maioria dos *hoa* ali, como em outras partes, eram cidadãos leais, excelentes quadros administrativos, sólidos membros do Partido Comunista, os melhores activistas para contrariar a promoção de um êxodo em direcção ao norte incenti-

vado pelos chineses.

Uma visita à mesma área apenas três meses mais tarde ofereceu-me um quadro diferente. Muitos dos *hoa* fronteiriços que haviam fugido, regressaram como guias ou unidades de comando, escoltando as tropas chinesas e guiando-as por caminhos que só os habitantes da área conhecem para atacar os vietnamitas pelos flancos e por detrás, empregando o seu conhecimento do vietnamita para infiltrar as linhas de defesa.

Um certo número dos *hoa* supostamente leais que permaneceram no Vietnã, adiantaram-se à chegada dos invasores e literalmente "atacaram pelas costas" (ou cortaram as gargantas) dos quadros dirigentes vietnamitas locais.

Os *hoa* que permaneceram, sem que se lhes tivesse ordenado isso em função

de tarefas específicas de Quinta Coluna, foram massacrados pelos invasores, acusados de "traidores". Foi este o quadro que pude reconstruir na minha visita a Langson em Abril, e que confirmei com mais detalhes durante uma terceira viagem em finais de Maio.

A reacção foi dupla. Por um lado Hanói decidiu que não podia arriscar-se a manter a presença de quadros *hoa* em posições que potencialmente pudessem ser alvos de um segundo ataque chinês. Por outro lado, um grande número de cidadãos *hoa* pensou que seriam exterminados pelos chineses se fossem encontrados em território vietnamita durante um segundo ataque. Aumentou assim, consideravelmente, o número de candidatos ao êxodo.

A invasão chinesa começou a 17 de Fevereiro. A 25 desse mês Hanói iniciou negociações com o departamento do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) tendente a uma evacuação ordenada daqueles que quisessem abandonar o país.

Os *hoa* zonas estratégicas como Hanói, Haiphong, as minas de carvão de Hongay-Campha ao norte de Haiphong e provavelmente outros centros, tiveram que escolher entre três alternativas: mudar-se para "novas zonas económicas" na Meseta Central (para ajudar a construir plantações de caucho, café, sisal, etc.), abandonar o país por terra em direcção à China, ou por mar em direcção a Hong-Kong, Malásia, Estados Unidos, França e outros países com os quais tanto o Vietnam como o Alto Comissariado acredi-

Resoluções da Conferência de Genebra

A 21 de Julho encerrou-se em Genebra a Conferência especial sobre o problema dos refugiados no sudeste asiático, convocada pela ONU.

Paul Hartling, Alto Comissário da ONU para os refugiados manifestou que as vagas para instalar os emigrantes do Sudeste Asiático haviam aumentado de 125 mil para 260 mil, e que a contribuição financeira é agora de 190 milhões de dólares.

Por seu lado, Kurt Waldheim, secretário-geral das Nações Unidas, anunciou que o governo do Vietnam durante um lapso de tempo razoável, esforçar-se-á por deter as saídas ilegais, ao mesmo tempo que cooperará a favor de um programa de procedimentos seguros e ordenados para quem queira sair do país no futuro.

Os Estados Unidos e alguns dos seus aliados aproveitaram a conferência — destinada em princípio à procura de soluções práticas, — para atacar os governos do Vietnam e do Kampuchea que, segundo eles, prosseguem em "expulsões à força".

O delegado argelino, por sua vez, opinou que aqueles que deixam o Vietnam tinham estilos artificiais de vida relacionado com os regimes coloniais e com guerra e não querem agora envolver-se na reconstrução do país.

Enquanto que o delegado da Tanzânia criticou a preocupação, a publicidade, e a atenção internacional para os refugiados do Sudeste Asiático, que "contrasta com a indiferença ante a sorte de quatro milhões de refugiados em África vítimas do neocolonialismo e racismo sul-africano".

Da mesma forma, o ministro da saúde tunisino, Fuad Mbazaa, criticou a posição de Israel, que ofereceu refúgio a 200 famílias vietnamitas e reprovou outros países por não fazerem o mesmo.

"A comunidade internacional — afirmou Fuad Mbazaa — não pode esquecer que há um milhão e meio de refugiados no Médio Oriente e que Israel é responsável pelo desalojamento destes palestinianos dos seus lugares natais, assim como se nega a permitir o seu regresso e a criação de um Estado Palestiniano, apesar das reiteradas decisões da Assembleia Geral das Nações Unidas neste sentido".

tavam que se podia chegar a acordos para os receber.

NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS

As medidas contra os *hoa* foram duras e, sem dúvida, afectaram muitos leais cidadãos, quadros e membros fiéis do Partido Comunista do Vietnam. Mas depois da total destruição das instituições económicas, culturais e sociais na região da fronteira norte, os dirigentes de Hanói não se podiam arriscar. A situação agravou-se com as afirmações do vice-primeiro-ministro chinês, Teng Hsiao-ping ao secretário-general da ONU, Kurt Waldheim, (em Pequim, em finais de Abril) no sentido de que provavelmente seria necessário "dar ao Vietnam outra lição".

As negociações com o departamento do Alto Comissariado culminaram a 30 de Maio com um acordo de sete pontos sobre "a partida ordenada de pessoas que desejem deixar o Vietnam em direcção a outros países". É um bom acordo. Nele se assegura, que os vistos de saída serão proporcionados "tão rápido quanto possível". A prioridade será dada àqueles cujos nomes figurem tanto nas listas vietnamitas de quem quer sair, como na lista dos países dispositos a os receber. No caso daqueles indivíduos que figurem numa só lista, a sua partida será negociada entre o Vietnam e o Alto Comissariado ou entre eles e os países de destino.

O governo do Vietnam indignou-se quando — com pleno conhecimento de que tal acordo se havia negociado, — o primeiro-



Soldados e camponeses vietnamitas confraternizam...

ministro britânico Margaret Thatcher, com apoio dos Estados Unidos, propôs que o assunto fosse tema de uma conferência especial patrocinada pelo Conselho de Segurança da ONU.

Hanói interpretou isto como uma jogada destinada a boicotar o acordo negociado com o ACNUR e os entendimentos que no mesmo sentido se tinham chegado com vários países do Sudeste Asiático. No entanto, a 20 de Junho o governo vietnamita aceitou tomar parte numa conferência internacional, com a condição de que esta fosse acordada pelo Alto Comissariado para os Refugiados, que os participantes fossem países "directamente envolvidos" e que se baseasse no acordo de sete pontos negociado com o ACNUR.

Um factor ignorado por muitos dos que condenam o incremento da fuga de vietnamitas de origem chinesa, é o facto do Vietnam ter sido objecto de uma agressão em grande escala por parte da China, e que Pequim anunciou publicamente um "segundo round".

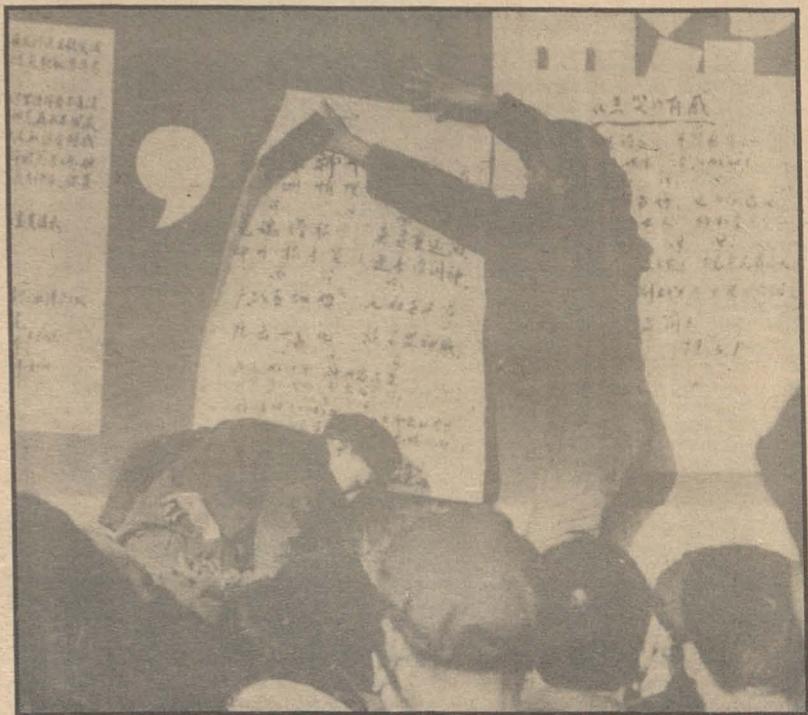
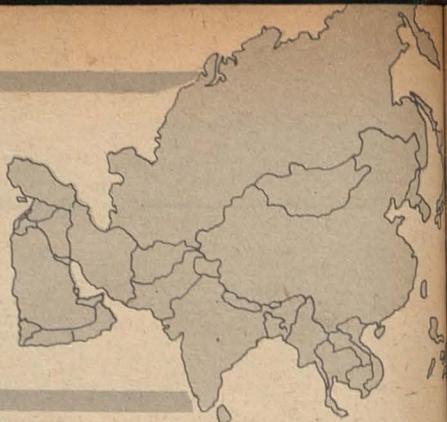
Menos publicamente, a China mobilizou além disso cidadãos vietnamitas de origem chinesa como uma

"quinta coluna". Nestas circunstâncias, normalmente os governos tomam medidas severas contra os nativos de um país agressor. Em vésperas da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos internaram em campos de concentração os norte-americanos de origem japonesa (os *nisei*), pelo menos na costa ocidental; os ingleses internaram na Austrália os refugiados judeus alemães, enquanto Hitler assassinava em Auschwitz e noutras centros de extremínio os judeus, eslavos e opositores políticos; Estalín, deportou os alemães do Volga "para o outro lado dos Urais", etc., etc.

As medidas do Vietnam contra os *hoa*, se bem que duras, são apesar de tudo benévolas, se as compararmos com essas outras. E ainda o seriam mais não fosse a permanente ameaça chinesa de um segundo ataque, ante o qual já se elaboraram planos para a evacuação total de Hanói, Haiphong e as principais cidades do norte e centro do país.

CHINA

abertura ao ocidente



Consequência necessária: silenciar os «daozibaos» e os protestos populares

Pela primeira vez em vinte anos, a China revela as suas estatísticas. Aparecem os grandes problemas de um país subdesenvolvido, com desigualdades chocantes entre cidade e campo.

As dificuldades obrigam a rectificar planos ambiciosos, enquanto a abertura mostra o seu primeiro resultado: um grande déficit comercial.

Agustín Castaño

A revelação das estatísticas e orientações da economia chinesa, efectuada durante o último Congresso Nacional do Povo, faz parte do processo de abertura às potências capitalistas levada a cabo pelo governo de Pequim. Esses dados permaneceram reservados durante os últimos vinte anos. O conhecimento da realidade do mercado chinês era considerado indispensável pelos investidores do Ocidente, que são chamados pelo vice-Presidente Deng Xiaoping a participarem nas "Quatro Modernizações".

A abertura ao Ocidente, a recente lei de investimentos estrangeiros e a revelação dos dados económicos, são peças inseparáveis da nova política económica, com a qual os actuais dirigentes esperam fazer da China uma potência mundial no ano 2000. É cedo para avaliar se conseguirão tal objectivo por este caminho. No entanto, parece difícil conciliar o rumo tomado com a construção do socialismo no país mais povoadão do mundo (958 milhões de seres, segundo foi agora revelado).

Os serviços especializados das potências capitalistas, após analisarem as estatísticas, concluíram que elas são confiáveis, porque estão de acordo com as estimativas, como afirmou a CIA em primeiro lugar. Por sua vez, os empreendedores privados estudaram a Lei de Investimentos Estrangeiros e expressaram em geral que, apesar de algumas imprecisões, a consideram como um passo positivo.

A China de Hua Guofeng e Deng Xiaoping reafirma a sua nova orientação, a via "post Mao", e recebe o be-

neplácito do Ocidente. O intercâmbio entre as duas partes crescerá consideravelmente de agora em diante.

DIFICULDADES

Mas as revelações indicam que, não obstante a sua enorme potencialidade, a estrutura económica da China é extremamente atrasada, o seu mercado muito limitado, os seus problemas profundos. Isso apesar dos trinta anos de socialismo, que, no caso chinês, foi objecto de radicais mudanças de orientação, tornando ziguegueante o rumo económico.

Os dados dizem que a China é o primeiro produtor mundial de carne de porco e de grãos, ocupa o terceiro posto na produção de carvão, o quinto na de aço e figura entre os dez principais produtores de petróleo.

A sua população continua com um dos mais baixos níveis de rendimento do Mundo e com grandes desniveis entre a cidade e o campo: em 1978, os habitantes das cidades tiveram um rendimento médio *per capita* de 405, dólares, enquanto para os 80 por cento da população que vivem no campo foi de 46 dólares, pouco mais de um décimo do da cidade.

Outra conclusão que transparece é a de que a nova via leva o país a um crescente endividamento — em relação aos seus novos interlocutores ocidentais. As importações, provocando um *deficit* comercial de 5600 milhões de yuans (uns 2500 milhões de dólares). Esta inquietante tendência determinou que as

autoridades busquem agora um travão, o que afecta os planos oficiais, mas não modifica a tendência.

Ao mesmo tempo, verifica-se uma diminuição brusca das taxas de crescimento, se se exceptua o comércio retalhista. Alguns exemplos: fabricaram-se 100 000 tractores em 1977, 113 500 em 1978 e, segundo o plano, em 1979 só se fabricarão 95 000; após um aumento de 20,1 por cento na produção de fertilizantes químicos em 1978, prevê-se um aumento de 10 por cento em 1979; a produção de carvão permanece inalterada, a de petróleo só crescerá 1,9 por cento este ano (contra 11,1 no ano anterior) e a de energia eléctrica, após um crescimento de 14,8 por cento em 1978, situa-se agora em 7,2; a taxa de crescimento industrial passa de 13,5 por cento a 8 no mesmo período.

EXPLICAÇÕES NADA CONVINCENTES

Ao explicar todos esses problemas e, particularmente, a retracção no crescimento económico, os dirigentes chineses atribuem toda a responsabilidade a "Lin Piao e ao Bando dos Quatro". Os erros e desvios cometidos pelos seus antecessores, dizem, exigiram que se gastassem três anos em reajustes e correcções. Assim, abandonam-se agora os planos irrealistas de industrialização pesada e coloca-se o acento no desenvolvimento agrário. Mas este raciocínio omite o facto de que, ainda em 1978, os documentos oficiais indicavam a concentração dos esforços na indústria pesada.

A instabilidade foi, por-

tanto, causada também pela presente administração. Além disso, é explicável que, segundo a nova orientação, sejam reduzidas este ano as taxas de crescimento em alguns sectores industriais, mas não se explica que o mesmo aconteça com a produção de energia e nas indústrias vinculadas ao desenvolvimento agrícola, que é a meta actual.

Deve-se então atribuir essa relativa retracção a uma situação financeira desfavorável, que impôs uma política geral de austeridade, inclusive sobre os investimentos nos sectores prioritários e naqueles onde os problemas têm carácter de urgência: transportes, modernização e mecanização da agricultura. Daí que os indicadores de 1979 sejam modestos e que só poderão ser superados após uma fase de recuperação. Mas isso obriga a dever, por agora, as metas optimistas fixadas pela política das "quatro modernizações".

Ao mesmo tempo, sofrerá um adiamento a aspiração de melhorar o nível de vida da população, embora se tratasse de obter apenas um moderado aumento da capacidade aquisitiva dos sectores rurais.

Tais são as projecções principais que surgem dos dados divulgados, mas há também algumas surpresas, à primeira vista de pouca transcendência, mas que talvez ocultem novidades importantes. Por exemplo, enquanto a fabricação de bicicletas e máquinas de costura registarão um pequeno crescimento, a de televisores duplicará. Deve-se ver nisso um sinal de uma política de diferenciação de consumos em favor de uma nova classe de técni-

cs e de funcionários, e portanto uma inversão de tendência socializante, como observaram diversos analistas?

É difícil dar uma resposta precisa. Mas este indicador, junto com as demais orientações, devem-se inserir noutros objectivos que vão sendo delineados pela condução económica: aumento dos preços ao retalho dos alimentos, estabelecimento de mecanismos de concorrência nas relações entre produtores e distribuidores, eliminação das

empresas de baixa rentabilidade, maior autonomia financeira das empresas, o que inclui a fixação de salários e remunerações.

Eficiência, realismo, abertura, são as palavras de ordem escolhidas pelo governo chinês. Ao final da sua aplicação, haverá que julgar não apenas os seus resultados quantitativos — até agora pobres, como vimos — mas também os qualitativos. Ou seja, o que significarão em termos de dependência e em relação à construção do socialismo.

Fantasmas económicos

O exame dos problemas económicos feito na 2.ª sessão da V legislatura da Assembleia Nacional Popular da China, e a adopção de um novo plano para este ano mostraram que os objectivos da direcção de Pequim traçados há um ano atrás enfermavam de falta de realismo. Na sessão, Hua Guofeng reconheceu que "certas medidas tomadas por nós não foram suficientemente razoáveis".

As correções feitas manifestaram-se particularmente numa diminuição dos ritmos de crescimento da indústria e da agricultura.

Apesar de, no ano passado, a metalurgia ter sido qualificada por Hua Guofeng como "sector decisivo de toda a edificação económica", nenhum crescimento da produção de aço se verificou desde então. Já não se fala da construção de dez bases importantes de siderurgia. A única coisa em que se avança é na construção do combinado metalúrgico de Baoshan, perto de Xangai, com a ajuda do Japão. No entanto, Deng Xiaoping criticou recentemente a política dos empresários japoneses em relação a essa obra.

Assim o objectivo de 60 milhões de toneladas de aço previsto para 1985 não será atingido. Os dirigentes chineses reconhecem em privado, que a produção será em 1985, quanto muito, de 45 milhões de toneladas. Uma tal lentidão no crescimento da produção de aço terá repercussões negativas em grandes obras, nas construções mecânicas e nos transportes.

Outro ponto fraco da economia chinesa é a falta de combustíveis, energia e matérias-primas. E os planos adoptados não prevêem meios de remediar essa situação.

Na sessão indicou-se que a extração de carvão, que representa mais de 80 por cento da balança de combustíveis e energia da China, atingiu os 618 milhões de toneladas e o plano para este ano prevê a manutenção do mesmo índice.

Também a extração de petróleo se debate com problemas. Ainda recentemente, foi anunciado um aumento na extração de 6 milhões de toneladas, ou seja, 5,7 por cento. Mas no plano para este ano o crescimento previsto é de 2 milhões de toneladas (menos 2 por cento). Isto significará também um travão ao crescimento económico.

COREIA

«milagre económico» e direitos humanos

*Um informe do Conselho Mundial das Igrejas
mostra que a economia está em crise, e que
cresce a oposição ao governo de Park Chung Hee.*



OS custos do crescimento económico da Coreia do Sul superaram os seus benefícios, afectando especialmente a situação dos direitos humanos nesse país", afirma um extenso relatório dado a conhecer recentemente pelo Conselho Mundial das Igrejas.

O informe do "Grupo de Trabalho pelos Direitos Humanos na Coreia", avaliado pela Comissão de Assuntos Internacionais do Conselho Mundial das Igrejas, cobre o período de Janeiro de 1978 a Janeiro de 1979, e relata mais de duzentos casos de violação dos direitos humanos, incluindo uma lista com os nomes de quinhentas e quarenta pessoas afectadas por esses incidentes.

REPRESSÃO SISTEMÁTICA

O documento contradiz diversos informes publicados anteriormente, nos quais se falava de melhoria da situação dos direitos humanos na Coreia do Sul, afirmado que, pelo contrário, durante o último

ano, pôde ser comprovada "uma intensificação da repressão sistemática contra o povo da Coreia".

Segundo o Departamento de Comunicações do Conselho Mundial das Igrejas, as informações de Fevereiro e Março deste ano, confirmam as afirmações do informe. Muito poucos prisioneiros políticos foram postos em liberdade, e nos poucos casos sucedidos, a sentença condenatória continua "em suspenso".

Em fins de Março deste ano, foi detido Wong Yong Kan, um membro dos comités central e executivo do Conselho Mundial das Igrejas. Seis membros da Academia Cristã da Coreia, da equipa de direcção, foram acusados, tendo sido aplicada contra eles a "lei anticomunista", uma das numerosas leis repressivas enumeradas no informe, que são empregues "em nome da segurança nacional e do desenvolvimento económico".

O documento, que o director da comissão internacional do Conselho Mundial das Igrejas, Leopoldo

J. Niilus, considera como "o mais detalhado e completo" dos últimos anos, rebate a afirmação governamental sobre os supostos benefícios propiciados pelo desenvolvimento económico às massas rurais e urbanas. Acrescenta que o "milagre económico" enfrenta uma grave crise, caracterizada pelo enorme aumento da dívida externa, uma crescente dependência dos investimentos estrangeiros, e uma "inflação galopante".

Um dos sectores mais afectados pela repressão, é a Igreja Cristã da Coreia, importante "centro do movimento pelos direitos humanos", aumentando progressivamente o controle sobre as actividades internas da Igreja "por diversos meios", incluindo a censura dos sermões, a proibição ou interrupção de reuniões eclesiásticas, e as detenções arbitrárias.

Ao mesmo tempo, o informe regista "um notável aumento da resistência contra a repressão", que "compreende sectores cada vez mais amplos e diversos da população".

terceiro mundo

Publicidade

Lê – Assina – Divulga

FAROL DAS ILHAS

(Quinzenário)

A voz democrática das Regiões Autónomas

Assinatura anual 150\$00

**Sede: Rua Mãe de Água, 13-2.º Fte.
1200 Lisboa**

TURQUIA opção europeia

Com a sua política financeira, o primeiro-ministro Ecevit alinha-se com a dos países capitalistas industrializados, ao mesmo tempo que reafirma a sua fidelidade à NATO, embora também tenha impulsionado uma abertura diplomática para com a URSS, os países árabes, e o Irão.

John Roberts



Ecevit

A libra turca foi recentemente desvalorizada em uns massivos 47 por cento, baixando virtualmente para a metade os preços das exportações, e duplicando o das importações.

A medida, anunciada pelo primeiro-ministro Bülent Ecevit, depois de uma sessão de oito horas com o seu gabinete, foi a condição para pôr em marcha uma das operações jamais montadas pelas nações in-

dustriais ocidentais para salvar a economia de um importante país em desenvolvimento.

A operação tornou-se necessária, depois de três anos de febre importadora e embriaguez pelos gastos, levados pelo governo direitista sob a condução de Süleiman Demirel, de 1974 a 1977.

A dramática amplitude da desvalorização, que reduz o valor da libra turca praticamente ao seu nível

real no mercado negro, somente perdoou uns tantos produtos principais.

Assim, por exemplo, a taxa de câmbios para as importações de petróleo e fertilizantes, e para as exportações agrícolas, somente foi atingida em 35 por cento.

A supor que isto seja aceitável para os clientes da Turquia, que se abastecem com petróleo, e compram cereais, isto significou um grande benefício para o país.

Mais importante do que isso, a desvalorização facilitará de imediato um acordo de ajuda do Fundo Monetário Internacional de mil e quinhentos milhões de dólares. E este somar-se-á a um acordo dos países industrializados do Ocidente, representados na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), para proporcionar uma ajuda de mil e quatrocentos milhões de dólares, incluindo novecentos milhões destinados ao financiamento de importações mais urgentes.

AS DÍVIDAS HERDADAS

Significativamente, durante as negociações, o governo social-democrata de Ecevit pôs grande ênfase na aceitação oficial das dívidas comerciais acumuladas durante o último período de Demirel como primeiro-ministro.

O ministro das Finanças da Turquia, Ziya Nuezzoglu, procurou, em recente reunião da OCDE, regularizar estas "dívidas vencidas e não garantidas", que incluem débitos para com o Brasil, por importações de café.

Ao mesmo tempo em que abre as portas para a "redenção" da Turquia — ou pelo menos, à continuidade da sua integração na economia mista de estilo europeu ocidental, — a desvalorização tem um papel político fundamental.

A desvalorização foi imposta com pesar pelo próprio Ecevit, que temia o aumento da inflação. Mas, o volume de créditos económicos, e a ajuda militar que é esperada acompan-

nhá-los, deu-lhe pouca margem de escolha.

Teve que fazer o povo aceitar a desvalorização, quando já tinha um ano e meio de governo, com poucos sinais tangíveis de benefício económico.

O problema de Ecevit, é que tem que pôr em ordem os assuntos da Turquia diante da agressividade de uma oposição que, quando esteve no governo, ganhou popularidade subsidiando importações graças a empréstimos feitos no exterior. Os créditos que solicitou para tirar o país da crise económica, destinaram-se, em grande parte, a pagar essas dívidas.

ARMAS PARA O 'DOENTE'

Em termos políticos, isso significa que Ecevit terá, provavelmente, que ser mais nacionalista do que nunca em assuntos não financeiros — tais como o de Chipre e as relações com a Grécia, — para compensar a impopularidade das suas medidas económicas.

Além da ajuda multilateral já concertada e em processo, além das centenas de milhões de dólares negociados com bancos comerciais, Ecevit procurou uma ajuda nos Estados Unidos de cerca de mil milhões de dólares anuais.

Essa ajuda seria tanto militar, como destinada ao desenvolvimento, e é significativo que quando o senado norte-americano aprovou a Lei de Ajuda Militar e para o Desenvolvimento, num total de 4 mil e quinhentos milhões de dólares, uma décima parte foi destinada à Turquia.

Em entrevista concedida ao *New York Times*, Ecevit

reafirmou a sua adesão à NATO. Mas, ao mesmo tempo, disse que desejava que os Estados Unidos se associassem à Turquia em empresas mistas, para ajudar o seu país a desenvolver a sua própria indústria de armas.

"Também deveríamos cooperar nas indústrias de defesa", declarou. "A Turquia foi deixada de lado nos planos de co-produção da NATO".

Funcionários de Washington computaram as necessidades de ajuda militar à Turquia num valor entre os 2500 e os 3500 milhões de dólares. Isso, somado à assistência económica que a Turquia procura, faz com que a ajuda solicitada por Ecevit para cinco anos, equivalha a mais de mil milhões de dólares anuais.

Ecevit parece haver tido êxito na obtenção de ajuda. Mas, ao mesmo tempo, depois de duas gerações em que a Turquia se deslocou activamente para o Ocidente, o primeiro-ministro actua rapidamente para estimular as suas relações com os países muçulmanos vizinhos, do sul e do leste, assim como com a União Soviética e os seus aliados fronteiriços ao norte.

Os resultados dos esforços de Ecevit já estão a ser vistos. A Turquia foi por muito tempo "o doente da Europa", e a maioria dos ocidentais esquecem-se que o governo turco considera-se parte da Europa Ocidental.

Ao desvalorizar a libra de maneira tão drástica, Ecevit deu um passo gigante para a transformação do seu país dentro de um alinhamento com o Ocidente.

NÃO-ALINHADOS

TERCEIRO MUNDO

o que é?

Periferia, subdesenvolvidos, dependentes, países em vias de desenvolvimento, neo-colónias. Os marginalizados da ordem internacional têm sido analisados, conceituados e agrupados de diversas formas. A «teoria dos três mundos» dos dirigentes chineses lançou mais confusão. «Cadernos do Terceiro Mundo» definem a sua posição.



A expressão *Terceiro Mundo* foi utilizado pela primeira vez pelo jornalista francês Alfred Sauvy, em meados do século XX, e logo se popularizou nos meios jornalísticos e diplomáticos.

Terceiro Mundo, no sentido em que o empregou Sauvy, era uma alusão ao “*Terceiro Estado*” da sociedade francesa anterior à revolução de 1789. Nessa época entendia-se por *tiers état* o povo despojado de privilégios, por oposição ao clero e à nobreza.

O *Terceiro Estado* francês abrangia muitos estratos sociais: mercadores, camponeses, comerciantes, artesões e trabalhadores, unidos na sua marginalização política da sociedade da época e no interesse comum em superá-la. Do mesmo modo o termo *Terceiro Mundo*, na sua acepção original — que continua sendo a mais válida —, inclui países muito diferentes entre si. O adjetivo *terceiro* expressa a sua marginalização na ordem mundial e não uma valorização sobre a existência de outros dois “mundos”.

Contudo, ao surgirem as primeiras expressões organizativas do *Terceiro Mundo* (a Conferência Afro-Asiática de Bandung, os Não-Alinhados e, mais tarde, o Grupo dos 77) em plena Guerra Fria, a imprensa internacional começou a descrever a atitude deste grupo como uma “terceira posição”, face à rigida divisão do Mundo dessa época, entre o bloco socialista e o dos países capitalistas industrializados, liderados por Washington. Mais tarde, os dirigentes chineses enunciaram a chamada “Teoria dos Três Mundos”, segundo a qual o primeiro seriam “as duas superpotências” (Estados Unidos e União Soviética) e o segundo dos países da Europa Ocidental e o Japão.

UMA DEFINIÇÃO

Os intelectuais do *Terceiro Mundo*, rejeitam porém este tipo de definição. O economista árabe Ismail-Sabri Abdalla, presidente do Foro do Terceiro Mundo, descreve-o como *todas as nações que, durante o processo de estabelecimento da actual ordem mundial, não se convertem em ricas e industrializadas*.

A visão histórica é essencial para a compreensão do que é o Terceiro Mundo — explica Abdalla, — *porque em definitivo, este é a periferia do sistema produzido pela expansão do capitalismo mundial*.

Foi com o nascimento do sistema capitalista que os países europeus empreenderam a tarefa inédita de conquistar todo o Mundo. E foram as riquezas das nações conquistadas — em particular o ouro e a prata da Bolívia, México e Peru; — que promoveram a primeira grande acumulação de capital que permitiu aos europeus ricos transformar as descobertas dos sábios da época em novas tecnologias que revolucionaram os sistemas produtivos para dar nascimento à indústria moderna. Esta indústria, por sua vez, necessitava de matérias-primas e de mercados.

Em busca de ambos se criaram os impérios coloniais. Os países europeus repartiram entre si o Planeta. Os povos da Ásia, África e América Latina foram submetidos militarmente, as suas economias reajustaram-se às necessidades da metrópole, e desenvolveu-se uma ideologia — baseada em grande parte no racismo, — que justificava este estado de coisas.

Em alguns países, a colonização europeia durou cinco séculos — como em Angola, Moçambique ou Trinidad-Tobago, — outros, poucas décadas. Alguns, como o Irão e a Tailândia, nunca perderam a sua independência formal, mas todos foram vítimas da exploração económica que saqueou os seus recursos e distorceu as suas estruturas produtivas. Esta é a causa do seu “subdesenvolvimento” actual.

SUBDESENVOLVIMENTO

O termo “países subdesenvolvidos” foi repelido como designação, pelos políticos do Terceiro Mundo, que o consideram pejorativo. Mas a designação substituiva de “países em vias de desenvolvimento” é ainda pior, já que supõe a ideia de que os países em questão estariam “atrasados” no seu desenvolvimento em relação aos europeus ou norte-americanos, que simplesmente tinham começado antes.

Na realidade, o desenvolvimento destes últimos foi possível porque “subdesenvolveram” os restantes. A experiência das duas últimas décadas que os peritos das Nações Unidas dedicaram ao desenvolvimento destas nações indica que, na realidade, o fosso entre uns e outros se alarga

em vez de se reduzir.



No finalizar da década de setenta, a descolonização política está praticamente concluída, com poucas — dolorosas, — exceções. Contudo, a independência dos países do Terceiro Mundo, cujo número já se aproxima dos cento e cinquenta, não trouxe consigo a descolonização económica. O sistema mundial desenvolvido nos dois últimos séculos não mudou. A exploração continua, ainda que os métodos se tenham tornado mais subtils, menos visíveis, mas igualmente eficazes através da dominação moderna dos grandes consórcios transnacionais.

Temos assim um quadro de características comuns a todos os países do Terceiro Mundo. Primeiro, de terem sido colônias de potências estrangeiras; segundo, de terem sofrido no passado a exploração económica, que modelou os seus sistemas produtivos em torno da exportação de matérias-primas e lhes retirou a capacidade de decidir por si próprios, a tal ponto que, em muitos deles, a política económica actual continua a ser traçada nas sedes de um reduzido número de transnacionais, ou nas salas de sessões dos bancos internacionais.

Por último, a dominação cultural, que criou um sentimento de inferioridade em relação às culturas nacionais, e impôs como universais os valores da chamada "civilização ocidental e cristã", esquecendo que os ingleses, franceses e alemães, se vestiam com peles e comiam carne crua, quando os egípcios, mexicanos e peruanos já tinham desenvolvido civilizações urbanas avançadas e calendários perfeitos. Os algarismos com que os primeiros burgueses europeus calcularam os seus lucros são de origem árabe, e a pólvora com que submeteram os "nativos" de todo o Terceiro Mundo, é um invento chinês.

O COLONIALISMO CULTURAL

Os efeitos deste colonialismo cultural — explica Abdalla, — são os mais duradouros. Devido a eles as nossas classes altas e médias estão fascinadas pela ideologia "ocidental", os nossos intelectuais carecem de confiança na capacidade dos seus povos, e como reacção, produzem-se movimentos político-religiosos "fanáticos" que repelem em bloco tudo o que vem do Ocidente e procura a salvação no retorno à "pureza" dos tempos antigos.

Em maior ou menor grau, estas características são comuns a todos os países da América Latina, Caribe, África, ilhas do Pacífico, Ásia (com excepção da União Soviética) e a alguns da Europa. Contudo, e apesar da "teoria dos três mundos", a China não é considerada — excepto pelos próprios dirigentes de Pequim, — como parte do Terceiro Mundo. Em primeiro lugar, o país nunca foi totalmente colonizado pelos europeus; em segundo, a sua cultura nunca foi totalmente arrasada pela "ocidental e cristã" e, finalmente, a China ocupa, ao lado das grandes potências, um lugar permanente no Conselho de Segurança da ONU, não está integrada no Movimento dos Países Não-Alinhados, nem no Grupo dos 77. Por isto, pela sua situação objectiva e interesses de grande potência que é — ainda que com as suas especificidades, — está colocada fora do Terceiro Mundo.

Os mecanismos de dominação colonial que trancrevemos acima são basicamente os mesmos que mantém a actual ordem internacional. Em primeiro lugar estão as ferramentas de dominação económica. Os países capitalistas industrializados depen-

dem das matérias primas que produz o Terceiro Mundo para assegurar o funcionamento das suas economias. Mas ainda que os países produtores tenham avançado no controlo destes recursos, são os consumidores industrializados que dominam os mecanismos de comercialização, os preços, as frotas em que se transportam estas matérias-primas e as tecnologias para as extrair. Por outro lado, o sistema económico actual organizou o processo produtivo, de modo a valorizar muito mais o processo de transformação das matérias-primas em bens de consumo — a indústria, — do que a primeira fase, a de extração. E a indústria está, como é sabido, nos países do centro.

A DEPENDÊNCIA

E quando as nações do Terceiro Mundo se esforçam por se industrializar, correm o risco de cair numa segunda armadilha: de o fazerem segundo os moldes do Ocidente, passando a depender das maquinarias que devem importar destes países. E se estas mesmas maquinarias chegam a ser produzidas no Terceiro Mundo, são os países industrializados que fornecem a tecnologia. Só dez por cento dos cientistas que estudam no Planeta, fazem-no em países do Terceiro Mundo. E o sistema internacional de patentes faz que os países capitalistas industrializados sejam proprietários inclusivé das técnicas especialmente estudadas para serem aplicadas nas áreas pobres do Mundo.

O sistema financeiro internacional, criado em torno do dólar norte-americano, é outro aspecto da dominação económica. O seu aspecto mais visível é a contínua intervenção de instituições, como o Fundo Monetário Internacional, na fixação das políticas dos países do Terceiro Mundo.

Em última instância, quando os povos saem vitoriosos das suas lutas de libertação, a ordem internacional actual só é assegurada por meios militares. O estado de equilíbrio na correlação militar entre as potências capitalistas e socialistas, faz com que os pactos bélicos, como a OTAN e suas projecções regionais, actuem como repressores das lutas anti-imperialistas.

Aberta ou dissimuladamente, a OTAN apoiou os colonialistas portugueses contra os movimentos de libertação em Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique



bique e São Tomé e Príncipe. O caso do Vietnam é suficientemente conhecido, e os palestinianos, os namíbios, os patriotas do Zimbabwe e os combatentes contra o racismo na África do Sul, conhecem na própria carne o apoio da OTAN aos regimes que os oprimem.

DOMINAÇÃO INDIRECTA

A dominação também assume formas indirectas, através da preparação de milhares de oficiais nos centros do poder neocolonial, para que estes assumam o papel de *gendarmes* dos seus próprios povos, e a venda de equipamentos bélicos desnecessários aos países do Terceiro Mundo, o que não só os endivida como também provoca corridas armamentistas locais e instaura uma permanente ameaça de guerras. Tal é, por exemplo, o caso do Irão, onde as compras de armas chegaram a representar quase metade das suas receitas petrolíferas.

Por último, a dominação cultural exerce-se através de modelos educativos descalados dos países capitalistas industrializados — sem sequer os adaptar às neces-

sidades locais, — e pelo bombardeamento constante dos meios de comunicação de massas.

A luta contra este estado de coisas tem levado os países do Terceiro Mundo a se organizarem de diversas maneiras e a exigirem mudanças substanciais nos foros internacionais e nas mesas de negociações. Na década de 70, em especial a partir da Cimeira de Argel (1973) do Movimento dos Países Não-Alinhados, e do aumento dos preços do petróleo desse mesmo ano, muitas reivindicações subiram de tom, adquiriram um sentido de urgência, e lograram a sua legitimação com a aprovação das Nações Unidas da Carta de Direitos e Deveres Económicos dos Estados, em cuja elaboração o México jogou um papel decisivo.

Mas a actual ordem internacional tem os seus defensores e estes são poderosos. A sua táctica é a velha manobra imperialista de “dividir para reinar”.

O seu primeiro argumento é que o Terceiro Mundo já não existe, e que os países exportadores de petróleo constituem uma realidade aparte. Fala-se de um “Quarto Mundo”, que seriam as nações



carecidas de hidrocarbonetos, ou inclusive de um "Quinto Mundo", integrado pelos que não possuem nenhum recurso importante.

Tais afirmações não resistem à mínima análise. É certo que alguns países petrolieros pouco povoados, têm um rendimento *per capita* muito elevado, superior inclusivamente a alguns países capitalistas industrializados. Tal é o caso dos Emirados Árabes, Kuwait, Qatar e Arábia Saudita. Contudo, a maioria dos países da OPEP têm rendimentos *per capita* inferiores a dois mil dólares anuais. O da Nigéria — com uma produção equivalente à do Kuwait, — é de 340 dólares, e o da Indonésia de apenas 220 dólares. Por outro lado, um lucro muito grande de "petrodólares" não significa que o país seja desenvolvido. De resto, o petróleo é um recurso não-renovável, esgota-se, podendo o país ficar de novo submerso na pobreza se não aproveita os lucros para lançar as bases de um desenvolvimento equilibrado.

PETRODÓLARES

Não se deve esquecer tão pouco que a posição dos países da OPEP tem sido sempre de solidariedade para com os esforços dos demais países terceiro-mundistas para controlar e defender as suas matérias-primas, que a OPEP recusou toda a proposta de negociar o problema do petróleo num foro separado do resto dos produtos de base, e que os países com excedentes petrolíferos têm contribuições para o desenvolvimento muito superiores, em proporção, às dos países capitalistas industrializados.

No plano técnico, muitas outras divisões se podem fazer entre países do Terceiro Mundo, tomando em conta o seu grau de industrialização, de população urbana, a diversificação das suas exportações ou qualquer outro indicativo relevante. Estas categorias podem ser úteis para o estudo das diferentes situações sociais e económicas, mas de nenhuma maneira contradizem a existência de interesses comuns.

Finalmente, é a nível político que os esforços para quebrar a unidade do Terceiro Mundo são mais intensos. E frequentemente resultam com êxito.

Não devemos esquecer que nas sociedades dos países pobres, também há pobres e ricos. E as classes privilegiadas associam-se aos interesses transacionais para explorar os seus próprios povos.

Assim, a luta do Terceiro Mundo por uma nova ordem internacional que rompa com a criada durante a era imperialista, também é a luta dos pobres nos países pobres para transformar a ordem social injusta dos seus países. E nesta batalha os povos já não estão sós. A metade do mundo industrializado já deixou de ser capitalista e solidariza-se activamente com as forças libertadoras. E na outra metade, as forças progressistas compreenderam que a ordem actual é injusta, e esforçam-se por alterá-la, não só por um sentimento moral, mas também por seu próprio interesse em forjar uma sociedade onde o valor primordial não seja o consumo desenfreado, mas o Homem, em todas-as suas dimensões.

os direitos da mulher

*A conferência de Bagdad dedicou-se
mais do que a um levantamento de problemas,
à elaboração de um programa avançado
para a próxima década.*

Micaela Ramada

NA recente conferência sobre o "Papel da mulher no desenvolvimento", realizada em Bagdad sob os auspícios do Movimento dos Países Não-Alinhados, e com o patrocínio do governo do Iraque, foram abordados importantes aspectos da problemática da mulher nos países em desenvolvimento. O documento final reflecte o consenso atingido nas diferentes instâncias da conferência e estabelece algumas recomendações aos Estados membros do Movimento dos Não-Alinhados, e em geral, a todos os países em vias de desenvolvimento.

Estiveram presentes representantes do Afeganistão, da Argélia, de Angola, Argentina, Bahrein, Bangladesh, Benin, Império Centro-Africano, Congo, Chipre, Cuba, Coreia Democrática, Filipinas, Gana, Índia, Indonésia, Iraque, Irão, Jamaica, Jordânia, Kenya, Kuwait, Líbano, Libéria, Líbia, Malásia, Mauritânia, Marrocos, OLP, Paquistão, Roménia, Senegal, Somália, Sri Lanka, Swazilândia, Síria, Tailândia, Tunísia, Tanzânia, Emirados Árabes Unidos,

Vietnam, República Árabe do Yemen, Yemen Democrático, Jugoslávia e Zâmbia.

Presentes como observadores, o Brasil, México e Venezuela, além de várias organizações internacionais, entre as quais as Nações Unidas. A Suécia esteve presente como convidada especial.

O DOCUMENTO FINAL

Num extenso documento de perto de cinquenta páginas, onde a problemática da mulher é analisada nos seus múltiplos aspectos, é expresso o apoio às decisões da Conferência Internacional da Mulher, realizada em 1975, no México. Pronuncia-se também pelo estabelecimento de uma Nova Ordem Económica Internacional, já que "o estado actual das relações económicas internacionais representa um sério obstáculo para a utilização mais eficaz de todos os recursos materiais e humanos necessários à aceleração do desenvolvimento e para melhorar a qualidade de vida dos países emergentes..."

No parágrafo destinado à análise do Programa de Ac-

ção, a Conferência salienta a necessidade de "promover esforços a nível não só governamental mas também de instituições não-governamentais, para implementar o Plano Mundial de Ação aprovado em 1975, na Conferência do México, e adoptado por todos os membros das Nações Unidas que participaram na sua elaboração".

Ficou também assente a realização de um Encontro de Estados Coordenadores e do Bureau de Coordenação de Nova Iorque antes de 1980, quando for realizada a Conferência das Nações Unidas da Década da Mulher.

Na análise sobre a "Evolução das estratégias nacionais para que a mulher alcance direitos iguais aos do homem, assim como iguais oportunidades e responsabilidades", afirma-se, entre outras coisas, que o caminho para se atingir este objectivo, compreende a equiparação do homem e da mulher em todas as esferas do trabalho e da vida, criando-se condições e possibilidades para um maior emprego da mulher fora do lar, e a sua colocação em igualdade de posições, no

que respeita a todos os sectores de trabalho e profissões.

Ao mesmo tempo, foi feita uma chamada geral para que se torne realidade a resolução de 1969 das Nações Unidas em relação à eliminação da discriminação contra a mulher, bem como da ratificação das cartas das Nações Unidas relativas aos seus direitos para aqueles Estados que ainda não o fizeram.

Para complementar essas recomendações, foi sugerida a criação de institutos especializados para assessorar a mulher no reconhecimento e legalização dos seus direitos, e que ao mesmo tempo ofereçam ajuda legal para assegurar-lhe a possibilidade de desfrutar desses direitos.

Foi recomendada também a elaboração de legislação apropriada que assegure a liberdade e igualdade da mulher nos campos económico, social e político. Por outro lado, foi destacada a necessidade de dar os passos necessários para assegurarem o pleno emprego da mão-de-obra feminina, e a criação de serviços como, infantários e creches, pelo Estado e pela comunidade, que possibilitem à mulher o cumprimento das suas múltiplas actividades.

A MULHER NAS ÁREAS RURAIS

A situação da mulher nas áreas rurais mereceu um capítulo especial no documento.

Nele convidam-se os governos a aplicar as recomendações adoptadas a nível internacional no congresso do Cairo.

Para isso foi recomendada

do que se adoptassem todas as medidas e passos que garantam à mulher das áreas rurais a sua participação efectiva em actividades culturais e educacionais, incluindo campanhas de alfabetização que tenham em conta para a sua implantação, as temporadas de colheita e cultivo agrícolas. Foi sugerido, além disso, que na redacção e na execução de medidas tais como a Reforma Agrária e a modernização da agricultura, se incluam estudos sobre o seu impacto e efeitos na situação da mulher, e programas de treinamento para a sua adaptação ao uso das novas tecnologias.

Foi também analisada em Bagdad, o efeito da migração interna e internacional sobre a situação da mulher em particular, e das famílias, de maneira geral.

A migração é analisada como uma consequência da herança colonial, que ainda hoje obriga as famílias de poucos recursos dos países em desenvolvimento a procurarem trabalho fora das suas fronteiras. Neste sentido, foi recomendado o estudo de medidas tendentes a reduzir a migração, assim como uma avaliação mais profunda das consequências da emigração (particularmente da emigração da mulher) na família dos países emergentes.

Um outro capítulo foi dedicado ao papel das organizações femininas na promoção da participação da mulher no processo de desenvolvimento. Nesse sentido, foi afirmado que os governos nacionais devem reconhecer a importância e o papel das organizações femininas, fomentando e dando assistência financeira a essas actividades.

Por outro lado, foi mencionado que as organizações femininas devem aceitar a responsabilidade de incrementar a participação da mulher e as suas actividades a todos os níveis, especialmente nos da tomada de decisão.

Particularmente interessante é o capítulo onde foi analisada a "participação da mulher na vida económica, política e social dos seus países, e a sua contribuição para o fortalecimento da paz".

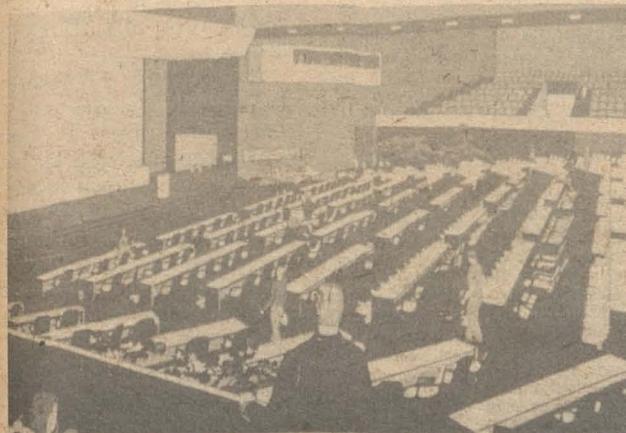
Nesta parte do documento final, recomenda-se aos governos a utilização dos meios de informação e educacionais para que mudem as atitudes condicionadas da mulher. Também foi afirmado que compete aos diferentes Estados tomarem medidas (como a de protecção à maternidade) que transformem a igualdade do homem e da mulher da situação de jure em de facto.

Entre as resoluções estritamente políticas tomadas pela conferência, cabe destacar o apoio à proposta iraquiana expressa na sessão de abertura do evento pelo vice-presidente Dadam Hussein, no sentido de que seja estabelecido um fundo mundial para ajudar os países em desenvolvimento a suportarem os efeitos da inflação monetária, o apoio às mulheres nicaraguenses "que sofrem a mais bárbara repressão", o apoio ao processo de descolonização de Porto Rico, o pedido do fim do bloqueio a Cuba, o reconhecimento e apoio à OLP "como legítimo representante do povo palestino".

HAVANA

a maior reunião de sempre

A Sexta Cimeira dos Não-Alinhados na capital cubana é uma das conferências mais representativas que o Mundo já conheceu.



Palácio das Convenções, cenário da grande reunião

A capital cubana preparava-se activamente para receber um elevado número de chefes de Estado, ou seus representantes, de cerca de uma centena de países integrantes do Movimento Não-Alinhado, que pela sexta vez abordarão em Cimeira os problemas mais candentes da cena internacional.

Tudo está disposto em Havana para dar início a 3 de Setembro próximo à VI Conferência Cimeira do Movimento de Países Não-Alinhados: como país anfitrião e um dos 25 fundadores do Movimento (há 18 anos), Cuba assumiu a responsabilidade organizativa e realizou um extraor-

dinário esforço neste sentido para garantir as condições técnicas e materiais necessárias.

Nota-se em Havana uma actividade inusitada, pode dizer-se que febril, nos preparativos, dada a proximidade da Cimeira, à qual o governo cubano concedeu a importância que tem, tanto pela importância dos visitantes como pelos temas a debater.

Trata-se da conferência internacional mais importante de quantas têm tido lugar em Cuba. Devido ao seu nível e amplitude, não tem precedentes na América Latina.

O Palácio de Convenções, onde decorrerá a reunião, acaba de ser terminado e neste momento dão-se os retoques finais nas complexas instalações técnicas e de comunicações de que está dotado.

O edifício está situado a uns oito quilómetros a oeste do centro da capital. A sua traça interior e beleza arquitectónica causam admiração em numerosos visitantes estrangeiros.

No bairro residencial, a poucos minutos do Palácio onde decorrerá a Cimeira, foram construídas 150 casas reservadas aos Chefes de Estado ou aos representantes dos países presentes à reunião.

O programa de obras destinadas à Cimeira, inclui, ainda, a instalação de um centro médico assistencial nas proximidades do Palácio, a ampliação do aeroporto, a reconstrução e iluminação de estradas principais, bem como o melhoramento das instalações hoteleiras.

As autoridades cubanas afirmam que as telecomunicações internacionais serão inigualáveis durante a VI Cimeira. A interconexão da rede de comunicações, que compreende a sede da conferência, residências e hotéis com duas esta-

ções para transmissão via satélite, garantirão este serviço à escala mundial.

As transmissões realizar-se-ão pelos sistemas *Intersputnik* (soviético) e *Intelsat* (norte-americano) e abrange telefonia, telegrafia, telefotos, emissões de rádio e televisão.

Também no âmbito diplomático e político, Havana esteve muito activa. Cuba estabeleceu relações diplomáticas nos dois últimos anos com vários países não-alinhados com os quais só tinha contactos fora desses canais, como sejam: o Botswana, Maldivas, Malta, Seychelles, Sudão, Surinam e Togo.

Numerosas missões cubanas viajaram e ainda viajam por capitais de diversos países não-alinhados da Ásia, África, América Latina e Caribe, para trocar impressões com os dirigentes de cada Estado a respeito da VI Cimeira.

A maioria destas missões foram portadoras dos convites e de mensagens firmadas pelo presidente do Conselho de Estado, Fidel Castro, dirigidas aos estadistas e governantes das nações não-alinhadas.

As mais recentes missões levam ainda como função a entrega do projecto de Declaração Final da VI Cimeira, sujeita ainda a estudo e a modificações.

TEMAS A DEBATER

O facto de se celebrar pela primeira vez na América Latina uma Cimeira dos Não-Alinhados, é um factor que contribui para que estes se debrucem com maior atenção e detalhe sobre os problemas que afectam o continente.

No projecto de agenda

de quinze pontos, o sétimo corresponde a uma análise geral da América Latina.

A situação na Nicarágua, após a queda da tirania dinástica dos Somoza, provocada pela explosão do descontentamento popular e a luta de todo o povo dirigida pela Frente Sandinista de Libertação Nacional, é um tema que, com toda a certeza, centrará a maior atenção.

É previsível que a VI Cimeira decida o ingresso no Movimento do Governo de Reconstrução Nacional da Nicarágua e se pronuncie pelo respeito à liberdade, independência e soberania deste país centro-americano.

Outros pontos que com certeza serão abordados, são o caso colonial de Porto Rico, a situação dos países do Cone Sul sob regimes ditatoriais e fascistas, e o cumprimento pelos Estados Unidos dos tratados conducentes à restituição do Canal do Panamá à soberania panamiana.

Também será abordado o direito à autodeterminação e integridade territorial do Belize, cuja independência foi frustrada pelas ambições expansionistas da Guatemala.

O Belize deverá assistir a esta Cimeira, tal como o fez na anterior, com um estatuto especial, que lhe permite ter voz nos debates.

Não é improvável que a comissão económica da conferência preste particular atenção ao problema dos recursos energéticos e que considere a proposta do Presidente do México, José López Portillo, de os declarar de responsabilidade comum de toda a Humanidade.

FORÇA DO MOVIMENTO

Desde 1961, quando se celebrou a primeira cimeira em Belgrado com apenas 25 países participantes, os Não-Alinhados ganharam novos números e conquistaram um prestígio mundial.

Hoje, com 88 nações e movimentos de libertação integrando as suas fileiras, o Movimento constitui uma força pujante identificada com as necessidades e objectivos do Terceiro Mundo.

Não obstante a heterogeneidade de Estados que o integram, condição que oferece a sua força na sua ação internacional, a unidade dos Não-Alinhados encontra-se baseada numa plataforma comum de princípios que sustenta o Movimento desde as suas origens.

Essa plataforma política compromete todos os seus membros na batalha mundial pela paz, a independência nacional, o progresso e a democracia, pelo desarmamento geral e completo e pela segurança internacional.

Todos compartilham também a luta para pôr fim às formas de discriminação ou opressão que emanam do imperialismo, o colonialismo, o neocolonialismo, o racismo (incluindo o sionismo) e o apartheid.

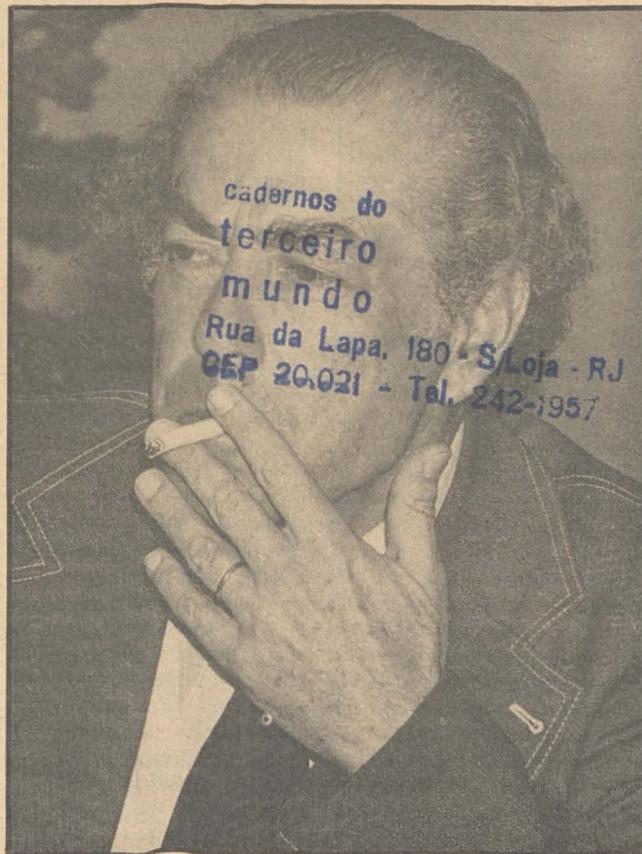
No plano económico, lutam pela eliminação das barreiras artificiais, o comércio desigual e tudo o que impeça o desenvolvimento e a gestação de uma nova ordem económica internacional.

BRASIL

ESPECIAL

Brizola: «o mais urgente é a reorganização política do nosso povo»

*Às vésperas do seu regresso ao país, depois de
quinze anos de exílio, o líder trabalhista
Leonel Brizola definiu algumas das suas
posições ante o momento político brasileiro.*



Mário Osava

COMO vê a amnistia, agora aprovada pelo Parlamento com algumas emendas no projecto inicial apresentado pelo Governo?

Como todos sabem, a amnistia que foi decidida no Brasil é parcial, e não correspondeu às aspirações, à consciência nacional, pois o povo brasileiro vem reclamando uma amnistia ampla, geral e irrestrita, dada a aspiração geral de todos no Brasil, de superar esta fase da sua vida e ingressar logo no processo democrático, a fim de que se possa realmente enfrentar os problemas. É lamentável porque se excluiu muitos brasileiros que não puderam voltar à sua Pátria, como também muitos outros presos, que estão cumprindo penas injustas, impostas por um regime de arbitrio. Como também não puderam ser recuperados muitos direitos que foram atropelados pelo regime, como é o caso dos professores universitários, funcionários, militares.

Por outro lado, é preciso dizer que esta amnistia foi um passo muito positivo no sentido da normalização. Principalmente se a tomarmos como uma primeira etapa, que deverá ser seguida de uma outra, tão imediata quanto possível, que realmente traga uma amnistia ampla, geral e irrestrita, completa, e que resulte de uma vez por todas num quadro de reconciliação, numa espécie de pré-requisito para a normalização da vida do país.

Creio que irá acontecer no Brasil um recrudescimento da campanha nacional por uma amnistia ampla, geral, que abranja a todos e que venha a restaurar todos os direitos. Creio que essa campanha se vai intensificar, especialmente agora, com o retorno de muitos brasileiros ao país e a sua reincorporação à vida política.

A amnistia exclui os condenados pelo que a lei chama de "actos terroristas, assaltos, sequestros e atentados pessoais". No partido Trabalhista Brasileiro, cuja reorganização o senhor lidera, estão-se incorporando muitos daqueles que participaram da luta armada entre 1968 e 1973 ou se formaram politicamente nesse período. Que significado atribui a essas adesões?

A princípio causava alguma impressão na opinião brasileira, estou convencido, quando se dizia: uma amnistia, sim, mas não para os terroristas, nem aos chamados "crimes de sangue" e todas aquelas expressões. Inclusive, muitos parlamentares da própria oposição faziam essas reservas. Com o tempo e a ampliação da abertura, o tema foi sendo debatido, e hoje já há uma convicção generalizada no Brasil superando inteiramente essas restrições. Tenho lido muitas tomadas de posições, todas elas assumindo francamente a defesa de uma amnistia que pudesse abranger não apenas aqueles que foram atingidos porque praticaram actos simplesmente políticos ou relativos à liberdade de consciência, mas também aqueles que praticaram actos concretos de insurgência contra a ditadura. Esse aspecto, creio que a opinião pública brasileira já assimilou inteiramente, e eu sou um dos que consideram que nos Brasil não houve terrorismo.

O que houve foram actos de insurgência, de rebeldia, contra um regime que não permitia outros caminhos, especialmente à juventude. Eu mesmo sou um dos casos que poderia estar incluído nessas restrições, porque nos primeiros tempos, no Uruguai, o que fizemos, foi conspirar. Lamentamos que não tenha dado resultado, devido à nossa inexperiência, à falta de ambiente, de condições e à rápida consolidação do regime. Só paramos quando verificámos que era um sacrifício inútil.

De modo que não houve terrorismo. E posso dizê-lo porque os que se encontram no exílio formam um conjunto de jovens que agora eu conheço melhor. Antes praticamente quase não tive convivência com eles.

Poderei no Brasil dar um depoimento muito claro e incisivo a esse respeito. Do valor e sobretudo do idealismo desse conjunto de jovens que praticaram a luta armada, e que, de certa forma, até resgataram a nós todos. Eu, de minha parte, costumo dizer que eles praticaram actos que muitos de nós, da minha geração, não tivemos coragem de praticar.

Quanto à segunda parte da pergunta, em relação ao facto de que o PTB esteja incorporando, esteja recebendo a integração e a colaboração de muitos desses jovens, quero dizer que para nós, trabalhistas, será um motivo de grande conforto, e



de grande honra, té-los connosco, ombro a ombro trabalhando pelo nosso povo. E quanto mais o tempo passar, maior será o conforto que iremos sentir pela consagração que isto vai receber da opinião pública brasileira.

A questão que o próprio regime anuncia como o próximo tema a debater é a da reorganização partidária no Brasil. O senhor considera positivo o fim do bipartidarismo?

Creio que a partir de agora, desta primeira fase da amnistia, esse será o tema, no âmbito político, a ser discutido e decidido. Há tempos venho defendendo a posição de que o mais urgente a fazer no Brasil é tratar da reorganização política do nosso povo. E a maneira de organizarmos politicamente o nosso povo é organizarmos os partidos. Tem-se sugerido, inventado muitas coisas, mas até agora não existe nada de melhor, em matéria de organização política do povo, do que os partidos políticos. Entendo que esta questão, no Brasil, será matéria de um intenso debate e caminhará para uma decisão. Esse bipartidarismo que está lá, imposto pelo regime discricionário, não tem mais razão de continuar. É um resquício, uma herança do período autoritário. Não tem mais nenhum sentido, não é nem democrático nem democratizador. É paralizante para o processo democrático.

Falou-se em limitar o número de partidos, há tempos o general Figueiredo tinha falado em quatro partidos. Acha que haverá limitações também na reformulação partidária?

Não sei exactamente o que pensa o governo, e pelo que tenho lido nos jornais, verifico até que eles estão procurando encaminhar esta questão através de um ângulo continuista, preparando uma proposta não apenas limitante, como também casuística, visando mais favorecer, fortalecer, os projectos continuistas do governo, o que, em última análise, é o continuismo também dos resquícios, dos remanescentes do autoritarismo que está aí.

Isto, se for procedente, será profundamente lamentável, porque entendo que este é um problema que devia ser enfrentado com grande boa fé, de maneira límpida e clara, para que a solução venha a ser perene, e possa servir os interesses reais do nosso povo. A limitação do número de partidos é um absurdo. Creio que devia haver a mais livre e ampla organização partidária. Quem quiser se organizar, que se organize. E para evitar naturalmente a atomização, a pulverização, creio que devíamos deixar isto ao critério do nosso próprio povo, que nas primeiras eleições trataria de seleccionar os partidos da sua preferência. Nós defendemos esse ponto de vista.

Quanto à extinção do MDB ou da ARENA, é um problema que eu não cogito muito, embora conservar essas estruturas sempre será beneficiar, com a herança deste período autoritário, alguns sectores. O que é importante, o que é necessário é que tenhamos ar livre e luz so sol, liberdade. Que todos possam se organizar.

Inclusive os partidos comunistas?

Inclusive, não apenas os partidos comunistas, mas todas as correntes. Creio que isto é uma condição para que haja democracia. Defendo especificamente a ideia, a posição de que o Partido Comunista deva ter uma existência legal. Tenho muitas razões, não apenas como democrata, mas também como integrante de um partido que defende posições claras e definidas, e por conseguinte deseja que todos também defendam as suas posições, com toda a clareza e definições que não deixem dúvidas.

O Encontro dos Trabalhistas em Lisboa, em Junho deste ano, definiu como prioridades as crianças abandonadas e os sectores marginalizados em geral, problema que se tem agravado sob o regime militar. Como pensa o PTB organizar, dar voz a essas massas marginalizadas?

O Encontro de Lisboa formulou um conjunto de sugestões para que, daqui por diante, iniciemos um grande debate, uma grande discussão, em todas as nossas reuniões, em todos nossos órgãos, em todas as bases que o partido irá formando, até que possamos chegar ao nosso Congresso. Efectivamente, marcámos as nossas duas prioridades máximas, prioridades máximas do trabalhismo brasileiro. Referem-se não apenas a crianças abandonadas, mas à criança de um modo geral e à juventude. A criança, desde a barriga da mãe, visando acolher, alimentar, assistir, escolarizar, educar, todas as crianças do Brasil. É uma meta do PTB. Entendemos que a sociedade brasileira tem condições de realizar esta obra, tanto sob o ponto de vista material quanto humano. Podem os economistas, os tecnocratas argumentarem com mil obstáculos, nós não admitimos quaisquer considerações em relação a este problema, tal a prioridade em que o colocamos. É o futuro do país, não há

nenhuma justificativa, de qualquer sector ou de razões de desenvolvimento do país, para não atender prioritariamente a este problema, sob todos os aspectos.

E quanto às populações marginais, igualmente, não podemos admitir a existência de milhões e milhões, dezenas de milhões de brasileiros completamente à margem de tudo, aniquilados pela fome, pela necessidade, pela pobreza, e disputando dois metros quadrados num país de 8,5 milhões de quilómetros quadrados. E naturalmente que isso é uma obra que não se realizará de um dia para outro. O partido terá na sua própria prática, na sua própria ação concreta, como partido, um esforço muito grande a realizar.

Isso não depende somente do poder público, depende da auto-organização da sociedade. Todas as comunidades precisam ser organizadas, porque isto é uma obra que também será feita pelas próprias mãos do nosso povo. É todo um programa com que nós estaremos em contacto permanentemente, desde a simples ação partidária, mas também desde as pequenas administrações. Amanhã, não temos dúvida, o PTB terá centenas e centenas de municípios, talvez milhares, pelo Brasil. Já os nossos prefeitos terão de trabalhar nisso, os nossos representantes nas Câmaras de Vereadores, Assembleias Legislativas, estarão todos actuando intensamente em torno desta visão de nossa realidade. É todo um esforço orgânico que o partido terá de realizar, tendo isso marcado como as suas prioridades máximas para as próximas décadas.

Têm surgido no Brasil novos líderes e movimentos sindicais que reclamam autonomia sindical e acusam o PTB de ser responsável pela legislação que limita a liberdade dos sindicatos. Inclusive definem a sua luta como de combate à estrutura sindical herdada do vanguardismo e da época em que o PTB esteve no poder. Isso não prejudicará o ressurgimento do trabalhismo?

Eu diria o seguinte: o Brasil adoptou uma legislação sindical num período da sua história. Toda essa legislação a respeito dos sindicatos, como da previdência social, dos direitos sociais dos trabalhadores, praticamente tudo o que existe no Brasil foi criado no tempo do presidente

Getúlio Vargas. Todos vêem muitos defeitos nessa legislação, devem existir, mas é preciso ver, em primeiro lugar, que foi o produto de um período histórico.

Naquela época, os sindicatos precisavam ser muito protegidos pelo Estado. Porque era o patronato que era contra os sindicatos. Muitas vezes os sindicatos tiveram de ser fundados com a cobertura até das Forças Armadas.

A aplicação dessa legislação evidentemente depende do governo. Se o governo é reaccionário e autoritário pode aplicar essa legislação contra o trabalhador. Agora, se o governo tem uma mentalidade social, é um governo ligado à classe trabalhadora, essa legislação funciona a favor do trabalhador.

Mas mesmo assim o PTB sempre teve uma posição muito definida desde a sua fundação, no sentido de transformar essa legislação e retirar-lhe os aspectos repressivos. Por exemplo, em 1946, na votação da Constituição, já o PTB lá estava com as suas emendas. E no Congresso, como na Constituinte, nunca foi possível passar nenhuma lei que solucionasse esse problema, porque a maioria do Congresso era conservadora e não deixava passar as emendas.

Existem muitos projectos do PTB nesse sentido. E também iniciativas dos nossos ministros. Pois não seria concebível que um homem como Almiro Afonso, que foi ministro do Trabalho, não propusesse uma legislação transformando a que foi herdada (*Ver Cadernos do Terceiro Mundo n.º 13*). O PTB, nesse aspecto, é apenas coerente com o seu passado.

Mas há uma ressalva: tenho receio de que, no bojo de toda essa onda que procura desmoralizar a legislação do trabalho, se encontre um desejo de ferir de morte um princípio que também está na lei tão malsinada por alguns, e que é básico para a classe trabalhadora e que se chama unidade sindical. Ora, um homem como o presidente Vargas, que outorgou essa legislação e que consagrou a unidade sindical, aí caracteriza a sua autenticidade a favor do trabalhador. Porque creio que a pluralidade sindical é muito prejudicial aos trabalhadores, debilita a classe trabalhadora, criando vários sindicatos numa mesma categoria.

Agora, no Brasil, vamos procurar debater essa questão. Até agora falaram apenas alguns. Não tem havido um debate

amplo. Estou certo que alguns por desconhecimento, como é o caso de Lula, outros por malícia, têm procurado jogar sobre o PTB essa responsabilidade. Mas é interessante que até algumas correntes da esquerda, volta e meia, atiram essas acusações contra o PTB. No entanto, antes de 1964, num período de ampla liberdade, quando se podia dizer o que se quisesse, essas correntes existiam e nunca abordaram o problema. Simplesmente porque era a favor dos trabalhadores e essa legislação não preocupava ninguém. É natural que agora isso doa, nesse regime que já dura à quinze anos. A questão é mais o regime que a legislação.

Mas entendo que o problema da liberdade sindical, da autonomia dos sindicatos, deve ser consagrada em lei e na Constituição.

Para encerrar, algumas considerações sobre política internacional, especialmente tendo em vista que dentro de dias se reúne em Havana, Cuba, a Conferência dos Países Não-Alinhados. Como é que o PTB se insere no Mundo de hoje?

Só posso dar um ponto de vista pessoal, pois o partido ainda deverá tratar dessas questões nas nossas discussões e no Congresso. O que temos é uma tradição. A tradição do PTB é no sentido da autodeterminação dos povos, no sentido mais amplo do relacionamento com todos os povos do Mundo. E em relação aos povos do Terceiro Mundo, o PTB sempre preconizou uma política activa de favorecimento de todas as lutas desses povos, todas as causas relacionadas com a emancipação nacional dos povos e o seu desenvolvimento económico.

Quanto à Conferência dos Não-Alinhados, não temos ainda uma posição, porque estamos vivendo uma fase de ressurgimento. Pessoalmente propugnarei para que o partido mantenha a sua orientação e se ajuste ao novo contexto internacional, relacionando com todos os povos, sem restrições. Naturalmente, onde existir regimes realmente livres e com aquele conteúdo social que nós consagramos e defendemos para o nosso país, mais afinidades encontraremos.

Procuramos também desenvolver as relações com países e partidos dos países africanos de língua portuguesa, por uma questão de fraternidade, de raízes comuns.

império centro-africano o fim de bokassa

Várias personalidades políticas do Império Centro-Africano, actualmente exiladas na Europa, manifestaram que a tarefa de procurar um sucessor para Bokassa já começou, principalmente pelas graves consequências que teve para o regime a difusão da notícia do assassinato em Bangui, de numerosos estudantes.

O ex-chefe de Estado, Ange Patasse, que acusou Bokassa de "verdugo do povo centro-africano", pediu a rápida substituição do ditador e anunciou a formação de um Comité de União Nacional, cuja tarefa imediata seria derrubar a tirania.

Patasse declarou que a hora actual é de união de todas as forças da oposição para acabar com o regime de Bokassa e oferecer ao povo a oportunidade de eleger os seus dirigentes. Aquele político centro-africano denunciou que o regime do seu país já teria sucumbido, se não fosse a importante ajuda que recebe da

França, tanto no campo financeiro como militar.

As declarações prestadas em França pelo príncipe George, filho mais velho do Imperador Bokassa, o qual também se encontra no exílio, foram consideradas em meios políticos africanos como muito revelantes. "A denúncia cada vez mais unânime do massacre de estudantes centro-africanos em Bangui, marca o início do fim do meu pai", afirmou o príncipe. E acrescentou que "o melhor para ele era retirar-se se não quiser ser assassinado".

Qualificou, ainda, de valente, a atitude do embaixador Silvestre Bangui, embaixador do Império Centro-Africano em Paris, que depois de ter denunciado os massacres pediu a renúncia do seu cargo.

Instado sobre versões de que tinha sido ameaçado de morte pelo regime de seu pai, o príncipe George confirmou de facto assim era e acrescentou: "aconteça o que acontecer, nunca poderei regressar ao meu país, porque tenho vergonha do que o meu pai fez".

argentina dissolver a cgt

O regime ditatorial argentino insiste na iniciativa de dissolver a Confederação Geral do Trabalho (CGT). A argumentação é múltipla e ocasional, mas a razão fundamental é a implantação dessa central operária entre os trabalhadores argentinos, e o papel histórico que desempenhou nas lutas populares do seu país.

Em outras oportunidades, quando a liberdade foi pisoteada na Argentina, os ditadores de turno sempre se empregaram a fundo contra a CGT.

Mas essa determinação dos ditadores não impediu que, ainda que legalmente dissolvida, a central dos trabalhadores argentinos continuasse a actuar, organizadamente, ao mesmo tempo em que encontrava processos adequados para exercer as suas funções.



zaire a otrag novamente

Apesar de ter sido anunciado na imprensa mundial, que o governo do Zaire tinha cancelado o seu contrato de cedência do polígono de mísseis na província do Shaba com a companhia alemã-occidental OTRAG, o jornal tanzaniano *Mfanzi Kazi* escreve numa das suas últimas edições que de facto tal não aconteceu, uma vez que a decisão teria dado lugar a "diferentes interpretações". O jornal informa ainda que o director da OTRAG, Heyser, tenciona apelar para o Tribunal Internacional de Justiça, em Haia.

As actividades dos construtores oeste-alemães causaram desde o princípio grandes apreensões. Depois de se assegurarem direito exclusivo de 100 mil quilómetros quadrados de território zairense (maior, portanto, do que a superfície de Portugal), a OTRAG iniciou o desenvolvimento e a experimentação de mísseis e foguetões. Os primeiros lançamentos e o carácter dos aparelhos mostrou, segundo o Instituto Internacional de Estocolmo, que se trata de "tecnologia de mísseis com fins militares".

Segundo o jornal francês *Le Matin*, a OTRAG continua as suas actividades sem quaisquer restrições. Além disso, não se propõe deixar África, e se for obrigada a sair do Zaire, tenciona instalar-se no território de outro Estado africano. Esta segurança de propósitos, revelada por declarações do próprio Heyser, mostra que a OTRAG tem protetores influentes e aliados interessados.

As actividades da OTRAG na República Federal Alemã seriam impossíveis, pois este país não tem o direito de fabricar armas balísticas no seu território. Assim, a província do Shaba surge como laboratório ideal para o complexo militar-industrial oeste-alemão. A companhia prestou ainda outros serviços para consórcios que, por razões de interesse político, preferem agir na

sombra. É o caso da "prospecção ilegal de urânio", na qual a África do Sul está directamente interessada.

PORTUGAL

apeló
à solidariedade
para com o povo
nicaraguense

O Partido Socialista português lançou uma campanha de solidariedade para com o povo nicaraguense, empenhado na reconstrução nacional. Esta campanha foi decidida logo após o regresso do secretário-geral do PS, Mário Soares, que esteve naquele país a chefiar uma missão da Internacional Socialista, na sua qualidade de vice-presidente desta organização.

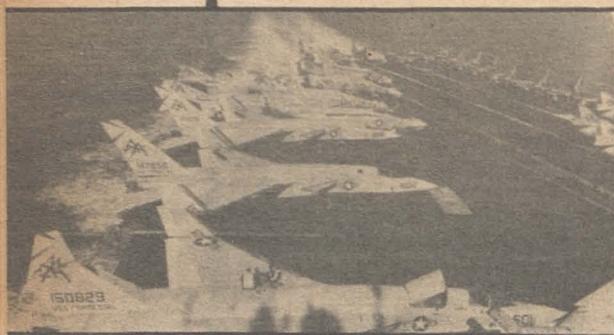
Já foi profusamente divulgado que a Nicarágua foi deixada na bancarrota pelo ditador Somoza e sofreu grandes devastações provocadas pela guerra de libertação. O momento é de solidariedade, de ajuda incondicional ao heróico povo e ao seu Governo de Reconstrução Nacional.

Apela-se a todos que tenham possibilidades, que enviem o mais urgentemente possível, alimentos não-perecíveis e medicamentos para as sedes do Partido Socialista. A Juventude Socialista tem instalado bancas nas ruas de Lisboa para recolha das doações e para sensibilizar a população.

Aqueles que queiram oferecer dinheiro, poderão fazê-lo através de uma conta bancária que o PS abriu especialmente para o efeito. Trata-se da conta n.º 500/6.821.626 do Banco Português do Atlântico, onde poderão ser feitos os depósitos em dinheiro.

Carter e a presença militar na Coreia

Como em tantas outras promessas feitas no calor da campanha eleitoral, Carter também recuou na relativa à Coreia. Prometeu retirar as tropas norte-americanas da Coreia do Sul, falou em "retirada imediata e completa". Agora rectifica as suas palavras, numa declaração a 20 de Julho em que anunciou o congelamento da medida até 1981.



chipre pressões imperialistas

NUM momento particularmente difícil das suas relações com o Médio Oriente, — com os países árabes sublevados contra os acordos Egito-Israel e o Irão consolidando a sua política independente e aliada ao campo árabe, — os Estados Unidos estão a tentar fortalecer as suas posições em algumas nações chaves da área, através de gestos amigáveis ou de pressões diversas.

Chipre, cuja importância geopolítica sempre foi explorada pelo colonialismo britânico e seus aliados norte-americanos como base estratégica na rota do Canal do Suez, é um dos países a sofrer as actuais pressões imperialistas. Segundo informações recentes, Londres solicitou a Washington que as unidades norte-americanas se dirigissem a Chipre.

Acrescentou que a retirada "limpar-se-ia apenas a tropas terrestres" e que o processo se efectuaria "por etapas". Afirmou também que "não se retirariam de imediato as armas nucleares".

O ex-secretário da Defesa manifestou-se mais claramente ao dizer que se tratou de uma simples promessa eleitoral e que as alterações na área não passarão de "modificações na disposição das forças militares ali estacionadas".

Tal política foi complementada com a entrega de armas à Coreia do Sul, que incluiriam mísseis *Honest John*, *Hawk*, *Nike* e outros, aviões *Phantom F-4* e *F-5*, aviões anti-submarinos e vários tipos de barcos de guerra. No total, quase mil milhões de dólares.

Nos últimos tempos, constituíram-se unidades operacionais como o *Comando das Forças Combinadas Sul-Coreanas e Estadunidenses* e a *Unidade de Golpe Móvel*. Fizeram-se exercícios de grande envergadura, conjuntas, como a *Operação Spirit*.

Após a visita de Carter à Coreia do Sul, transcendeu que se procura converter o porto de Zinje numa base da Sétima Frota norte-americana, o que confirmaria uma vez mais que pouco ou nada resta da filosofia pacifista que levou o presidente a falar de retirada das tropas.

A posição da República Popular e Democrática da Coreia é a mesma que vem defendendo desde que surgiu o conflito artificial das "duas Coreias": estabelecer conversações entre o governo coreano (da RPDC) e os Estados Unidos, para a substituição do Acordo de Armistício por um acordo de paz condicionado à retirada das tropas norte-americanas.

A estabilidade e a paz dependem em muito da possibilidade desta proposta tornar-se ou não realidade.

GUINÉ EQUATORIAL

mais um tirano a menos

Quinze dias depois do golpe militar que o depôs, Francisco Macias Nguema, o "papá" assassino, foi encontrado só, a deambular com uma pequena maleta, a 7 quilómetros da sua aldeia natal, Mongomo. Denunciado por uma camponesa, foi preso e aguarda ser julgado por um tribunal militar e popular, segundo decisão do Conselho Militar Supremo anunciada pelo comandante da Marinha, Florêncio Maye.

O golpe militar de 3 de Agosto, chefiado pelo coronel Teodoro Obiang Nguema Mbazogo, que era vice-Ministro da Defesa, tinha posto fim ao regime de Macias que em quase onze anos de terror provocara o exílio de mais de cem mil pessoas, ou seja, um terço da população total que se encontrava no país. (ver Cadernos do Terceiro Mundo n.º 15).

Macias e a sua guarda foram responsáveis, segundo a Amnistia Internacional, por cerca de 50 000 assassinatos. Cerca de 20 000 pessoas "suspeitas" foram submetidas ao trabalho forçado na ilha de Fernando Pó, na plantação de cacau, desde o repatriamento dos nigerianos que lá trabalhavam em 1975.

Esse reinado do terror sobre o povo da Guiné Equatorial era acompanhado pelo total descalabro económico, administrativo e social. Malabo é talvez a única capital de um país a não ter luz eléctrica, pois toda a ilha Fernando Pó, que tinha sido rebaptizada de "Presidente Macias", foi privada de electricidade.

Epidemias de poliomielite, tifo, sarampo e tosse convulsa assolam o país, e principalmente – nota-se pelo tipo de doenças – as crianças. Sessenta bebés em cada mil morrem ao nascer. Há mais de mil casos de lepra, a elefantase (doença que provoca o aumento desproporcional do volume das pernas e dos escrotos) é comum. A fome encontra apenas um paliativo no cacau, na banana e nos mandiços.

As estradas, salvo a que servia o ditador, entre Bata (a capital económica do país) e Mogomo (sua terra natal), caíram numa total deteriorização, invadidas pela relva ou tornadas intransitáveis. Na ilha, em que está a capital oficial do país, Malabo, há apenas uma linha telefónica.

Macias e as poucas centenas de homens que lhe permaneceram fiéis, ofereceram

alguma resistência às tropas sublevadas, na semana seguinte ao golpe. Os maiores combates deram-se entre Bata e Mogomo, cidades que se tornaram semi-desertas com a fuga dos seus habitantes. No bunker de Macias, no povoado de Nzeng Ayong, na região de Mongomo, perto da fronteira com o Gabão, foram encontrados medicamentos armazenados e numerosos pacotes de ekueles (moeda equato-guineense), além de dois carros "Mercedes" no pátio.

A região de Mongomo, a mais castigada pelos combates entre o Exército e a guarda que permaneceu fiel a Macias, foi abandonada pela maior parte dos seus 15 mil habitantes. Muitos foram mortos a tiros, algumas centenas – na maioria mulheres e crianças, – morreram na tentativa de atravessar o rio fronteiriço, para chegar a terras do Gabão, ao fugirem dos combates e dos massacres cometidos pela guarda de Macias. O doutor Loery, médico pessoal do tirano, conseguiu fugir de Mongomo, onde fora condenado à morte. Segundo o seu relato, na região foram mortos mais de mil pessoas, possivelmente até dois mil.

Com o fim do regime de terror, a prisão de Macias e o poder consolidado nas mãos do Conselho Militar Supremo presidido por Teodoro Obiang Nguema, pode-se abrir uma nova era para a Guiné-Equatorial. Entre as primeiras medidas dos novos governantes estão apelos à volta dos exilados, a libertação dos presos e a decisão de aderir ao Movimento dos Países Não-Alinhados.

Alguns grupos de exilados vêm com certa reserva o novo regime e aguardam maiores definições.

Em Bata foi destruído ou apagado tudo que lembrasse Macias. Foi retirado o nome de "Presidente Macias" à praça central, a ponte sobre o rio Ehuru perdeu o nome do pai de Macias.

Um busto do ditador deposto, situado próximo do porto, foi retirado. No local ficou apenas o pedestal, como a simbolizar que ainda existe o perigo de aí vir a instalar-se um novo tirano.

Enquanto isso, as atenções se voltam para o Império Centro Africano. Depois de Idi Amin e Macias, espera-se que não demore a vez de Bokassa ser apeado do trono.

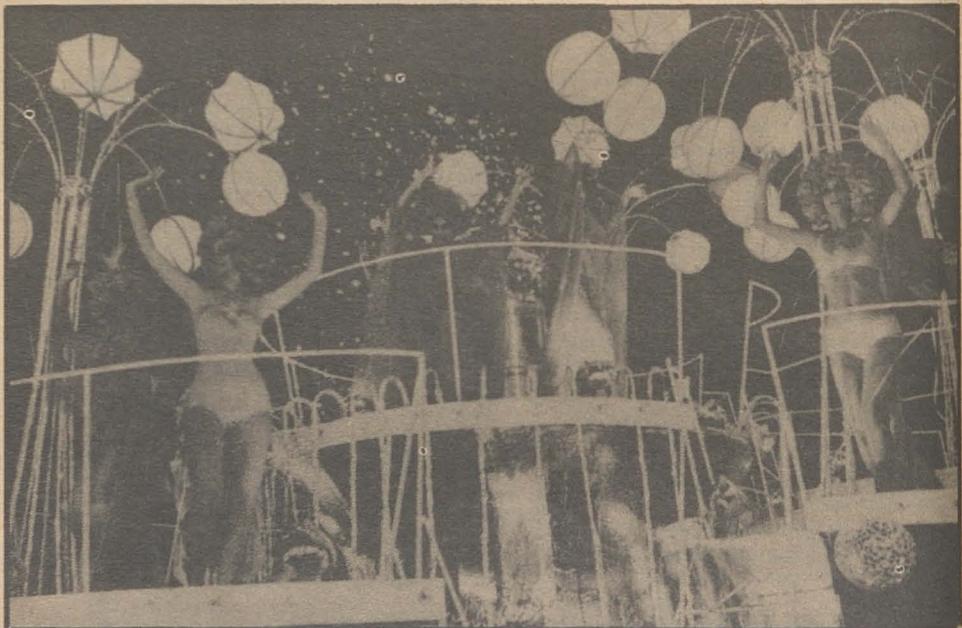
CULTURA

CARIFESTA-79 um canto à liberdade

*um arco-íris de povos;
um mesmo sol caribenho.*

(lema da Carifesta)

Luvís Pedemonte



E de repente, coincidindo com a tradicional salva das nove da noite, Havana explodiu numa apoteose de cor, música e dança que contagiou as dezenas de pessoas postadas nos passeios. Rapidamente ficou montado, um enorme palco: estava em marcha a jornada

de encerramento do *Terceiro Festival das Artes Criativas do Caribe* (Carifesta-79), com a participação de mais de dois mil artistas de vinte e nove países e do musical povo cubano.

Enquanto rebolava as suas ancas exuberantes, uma bela mulata disse sem me fixar: "Is-

to não é para brancos".

Ali entre a multidão inquieta e protagonista do Carnaval do Caribe, com o meu bloco de apontamentos, enquanto os olhos não abarcavam todo o colorido desprendido e os ouvidos tornavam-se receptáculo insuficiente para tanto ritmo, senti-

-me como que um estranho, por ser incapaz de saltar, rir, bailar, cantar e gozar com tanta arte popular.

Mas isso durou pouco, muito pouco. E as minhas pernas também iniciaram um acompanhamento, talvez imperfeito, mas autêntico, que saía de muito de dentro. (A mulata riu mostrando os dentes de espuma). Terão despertado em mim os meus bisavós canários, ao fim e ao cabo também eles africanos?

Foi uma noite inolvidável, digno de ser visto, vivido, sentido, nos seis dias (de 16 a 22 de Julho) que durou a Carifesta.

Tempo insuficiente — diga-se de passagem, — para aprender quanto os povos do Caribe foram capazes de trazer para a rua, cenários ao ar livre, teatro ou círculos sociais de Havana, Matanzas e Santiago de Cuba.

O CARIBE: UM CADINHO

Para compreender como foi possível chegar a esta contaminação tão profunda entre povos de línguas, origens e até costumes diferentes, há que analisar o Caribe — ainda que esquematicamente, — mais do que uma zona geográfica, como ponto de coincidência de correntes migratórias que tiveram a virtude de amalgamar diferentes fatores humanos e moldar um tipo bem definido, inconfundível: o caribenho.

Por vários séculos cenários de lutas entre os impérios espanhol, inglês, francês e holandês, as ilhas do Caribe mudaram frequentemente de mão e foram primeiro que nada cemitério das suas próprias etnias, extinguidas na voracidade do conquistador, que chegou em busca da fortuna e trouxe a "civilização" europeia — sua religião e costumes, — e que para impô-las regou de sangue as terras recém "descobertas".

Os nativos foram logo substituídos por africanos, chineses, hindus e javaneses, que juntamente com os aborígenes sobreviventes — principalmente nas terras continentais, — produziram com trabalho escravotántas ou mais riquezas que as

encontradas no subsolo. Riquezas que foram financiar a nascente industrialização europeia, ao mesmo tempo que empobrecia em grau superativo a imensa maioria dos povoadores da área.

As crónicas da conquista já falam de rebeliões de aborígenes e de escravos negros, massacrados na sua maioria, ainda que muitos deles, fugindo para o mais recôndito das montanhas ou selvas, tivessem dado origem a um novo grupo: os *cimarrones*, cujos descendentes ainda sobrevivem em alguns lugares como Surinan.

Paralelamente, a cruel dominação colonial impôs os seus idiomas (espanhol, inglês, francês, holandês), facto que contribuiu para aprofundar o insularismo da região, fazendo com que se conhecesse mais das respectivas metrópoles que das ilhas vizinhas, que houvesse mais comunicação entre a Jamaica e a Inglaterra — por exemplo, — que entre Jamaica e Cuba, a apenas 90 milhas de distância.

Houve outro capítulo menos historiado mas não menos importante: a nativa de pele morena, a negra de ébano, a asiática de olhos amendooados, quando não foram violadas pela força, conquistaram o conquistador e dessa união entre a dor e a solidão nasceram mestiços, que, depois entrecruzados entre si, deram origem ao arco-íris racial que é hoje o Caribe.

Neste cadiinho se forjou, além disso, um sincretismo cultural tão rico como pouco estudado, mas capaz, pelo menos, de deslumbrar com a riqueza incomparável da sua música, idioma tão comum do Caribe como as suas águas, suas palmeiras ou o seu sol.

ONDE IR?

Carifesta-79 incluiu também um "Encontro de Teatro do Caribe", com algumas coisas interessantes mas que na opinião dos críticos demonstrou que esta manifestação é ainda precária, elementar, na maioria dos países da região. Houve, além



Música da «steel band» de Granada percutiu bídões e tira sons assombrosos

disso, uma exposição denominada "Plástica do Caribe", com óleos, gravuras, carvões, tintas e escultura que permitiram apreciar alguns trabalhos assombrosos, especialmente na talha de madeiras.

Intelectuais de todo o Caribe reuniram-se, por sua vez, num simpósio sobre a "Identidade cultural caribenha" que, através da exposição e análise das diversas tendências, permitiu considerar uma variedade de perspectivas e, inclusive, de contradições enriquecedoras, que se juntam aos esforços dos povos para se conhecerem e comunicarem entre si.

Mas a grande atração esteve na música e na dança. Cada dia do festival foi um transbordar de espetáculos que tornava difícil a escolha. A intuição era, na maioria dos casos, o melhor guia. E tudo se deu em plateias transbordantes de público ávido, com bom olfacto para descobrir onde se podia identificar.

GUIANA — Este país organizou a primeira Carifesta em 1972 e em Havana apresentou uma boa mostra do seu rico e variado folclore, influenciado por diversas correntes migratórias e pelos próprios nativos ameríndios. Os "Yoruba Singers" interpretaram velhos ritmos africanos, conservados num grau de pureza difícil de

encontrar no próprio continente negro. A "Mascarade Band" trouxe uma imagem dos carnavales celebrados na época colonial, enquanto "The Milt Chief", chefe de uma tribo ameríndia, cantou calipsons num estilo muito peculiar. O grupo "Madras Dancers", de origem hindú, interpretou uma história tradicional — raptor de uma princesa, luta e final harmônico, — que desenvolveu dentro dos moldes clássicos, regidos por ritualizadas e estritas formas de expressão: grupo musical sobre a cena, um relator à maneira de corifeu e um coro que comenta ou completa a história, com os papéis femininos a cargo de adolescentes varões.

Após apresentar outros grupos e solistas de qualidade, o encerramento do espetáculo esteve a cargo da "Chronicle Atlantic Symphony", uma orquestra de bidões, que antes tinham petróleo e que hoje, mediante cuidadosos processos artesanais de chapeado, corte ou saídas de diferentes níveis, permitem interpretar tanto música popular como um fragmento do "Lago dos Cisnes", de Piotr Chaikovski. O auditório procurava pelas cordas ou instrumentos de sopro, mas, assombrosamente, tudo saia da percussão dos bidões.

JAMAICA — Sede da Carifesta-76, a Jamaica incluiu um plantel de jovens que interpretaram belas versões das conhecidas danças de cintas e quadrilha, o factor europeu foi enriquecido por um agitar de ancas de raiz bem africana. O seu Coro Folclórido impressionou pela combinação da parte vocal com elementos de dança e teatralização, dentro de uma linha dirigida para o lado humorístico.

Muito bem aceite também foi a "Rod Dennis Mento Band", com oito elementos (guitarra, banjo, saxes alto e tenor, marimbas e pequenos tambores) com os quais se executa a música mais popular do país: o *mento* de origem africana.

"Sem o mento não teria havido reggae", disse um dos músicos do octeto, quando lhe perguntámos sobre o que opinava

deste ritmo de grande êxito mundial e de que a Carifesta-79 ouviu um grupo muito conhecido — "Os Cinco Fabulosos", — que "agarraram" um auditório entusiasta que não queria que a noite terminasse.

SURINAM — Ofereceu, quieto, o espetáculo mais variado e deleitante, produto desse cadiño de raças que é a velha colônia holandesa sul-americana. Foram duas horas vertiginosas, de contrastes entre danças ameríndias ancestrais e bailes indostânicos, nos quais o intérprete por momentos move apenas os dedos ou muito levemente a cabeça. Ou entre viris movimentos dos descendentes dos *cimarrones*, cuja luta pela sobrevivência é expressa de maneira impressionante, e a dança *tip tip* (das socas), em que basta o sapateado no solo desse rústico calçado para acompanhar as plásticas evoluções do grupo, e esta, por sua vez, contrasta totalmente com o crioulo ou mulato dos "Kaseko Masters", os quais apresentaram um ritmo cadencioso e sensual que contagiou os espectadores.

TRINIDAD e TOBAGO — Bastaria citar a sua orquestra "Steel Orchestra" para fazer-lhe o melhor elogio. Em Trindade e Tobago nasceram as "steel band" e mais uma vez confirmaram que a sua é a melhor. A orquestra assombrou com versões incríveis de "O Relicário" ou de "Begin the Beguine", assim como com a "Valsa do Minuto", de Frederico Chopin, ou "Finlândia", de Juan Sibelius, em que não são já sómente as cordas mas também o piano, o órgão, a flauta. Tem-se a sensação de estar frente a uma fabulosa orquestra sinfônica. Asseguram-nos que estes percutores de bidões não conhecem uma única nota musical, que tudo é ouvido e sensibilidade.

Esta delegação, além disso, mostrou um panorama das suas raízes culturais e houve danças indias, africanas, afrofrancesas e crioulas de muito bom gosto e no final um conjunto de todos os artistas que integravam a delegação numa excitante festa

de ritmo, movimento e colorido, denominado "El Limbo". E o "limbo" foi, efectivamente, transportado ao espectador cativado por uma arte que rompe todos os esquemas do classicismo e leva-nos a pensar se não é já a hora de renovar alguns esquemas estereotipados da dança.

SAN VICENTE — Saint Vincent, segundo o seu nome inglês, é parte das Ilhas de Barlavento, tem apenas 389 quilómetros quadrados e pouco mais de 100 mil habitantes. No entanto, ela deu-nos a lição de como renovar os estáticos e aborrecidos coros. É possível que no *Kingstown Choral* ninguém tenha a noção do que é uma colcheia, mas os seus membros têm arte suficiente para nos oferecer uma dicção ágil, dinâmica, mesclada com imitações e improvisações, e uma notável intuição do espetáculo ao combinar a música, a actuação, a dança e o canto coral, tudo livre de academismos, feito como algo natural, com o sorriso à flor dos lábios, desfrutando o prazer de fazer arte. Também eles têm a sua "Steel band" e um maestro, Kenneth "Scakes" Alleyne, que canta calipsons, baila, faz acrobacia, actua e comunica como poucos com o público. É impossível descrever em tão pouco espaço tudo o que os sâo-vicentinos nos ofereceram, que reafirmaram com a sua presença quanto é reaccionário o desprezo que alguns sectores votam às pequenas nações.

Assim como eles, outros grupos de países de escassez superfície, como Granada, — todo um canto à liberdade recém conquistada —; Belize, que clamou no palco pela "independência e a identidade nacional"; Santa Lúcia, cuja orquestra "The True Tone" deslumbrou com diversas expressões de música moderna e sobretudo com uma peça de sua própria criação — "Olhos ardentes e estômagos vazios", — que estavam proibidos de tocar no seu país antes da vitória eleitoral dos trabalhistas; Saint Kitts, Martinica, Barbados, Guadalu-



Alegria, luzes e ritmo, sem comercialização

pe e outras, todas elas apresentaram algo que despertou a admiração e arrancou o aplauso fresco e sincero.

CUBA — Como anfitriã, a maior das Antilhas fez no seu espetáculo de gala um pormenorizado repositório das suas riquíssimas e variadas expressões musicais e de dança, apoiando-se em grupos tão conhecidos mundialmente como "Los Irakere", em solistas e qualidade de Silvio Rodríguez, Omara Portuondo e Sara González, em orquestras como a "Aragón", no Conjunto Folclórico Nacional, no corpo de baile do teatro "Karl Marx", que ofereceu a "Comparsa del Farol" uma síntese do que é a música e o baile cubanos, ao mesmo tempo que a bailarina Sonia Calero, sobre trabalho do consagrado Alberto Alonso, resumiu o melhor da coreografia popular. Como uma *comparsa* ao estilo de todos ne-la integrados, *até o público, "Los Irakere" puseram termo em grande plano a uma noite carregada de graça e alegria.

Recordamos além disso que o Brasil e o incomparável samba estiveram representados por uma delegação de catorze artis-

tas, presidida pelo imenso Chico Buarque da Hollanda, que deram uma panorâmica do que actualmente se está fazendo no gigante sul-americano. Alguns destes músicos brasileiros cancelaram contratos no seu país para poderem estar presentes na grande Carifesta-79, pois segundo nos diziam, isso permitia-lhes um intercâmbio e um abraço com os seus vizinhos caribenhos, seus irmãos de origem.

Presentes também uma delegação da República Dominicana com as suas danças mulatas, onde reinou o *merengue*, saboroso e sensual.

NICARÁGUA — Obviamente merece capítulo à parte e não só pela qualidade das interpretações do grupo "Los Palacahuina", que chegou em representação da Frente Sandinista de Libertação Nacional, de um povo em luta, e acabou sendo a embaixada de uma revolução triunfante. Em um ou outro papel, Carlos Mejía Godoy, Silvio Linares, Humberto Quintanilla e Henrique Duarte, membros do conjunto, receberam o afecto, o abraço que não se vê mas que se sente, como tributo de

quem viveu o drama da Nicarágua como seu e festejaram a vitória juntamente com a FSLN em toda a intensidade. "Los Palacahuina" responderam a tanto afecto oferecendo canções carregadas de intencionalidade política, mas sem perderem a qualidade artística, nas quais os nomes queridos de Carlos Fonseca Amador e da FSLN que ajudou a fundar estremeceram um público comprometido, militante e solidário. Havia cheiro a plvora e a suor da vitória em cada canção, em cada gesto, em cada mão que aplaudia.

MÉXICO — Deixemos o Caribe ameríndio, negro, mulato, para ir ao continente mestiço, ao "México lindo e querido" de uma canção que o público cantou com os artistas do *Mariachi Colonial* e com o solista Juan Valentín, como fez coro noutras canções dele ou de Maria de la Sierra, demonstrando como ele, povo cubano, é capaz de desfrutar de uma música tão diferente da sua. Apesar de conhecidas não deixaram de deslumbrar pelo colorido e precisão das evoluções, as danças do Ballet Folclórico Nacional de Aztlan, grito de vencedores

ante todos os intentos para matar uma cultura secular. Destacou-se a dança da pluma, um ritual *yaquia* sobre a caça ao veado, uma mostra do folclore *jalisciense* e *chiapaneco*, uma festa de Vera Cruz e os alardes do vaqueiro com o seu laço.

A parte continental esteve representada também pela Venezuela, que trouxe de Maracaiibo o *Quinto Criollo* com ritmos muito próximos dos africanos; Lidia Vera, uma cantora da música da planura (o llano), que teve muito sucesso; um animador da qualidade de Simón Díaz. Houve outros cantores e músicos, que lutam denotadamente por manter vivas velhas tradições atacadas por todos os lados pela música estrangeira, até que o conjunto "Un Solo Pueblo", de Zulia, acabou à noite com um precioso "Golpe de Tambor".

O Panamá trouxe também

uma boa mostra do seu rico e colorido folclore, dos seus bai-les e canções, da sua música.

Isto foi só uma pequena amostra de quanto pôde ser visto e ouvido. Ficou o leitor com pena de lá não ter estado? Não lhe parece que tanta riqueza musical vale bem o esforço de criar uma empresa multinacional do disco caribenho para que a divulgue mundialmente? O Caricom e a UNESCO que apoiam a realização da Cari-festa-79 não patrocinariam esta empresa? Não têm os nossos povos riquezas próprias capazes de despertar mais entusiasmo que qualquer Travolta importado?

E claro que houve muito mais nessa apoteose em Havana, onde toda a gente — artistas e espectadores, — derem rédea solta aos seus anseios de comunicação, à sua extrovertida personalidade, para montar o car-

naval mais fabuloso da região. Tudo acabou com uma chuva torrencial, como se depois de tantos ritmos de raíz negra ao lado do mar, a deusa africana das águas, lemanjá, tivesse querido refrescar os baileiros para que continuem, com mais força, a cultivar esse idioma que universaliza o Caribe, encorta distâncias, rompe barreiras linguísticas e une todos num imenso canto à liberdade alcançada ou procurada, agora com a confiança plena que a obterá, porque existem muitos exemplos próximos que estimulam.

Mais de quatro séculos de dominação não conseguiram matar as velhas culturas, o resgate está agora em marcha. Cari-festa-79 é uma mostra palpável disso mesmo.

CADERNOS DO
TERCEIRO
MUNDO

BRASIL

Grupo Vissungo e luta cultural

«Fazendo música nos subúrbios, fomos naturalmente contaminados pela rádio e pela televisão. Assim sonhamos ser brancos, ser ricos, sonhamos reproduzir a cultura dominante».

Augusto Jakobskind

O grupo VISSUNGO, há quatro anos, desenvolve um trabalho que visa o reencontro com as formas efectivamente populares de compor, cantar e executar a música do Brasil. Evidentemente, actuando num país de cultu-

ra tão diversificada, nos limitamos a uma região que é exactamente a que nos diz respeito pela proximidade, compreendendo os estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, São Paulo e Minas Gerais. Com esta região possuímos afinidades

que viabilizam a nossa coe- rência e objectividade.

Por considerarmos nossa experiência importante, temos tentado romper o cer- co, o isolamento, que so- fremos, fruto de óbvios e antigos preconceitos, afim de que nossa prática, não



Rei e Rainha congos, numa cidade do interior de Minas Gerais

se perca em si mesma e possa contribuir, de alguma forma, para a superação de problemas que ameaçam a identidade cultural de nosso povo.

Uma análise das pressões e dificuldades que sofremos, infelizmente não caberia aqui, já que pretendemos falar exclusivamente de nossa prática e dos princípios que a norteiam, chamando a atenção dos interessados, dos estudiosos do problema cultural brasileiro, para certos aspectos da luta entre culturas dominadoras e culturas dominadas numa sociedade dividida em classes. Cultura de "Baixo" versus cultura de "Cima".

O QUE O VISSUNGO?

Somos de "Baixo". Nasceremos nos subúrbios, nas

favelas ou no interior. Nasceremos negros e miseráveis, sobrevivendo com extrema dificuldade à fome, ao analfabetismo e às demais mazelas das quais, até hoje, sofre a maioria de nossos semelhantes.

Quando, ainda sem nos conhecermos, resolvemos fazer algo para modificar a nossa situação, sofremos outras e marcantes decepções. Sofremos e apanhamos muito até compreender porque padecíamos da exploração e do racismo.

A aparente coincidência de termos descoberto em nós o talento artístico, está ligada ao facto de serem poucas as opções para os jovens suburbanos negros e brancos, pobres em geral. Temos como "destino", a escravidão das fábricas, o sub-emprego, o banditis-

mo, a prostituição sexual ou as diversas outras formas de prostituição de valores pessoais que porventura interessem aos nossos dominadores brancos.

No Brasil, a maioria dos artistas populares e desportistas são negros e brancos de origem humilde, que tiveram como única alternativa vislumbrada, a venda do seu talento.

Passámos por quase todas as experiências e escolhemos a música como saída.

Sabemos que, alguns poucos, através de um grande esforço individual desenvolvido pela família, conseguiram ascender através do estudo académico, exercendo hoje profissões bem remuneradas, convivendo no seio da classe média. No entanto, sabemos

também que, neste processo, largaram pedaços de si pelo caminho, sofrendo a lavagem cerebral que é a universidade capitalista, esta grande formadora de quadros para a classe dominante. Escolhemos a música popular, aquela que "não se aprende na escola".

As cidades brasileiras, como as de outras partes do Mundo, dividem-se em área dos ricos e área dos pobres. O contraste é gritante. São dois mundos estanques, ligados pelos veículos de comunicação de massa, ao serviço da ideologia dominante.

Fazendo música nos subúrbios, fomos naturalmente contaminados pela rádio e a televisão. Assim, sonhamos ser brancos, ser ricos, sonhamos reproduzir a cultura dominante que, para nós, era a verdadeira cultura. Sentimos vergonha do samba e das coisas que nos cercavam. Queríamos ascender, sair do subúrbio e fazer sucesso na zona rica da cidade grande, onde, segundo nos levaram a crer, estava o paraíso. Tentámos. Por sorte não conseguimos. Tivemos vergonha. Não conseguimos abaixar a cabeça, esticar o cabelo, cantar com sotaque inglês.

Nossa música, mesmo contraditória no início, por não ser aceite pelas elites, nos provocou maravilhosas dúvidas. As características que estavam ligadas às marcas culturais indeléveis, as que não perdemos nunca, precisavam ser compreendidas, aprofundadas. Escolhemos então o nosso lado na luta cultural. O lado do qual sonhamos sair.

VISSUNGOS são velhas cantigas de negros angola-

nos e congoleses, utilizados na mineração de diamantes no Estado de Minas Gerais, exactamente na região denominada Diamantina. Conhecemos estas cantigas num livro que as analisava, escrito por A. da Matta Machado Filho. Cantamos estas cantigas e a partir delas, decidimos aprender e divulgar a herança musical dos escravos e seus descendentes.

Foi força de nosso semi-analfabetismo, nosso estudo não poderia ser bibliográfico. Isto jamais nos apaixonaria. Além do mais, sabíamos que jamais aprenderíamos a reproduzir ou recriar esta música através do contacto indireto, em livros escritos por pessoas em geral desligadas da realidade social que possibilita a criação cultural. Assim, de viagem em viagem, utilizando métodos de pesquisa desenvolvidos na prática, com as condições materiais que podemos levantar à nossa própria custa e risco, chegamos a inquietantes conclusões.

Carcará (Vissungo do escárnio - Diamantina - M.G. Séc. XIX)*

Carcará fura boi
Eiê, Eiê.
É pru falta de aribu.
Carcará fura boi,
ou boi ou cavalo,
Eiê, Eiê.
É pru falta de aribu.

(Coro)

Ajuda aribu comê, gavião!
Ajuda aribu comê, Gavião!

* Carcará, ave de rapina brasileira, semelhante ao gavião. Ave covarde, predadora, ataca bezerros nas roças. Quem tem o direito natural de comer carniça, é o urubu (aribu). O gavião, também com seu direito natural assegurado, deve ajudar os urubus a comer. Metáfora envolvendo o urubu (negros escravos) o carcará (feitor, ou similar) e o gavião (força superior, líder, Deus).

CULTURA RURAL E CULTURA URBANA

Com o tempo, nosso trabalho, foi organizado para atender a três objectivos. De um grupo exclusivamente musical, tivemos que nos transformar num grupo cultural mais amplo, contando com o auxílio de pessoas para atender às novas necessidades técnicas tais como o registo fotográfico ou sonoro. Desta forma, registarmos as manifestações, transformando o material em audiovisuais que são posteriormente exibidos nas próprias comunidades estudadas, além de provocar o intercâmbio de informações entre várias cidades, através de mostra do trabalho de uma, para outra.

Sediados numa cidade grande, de cultura que se convencionou chamar de urbana, os músicos do grupo, exibem na periferia, nos subúrbios, presídios, favelas, etc., as canções mais representativas do interior, relacionando-as com a criação cultural destas camadas urbanas, no caso do Rio, o samba. Além disso, sendo todo o material exibido de origem afro-brasileira, tentamos relacioná-lo também com a música popular africana, principalmente da África de língua portuguesa, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, tentando provar com isto, a incrível resis-



A música dos congos

tência dos povos dominados, ao preservar sua cultura, desenvolvendo-a através dos séculos, mesmo quando sequestrada para muito longe de sua terra de origem, acorrentada e massacrada pela servidão.

Observamos, neste tempo todo, que o principal factor que permite a sobrevivência destes valores culturais em ambiente tão hostil, é a marginalidade. A distância estratégica da classe dominante, de suas sedes de poder. Com efeito, a cultura das camadas rurais, é infinitamente mais rica, reflectindo de forma muito mais profunda a sua realidade. O interior do Brasil, comparado às grandes cidades, é um outro país. Mesmo nos grandes centros, às comunidades isoladas nos morros e favelas, consegue criar cultura

própria, diversa da pretendida pelas elites. O samba, símbolo máximo da cultura brasileira no exterior, é uma criação destas comunidades.

De uma forma ou de outra, as plateias para as quais nos apresentamos, sempre na cidade, já que, a relação artista-plateia não faz sentido no interior, onde todos são artistas e plateia ao mesmo tempo, estão quase que inteiramente dominadas por música alienígena, carentes portanto de informações sobre cultura brasileira real. Nessas camadas urbanas, à condição de miséria material (a mesma do interior) se soma a miséria cultural. Talvez pela proximidade dos focos de decisão política, dos núcleos de energia do sistema, a sua capacidade de autopreservação cultural, está quase que completamente neutra-

lizada. No entanto, apresentando-lhe música brasileira real, visitando seus lugares de moradia, suas praças, seus clubes, suas igrejas e os presídios onde pagam sua rebeldia, descobrimos que a alienação é um exagero. A verdade continua a atingir a sensibilidade mais que a mentira.

ALUTA CULTURAL

Muito cedo, logo que, definido o nosso caminho, seguimos em campo, sentimos que entrávamos numa guerra. Esta guerra, como não podia deixar de ser, nos era movida com o objectivo de nos destruir. As batalhas se davam, como ainda se dão, na pedra de toque de nosso trabalho que é a aquisição de recursos materiais. Onde obter recursos? Contar com o apoio de entidades oficiais,

recurso que utilizámos até hoje, por mais estranho que possa parecer, nunca resolveu já que, o grosso dos recursos, das verbas, vai sempre para eventos com artistas engajados no sistema.

Actuando sempre fora do chamado mercado de música popular, não nos adaptamos às subtilezas que permitem aos artistas burgueses, transformar em dinheiro o seu trabalho. Mesmo porque, as plateias possuidoras de condição financeira para consumir cultura como lazer, são burguesas, perfeitamente identificadas com estéticas que não produzimos em nossa música. À guisa de exemplo, até hoje, com toda a força que tem, o samba urbano carioca não é aceite por estas plateias bem nutritas, excepto com um descaracterizador "banho de civilização", uma pitadinha de "blues", de "jazz".

Existe, é claro, uma tática certa para resolver este nosso problema. Em certas camadas da classe média urbana carioca, há uma expectativa pelo "pitoresco", o "primitivo", o "exótico" de nosso trabalho. O processo para efectivar esta tática, obtendo fundos para o nosso esforço, vendendo espectáculos para estas camadas, geralmente universitárias, exige um grau de consciência muito grande, uma firmeza que nos livre das nefastas influências ideológicas a que nos exporíamos. Somos um grupo de pessoas. Somos jovens ainda e nossa prática política, ainda está em formação.

Estas questões, bastante importantes para o nosso futuro, estão expressas na

história da maioria das manifestações culturais brasileiras. Pretendemos, além de tudo, assimilar as táticas que as pessoas envolvidas nestas manifestações desenvolvem para perpetuarem sua cultura em meio a sua miséria material.

Não raro, já observamos, esta tática subtil, que concerne em conceder algo inofensivo à sobrevivência da manifestação em troca de recursos materiais fundamentais, ao menor desvio político, pode descambiar no oportunismo, pão da submissão. As classes dominantes, possuem também uma estratégia bem definida de dominação cultural, que tem como uma das táticas mais eficazes, a invasão de manifestações abertas a concessões perigosas.

É notório para os interessados em cultura brasileira, o processo por que passaram as escolas de samba cariocas, hoje um triste, apesar de luxuoso espectáculo hollywoodiano, montado anualmente para a diversão de milionários, políticos capitalistas, estrelas do *jet-set* internacional e demais dignos representantes da exploração universal. O povo sambista, criador da festa, dança hoje, como o escravo dançava para o senhor. Artistas negros e brancos, cultores do samba, corrompidos pela colossal fonte de rendas em que o samba se transformou depois de invadido pela classe média, abafam a voz dos verdadeiros heróis do samba que são, além disso, operários, bêbedos, biscoiteiros e marginais. O samba verdadeiro, está hoje, quase morto, sobrevivendo na clandestinidade de onde, jamais deveria ter saído. Os

líderes do passado, idealizadores desta saída, desta tática que preconizava que o samba precisava entrar "nos salões" para não morrer, estavam certos na época mas, com a morte deles, quem soube mudar a tática na hora certa?

UM EPISÓDIO DA LUTA CULTURAL

Duas táticas de ataque da classe dominante sobre as manifestações de cultura popular são observadas no episódio narrado acima. Paulo Carvalho Neto, folclorista e antropólogo brasileiro, diz coisas que nos auxiliaram nestas conclusões. As táticas são: invasão e corrupção.

Em recente viagem à cidade de Lambari, no sul do Estado de Minas Gerais, num trabalho de coleta e aprendizagem que desenvolvemos há dois anos sobre a manifestação das *Congadas*, outras lições importantes adquirimos.

A *CONGADA*, é uma manifestação secular no Brasil, bastante difundida entre o povo de vasta região do país. Provável inspiradora das Escolas de Samba, é fruto da herança cultural africana, perpetuada através de um sincrétismo extremamente político. Esta herança, expressa em passos de dança, ritmos, instrumentos, símbolos e, na própria estrutura teatral da festa que, se caracteriza pela coroação de reis chamados "do Congo", para sobreviver estes séculos todos, se utilizou da mesma tática usada pelo pessoal do samba: conceder um pouco, aceitar formalmente certos valores bran-



QUEM SOMOS?

Antônio José do Espírito Santo — Músico/pesquisador de campo — 31 anos

Samuel de Jesus — Músico/pesquisador de campo — 32 anos

Carlos M. Brito — Músico/pesquisador de campo — 29 anos

Lena M. Brito — Música — 27 anos

Maria H. M. Almeida — Fotógrafa/pesquisadora colaboradora — 31 anos

Sérgio Wittlin — Fotógrafo/pesquisador colaborador — 30 anos

Célia Abkalil — Fotógrafa/pesquisadora colaboradora — 30 anos

Cristiano Gomes — Pesquisador de campo colaborador — 25 anos

Aniceto do Império — Partideiro/participação especial — 68 anos

APELO

O grupo Vissungo, aceita a colaboração de pessoas ou entidades envolvidas com os aspectos da cultura do Terceiro Mundo pelos quais lutamos, oferecendo em troca, seu material, seus espectáculos musicais ou qualquer outra colaboração que nos seja possível.

cos tais como o catolicismo, etc.

No ano anterior, em Lambari, tivemos problemas com o racismo do proprietário da pensão em que nos hospedamos. Neste ano, como trouxemos consigo os três fotógrafos que são brancos e de "boa aparência", não esperámos que o episódio se repetisse.

Lambari é uma estância hidromineral. A economia da cidade, a fonte de recursos de sua classe média, depende deste apelo turístico.

A festa dos Congos de Lambari, marginalizada, restrita aos habitantes do bairro do Morrinho, comunidade dos pretos e pobres em geral, sempre compensou a sua miséria com a criatividade de seus conga-

deiros e a aliança táctica com a Irmandade do Rosário da cidade que, em troca de fiéis, facilitava o envio de material, recolhido com os riscos católicos da cidade. Um boi, uma peça de cetim ou algum dinheiro, nunca fizeram mal à festa de congo de Lambari que, existe há, pelo menos, cinquenta anos.

Neste ano de 1979, o quadro político se modificou.

Foi criada a Companhia de Turismo de Lambari, que visa explorar as potencialidades da festa dos Congos para atrair turistas para a cidade. A finta de águas minerais, deve ter secado.

Através da Conturlam, o perfeito e um comissário de polícia, se apossaram da festa, a princípio, visitando os líderes e fazendo promessas. Através de uma colecta entre os interessados, conseguiu-se o dinheiro para corromper os congadeiros. Cada "terno" (grupo) ganhou Cr\$ 4.000,00 para conceder o seguinte: retirar a festa um dia inteiro do bairro do Morrinho a fim de posar para uma importante revista que venderia o material para grandes empresas de aviação internacional. Grande esquema foi armado. Os ternos de Congo foram policiados e arrastados para a área dos ricos de Lambari, cenário ideal para as pretensões dos falmigerados interessados.

Anotamos: a partir de 1979, a festa de Lambari foi invadida e corrompida pelas classes dominantes. A táctica da concessão inofensiva, estava ameaçada de descambiar para o oportunismo, para a corrupção. Quem vencerá?

INFORMAÇÃO

«projectar uma imagem correcta da África»

Isaac Sepetu, Ministro da Informação da Tanzânia, manifesta o seu apoio à recente criação da Agência Panafricana de Notícias e analisa o enorme desafio que ela enfrenta.

Makwaia Kuhenga

REUNIDOS em Addis Abeba, a 9 de Abril deste ano, os ministros africanos da Informação aprovaram a criação de uma Agência Panafricana de Notícias.

Isaac Sepetu, ministro da Informação tanzaniano, que esteve presente nessa reunião, concedeu uma entrevista exclusiva ao nosso correspondente em Dar-es-Salaam, Makwaia Kuhenga. Nela o dirigente tanzaniano, membro do Comité Central do *Chama Cha Mapinduzi* (Partido da Revolução), defende uma Nova Ordem Informativa Internacional e avalia o desafio que se põe à Agência Panafricana para servir realmente como vínculo entre os povos africanos e o Mundo.

Senhor Ministro, junto à reivindicação de uma Nova Ordem Económica Internacional amadureceu também a ideia de uma Nova Ordem Informativa Internacional. Como vê a questão?

A reivindicação de uma Nova Ordem Informativa Internacional não pode ser vista separada de uma Nova Ordem Económica. Ambos são a mesma coisa. Inseparáveis. Mas porque é necessária uma Nova Ordem Informativa Internacional?

A resposta deriva da existência de poderosas agências transnacionais de notícias dos países ocidentais que detêm o monopólio da Informação. Se alguém tem o monopólio das notícias, surge um problema para aqueles que não o têm. E precisamente nisso os países em desenvolvimento enfrentam um dilema.

Estas agências transnacionais de notícias geram um fluxo unilateral de informações que tem como consequência lógica a falta de equilíbrio na recolha de notícias e na comunicação. A situação é agravada pelo facto de nos países

ocidentais a notícia ser uma mercadoria, que se vende e produz lucros.

Devido-a essa situação, os países em desenvolvimento, como o nosso, têm dificuldades para que as suas notícias sejam transmitidas ao mundo desenvolvido. É justamente por isso que queremos uma rectificação da ordem informativa existente.

E como já estamos a lutar por uma Nova Ordem Económica/Internacional, a exigência de uma Nova Ordem Informativa assume um carácter mais urgente, não apenas para complementar o anterior, como também para reflectir as novas realidades nos países em desenvolvimento produzidas por estas reivindicações.

A dependência dos países do Terceiro Mundo a respeito dos monopólios ocidentais de notícias foi em geral uma consequência do passado colonial da maioria das nossas nações. Vê na criação de uma Agência Panafricana de Notícias o começo da ruptura com esta dependência?

Primeiramente queria dizer que é um facto

desafortunado o de termos que estar submetidos a esta dependência das transnacionais capitalistas devido ao nosso passado colonial.

Mas foi justamente a tomada de consciência sobre este facto infeliz que levou os fundadores da Organização da Unidade Africana (OUA) a levantar, em 1963, a necessidade de criar uma agência de notícias continental, para servir os interesses das nações africanas independentes.

A OUA tem estado a trabalhar na realização deste projecto nos últimos dezasseis anos. Só agora, em Abril deste ano, os Ministros da Informação africanos assinaram finalmente a convenção para o estabelecimento da Agência Panafricana de Notícias, a qual considero vital para pôr fim a essa dependência em relação às agências monopolistas de Informação.

E os países africanos, juntamente com outras nações em desenvolvimento, apoiaram a ideia do Movimento dos Países Não-Alinhados de criar uma *pool* de notícias, cujo objectivo é também a superação desta dependência.

Por tudo isso, o estabelecimento da Agência Panafricana de Notícias é um passo correcto para a independência dos meios de comunicação de massas da África. Terá como tarefa prioritária facilitar a projecção de uma imagem correcta da África no Mundo e contribuir efectivamente ao ideal de uma Nova Ordem Informativa Internacional.

Poderia dar-nos uma visão resumida do papel que a Conferência de Addis Abeba atribuiu à Agência Panafricana de Notícias?

A Conferência de Ministros africanos de Informação em Addis Abeba não podia ser mais oportuna. Como já mencionei, o ideal da Agência de Notícias Panafricana é tão antigo como a própria Organização da Unidade Africana. Quando finalmente nos reunimos em Addis Abeba, estávamos conscientes da urgência de criar esta agência continental.

O encontro desenvolveu-se, então, num clima de seriedade em que cada delegação contribuiu com as suas ideias sobre a realização do projecto. E dado o interesse e a seriedade mostrada pela maior parte dos países africanos presentes, a Conferência resolveu fundar a Agência Panafricana de Notícias, cujos objectivos podem ser assim resumidos: promover as metas e objectivos da OUA para a consolidação da independência, da unidade e solidariedade da África, e fornecer mais informação e apoio aos povos em luta pela sua libertação do colonialismo, do imperialismo, do *apartheid*, racismo, sionismo e todas as formas de exploração e opressão.

Esta decisão foi ratificada pela Conferência de Chefes de Estado da OUA, que teve lugar em Monróvia, Libéria. Nessa mesma Conferência decidiu-se estabelecer a sede da agência em Dakar, Senegal.

Muita gente expressou o seu desgosto pela falta de decisão da Organização de Unidade Africana, inclusive em questões relativamente simples. Considerando este defeito da OUA,

pensa que a Agência Panafricana poderá realmente operar com eficácia e objectividade, assumindo a defesa dos povos africanos?

Não vou fechar os olhos à realidade de que, realmente, a OUA mostrou em numerosas ocasiões uma indecisão incrível diante de questões candentes do Continente, que só requeriam de la uma reafirmação de princípios.

Um caso notório foi a ocasião em que o fascista Idr Amin, num claro acto de agressão, anexou parte do nosso território, na faixa de Kagera. A OUA não condenou Amin numa questão que era clara e simples como a luz do dia. O seu silêncio complicou a situação.

Bem, se a agência de notícias pode ou não ser moralmente responsável pelos interesses dos povos da África é algo a que nós só podemos aspirar. E a minha esperança é que, efectivamente, a OUA mostre seriedade para assegurar que este importante instrumento possa satisfazer as expectativas dos povos africanos.

Também é meu desejo que a Agência Panafricana de Notícias seja um vínculo positivo entre os povos africanos, e, através deles, com o resto do Mundo, para apresentar uma imagem correcta da situação concreta do nosso continente.

A SITUAÇÃO DA INFORMAÇÃO NA TANZANIA

Na Tanzânia está satisfeita com a actuação dos meios nacionais de comunicação? Esta é a responder à altura do desafio?

Para falar sinceramente, posso dizer que os meios de comunicação de massas estão a realizar uma tarefa correcta na Tanzânia, dentro das suas modestas possibilidades. Devemos levar em conta que os nossos jornalistas trabalham em condições extremamente difíceis, pelo que as suas falhas não são voluntárias.

Essas falhas devem-se a que somos um país jovem, que enfrenta imensos problemas de desenvolvimento. Portanto, não podemos fornecer aos nossos quadros dos meios de comunicação a infraestrutura necessária para operar com fluidez. Apesar disso, os nossos jornalistas estão a trabalhar sem descanso e com fidelidade aos ideais do nosso partido. Francamente, merecem as nossas felicitações.

É verdade que temos problemas derivados da juventude de instituições como a SHIHATA (agência de notícias tanzaniana) e a Escola de Jornalistas da Tanzânia. No entanto, devo dizer que a actuação até agora foi louvável, ainda que não devamos ser complacentes.

Os meios de comunicação de massas na Tanzânia devem estar à altura do desafio: não apenas informar o povo, como também contribuir efectivamente no processo económico e político do país.

Os jornalistas necessitam elevar a sua formação política e profissional. É necessário que

realce a questão da educação política, porque ainda sofremos a dependência das transnacionais. Os nossos jornalistas necessitam elevar o seu nível de consciência política para serem capazes de interpretar correctamente os factos no país e no Mundo, em concordância com a nossa própria orientação.

Você realizou recentemente uma visita de um mês por vários países socialistas europeus, incluindo a União Soviética. Que impressões trouxe desta viagem realizada como hóspede da Organização Internacional de Jornalistas?

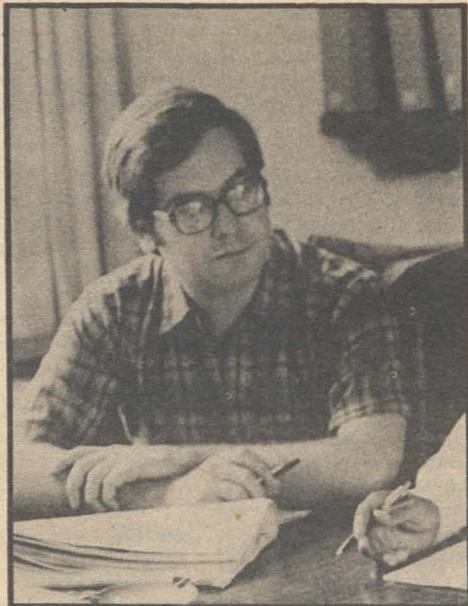
Estou satisfeito pela visita, porque foi uma

boa oportunidade para aprender com essas experiências. A partir desta visita, ficou-me claro, por exemplo, que a Associação de Jornalistas da Tanzânia tem muito a aprender com as associações de jornalistas desses países, essencialmente porque têm princípios e ideais socialistas, similares aos nossos. Encontrei nestas associações uma determinação real e muita responsabilidade na tarefa de contribuir para o bem-estar social e para o desenvolvimento profissional dos jornalistas. Podemos aprender com o seu exemplo, embora saibamos que aprender não é copiar.

CHILE

vozes alternativas

«Ganhamos a unidade das bases. Temos que pensar agora na unidade política, que possa dar ao país um governo de emergência.»



Juan Pablo Cárdenas, director da revista chilena *Analisis*

DE um ano a esta parte, houve no Chile uma importante evolução política, atribuída às pressões dos sectores civis, à reorganização de vários partidos políticos que estão a actuar dentro dos limites que a situação impõe — e mesmo a ultrapassá-los, — e também a algu-

mas pressões exercidas por organismos internacionais.

Nesse sentido, um passo significativo foi a dissolução da DINA (serviço secreto), e a sua substituição por um novo organismo, o SNI (Sistema Nacional de Inteligência), que assumiu

as suas funções com maiores cuidados que os seus predecessores.

Essas modificações no clima de terror imposto pela Junta Militar depois do sangrento derrube do Presidente Salvador Allende, trouxeram consequências em vários campos.

Um deles, e particularmente importante, foi o dos meios de comunicação social.

A Junta Militar chilena, para conseguir impor-se, traçou, obviamente, uma política de comunicação muito clara, de férrea censura no caso das estações de rádio e canais de televisão, através dos quais cobre todo o território nacional.

Não restam dúvidas que uma maior flexibilidade oficial no campo da Imprensa escrita, esboçada nos últimos meses, permitiu o enriquecimento do trabalho jornalístico com várias novas publicações da oposição, umas de circulação mais restrita, e outras de alcance nacional, que estão cumprindo um papel dentro do terreno político chileno, fertilizado pela evolução interna do ano passado.

Também no campo dos meios de massa (rádio e televisão) há vozes dissidentes. Um exemplo é a experiência desenvolvida pela Rádio Cooperativa, e pela Rádio Chilena. A primeira tinha uma cadeia espalhada por todo o país, mas a sua autorização para emitir foi cancelada a nível de província. Esta estação transmite um noticiário diário, abertamente dissidente, de grande audiência entre a população, notoriamente na oposição.

A Rádio Chilena, do Arcebispo de Santiago, transmite em cadeia com várias emissoras da província pertencentes aos arcebispos locais e ordens religiosas. É bem conhecida a linha implacável do Arcebispo de Santiago na defesa dos Direitos Humanos e das liberdades democráticas, linha que é seguida nas transmissões da Rádio Chilena.

A abertura na Imprensa escrita reflecte-se no aparecimento de revistas como a APSI, Solidariedade (que atende a um amplo público de trabalhadores e estudantes), Análisis, Haciendo Caminos (dirigida ao sector camponês), Hoy, a de maior circulação nacional, com clara tendência de oposição, independente.

Várias delas contam com o patrocínio da Igreja Católica, que não se resignou a aceitar o decreto do governo que regula a edição de novas publicações, antes desafiando-o.

UMA PRIMEIRA VITÓRIA CONCRETA

Sobre estes e outros temas, tivemos a ocasião de conversar com o jovem jornalista chileno Juan Pablo Cárdenas, director da revista Análisis, Presidente do Círculo de Jornalistas do Chile, e director de Debate Universitário, órgão oficial da Universidade Católica, e também ex-director da Escola de Jornalismo da Universidade do Norte, em Antofagasta.

Cárdenas valoriza bastante o papel dessas expressões da oposição ao sistema. "Facilitam o surgimento de uma alternativa política, cuja ausência nas etapas anteriores explica porque não se avançou mais na direção da institucionalização", explica.

Dentro das posições dessa Imprensa alternativa, no terreno político, há alguma que deixa transparecer uma estratégia nova nos sectores da oposição?

Essas posições tendem a integrar a Democracia Cristã com um sector reduzido de conservadores que cortou todos os seus vínculos com o governo e com a Unidade Popular. O importante dessa posição é que responde, a nível de direção, à unidade real que se produziu nas bases, fundamentalmente nas bases trabalhadoras e estudantis, e que hoje se reflecte em outras instâncias.

Uma das primeiras consequências dessa unidade das bases, foi o acordo político a que chegaram esses grupos para as eleições das direções das diferentes unidades académicas da Universidade de Santiago. São as unidades académicas que elegem a direção da Federação de Estudantes.

O resultado dessa eleição — a primeira à escala nacional desde 1973, — foi a vitória da oposição, com 56 por cento dos votos, contra 30 por cento do chamado "gremialismo universitário", que é a força oficialista.

Como se desenvolveram essas eleições?

A propaganda política foi proibida, e as mesas de voto foram constituídas por gente do governo, mas, mesmo assim, a vitória da oposição foi clara, e eles respeitaram-na.

ESTUDOS CONSTITUCIONAIS

A oposição chilena está abrindo múltiplos foros internos, e está a actuar nos campos mais diversos. A organização do "Grupo de Estudos Constitucionais" foi um passo importante. Este "grupo" é integrado por todos os partidos da oposição, e a sua meta é a elaboração de um projecto de uma nova Constituição.

Qual foi a reacção da Junta à formação desse Grupo?

O governo refere-se constantemente às suas actividades. Denuncia-o e ataca-o como "grupo com fins políticos", etc. Está integrado por dissidentes do Partido Nacional, pelo PC, pelo PS, pela Democracia Cristã, e grupos social-democratas. O MIR não participa.

Essa mesma constituição pluralista repete-se nas equipas de editores da Imprensa alternativa. Não obedecem a partidos políticos. Tem uma definição ampla, e, inclusive, são apoiados pela Igreja. Apesar de todas as dificuldades económicas e de distribuição, pouco a pouco recebem um melhor acolhimento.

Qual é a temática que abordam?

No começo, tratava-se de simples expressões

da política interna, e assim, numa primeira etapa, dedicavam-se somente a temas locais. Mas, na etapa actual, a ideia é integrar como colunistas, chilenos que estão fora do país. Pretende-se quebrar o isolamento entre aqueles que estamos no interior do Chile, e os compatriotas que vivem fora do país.

O Chile está isolado dos problemas internacionais. Através dos meios de massa de comunicação, é impossível saber o que se passa no exterior. Recentemente desapareceu a lei que restringia a entrada de revistas, mas ainda hoje tem que ser pedida uma autorização prévia para que as revistas estrangeiras possam circular.

Um exemplo desse isolamento foi o caso do conflito com a Argentina. Apesar da proximidade e da importância do problema, os sectores dissidentes e a opinião pública em geral, estavam em ignorância quase total sobre as conversações mantidas por ambos os governos. Nesse período, algumas publicações argentinas foram proibidas de circular no Chile.

OS JORNALISTAS ORGANIZAM-SE

Juan Pablo, esses exemplos de Imprensa alternativa, de Informação alternativa à dos grandes meios de massa, aparece no Chile num momento em que a nível mundial se discute a Nova Ordem Informativa Internacional, ou dito em palavras mais simples, a democratização da Informação. Há entre os jornalistas chilenos que estão a colaborar nessas publicações de oposição e de resistência, uma consciência no sentido de que não estão sós, mas que o seu trabalho se insere na corrente que quer mudar o sistema informativo transnacional?

Não. No Chile sabe-se muito pouco sobre a Nova Ordem Informativa Internacional. É claro, fazemos esforços para que essa discussão seja conhecida. Por exemplo, a Academia de Humanismo Cristiano, que agrupa uns cento e sessenta jornalistas há mais ou menos um ano, já realizou dois seminários sobre o tema da Nova Ordem Informativa Internacional. O primeiro foi patrocinado pelo ILET (Instituto Latino-Americano de Estudos Transnacionais), e o segundo, em conjunto pelo ILET e pela ALACODE (Associação Latino-Americana de Comunicadores para o Desenvolvimento). Essas foram as duas primeiras oportunidades em que esse tema foi tratado com seriedade pelo jornalismo chileno, que estava basicamente alheio da discussão. Só *El Mercúrio* havia feito alguma menção a esse debate internacional sobre uma nova ordem informativa, mas fê-lo para atacar aqueles que a defendem.

Pode-se dizer que os jornalistas chilenos começaram, de alguma forma, a se reorganizar? Essas publicações poderiam ser interpretadas como um esforço também nesse sentido?

Sim, no Chile nós, os jornalistas, começamo-

-nos a reorganizar. E estamos a pressionar para que em data não muito distante haja eleições no Colégio da Ordem, dirigido actualmente por gente nomeada pelo governo (e que portanto não quer eleições). O governo, todavia, impede as eleições nos colégios (grémios) profissionais, mas, assim como teve que admiti-lo entre os estudantes e grémios, pensamos que também chegará a ter que aceitá-las neste sector.

DEBATE COM OS "OFICIALISTAS"

Você é o director da revista *Análisis*. Como a definiria?

Análisis definiu-se como uma revista de opinião, porque assim se entendeu que deveria ser. É patrocinada pela Igreja, mas não é uma revista oficial da Igreja.

Análisis é a primeira revista que promoveu o debate político no Chile. As outras incentivaram a Informação. A experiência de treze números, com a colaboração de mais de cem articulistas, todos eles significativos no espectro político chileno, é positiva.

Não nos limitamos a entrar em debate político com os sectores oficialistas, mas procuramos incentivá-lo. Mas, por agora, são eles que não aceitam escrever em meios que não controlam.

Qual a experiência do jornalismo destes anos de dura resistência?

A nossa luta hoje não é para voltar ao que tínhamos, mas para uma Imprensa diferente. A politização extrema da Imprensa, permitiu a quebra institucional de 1973.

Qualificam como negativa a politização da Imprensa?

Sim, quando essa politização se radicaliza aos extremos de 1973. O que agora reivindicamos, é que juntamente com o desenvolvimento da grande Imprensa — que os profissionais não controlam, — haja empresas jornalísticas controladas pelos profissionais. Por outro lado, nós os jornalistas estamos a aprender a escrever de uma maneira diferente, sem qualificar com adjetivos os adversários. Estamos a aprender a destacar as coisas substantivas, e a deixar de lado as qualificativas. E creio que o que fazemos hoje em dia é mais benéfico para uma eventual saída política.

Essa nova modalidade no jornalismo chileno alternativo, parece ser a consequência de uma dura autocritica...

Houve, efectivamente, uma autocritica muito forte. E isso fez evoluir muito a esquerda chilena nestes anos. Não temos vergonha de reconhecer os nossos erros. Grande parte dos artigos escritos pela gente de esquerda na publicações alternativas têm sido de autocritica, em vez da drástica oposição ao regime.

Além disso, hoje há uma estratégia comum. Existe uma relação estreita entre os profissionais que estão na Imprensa alternativa. Aqueles que participam no Círculo de Jornalistas, reúnem-se ali, e traçamos uma estratégia comum, embora cumpramos papéis diferentes. Assim, muita coisa publicada pela Imprensa alternativa, foi recolhida pela grande Imprensa, e é claro, respondida.

GRANDES MEIOS POR CRIAR

Que futuro tem as publicações alternativas actuais? Coverterem-se em grandes, talvez?

Respondem essencialmente à etapa actual. Não têm grandes aspirações para o futuro. Mas os jornalistas no Chile, aspiram entrar para os grandes periódicos, para os grandes meios de comunicação em geral. Mas no campo da Imprensa, esses periódicos de massas do futuro estão por ser criados, porque em Santiago há actualmente só quatro diários: três de *El Mercúrio* (*Ultimas noticias*, *La Segunda* e *El Mercúrio*) e o de maior circulação, *La Tercera*, de capitais privados.

Santiago chegou a ter dez diários de circulação infinitamente maior que a de todos esses juntos. *El Mercúrio* baixou de 350 mil para 120 mil exemplares.

Como conclusão desta conversa, fica a sensação de que o Chile de 1979 tem muito pouco a ver com o Chile de 1976 e de 1977.

O Chile de 1979 está evoluindo rapidamente, e está hoje mais próximo de uma alternativa política. O que resta é oferecer um programa comum por aqueles que podem constituir essa alternativa.



Ganhámos a unidade das bases, e temos que pensar agora na unidade política que possa dar ao Chile um governo de emergência, que não sirva somente para superar esta etapa, mas que também possibilite uma certa estabilidade.

cadernos do
terceiro
mundo

Leia – Assine – Divulgue

O Jornal de Felgueiras

Semanário regionalista

Sede:
Avenida de Santa Quitéria
4610 FELGUEIRAS

CIENCIA E TECNOLOGIA

A «revolução verde» não mata a fome

Maurice Jacques

As sementes "milagrosas" e os produtos químicos de que elas necessitam servem em primeiro lugar para forçar o modo de produção capitalista e a dependência tecnológica nos campos do Terceiro Mundo.

DEPOIS da Segunda Guerra Mundial a agricultura tem sido sujeita a um assalto sistemático por parte dos técnicos, seguidos de perto pelos grandes grupos económicos. Como reacção contra os movimentos revolucionários e a perspectiva de reformas agrárias drásticas no Terceiro Mundo, a ideologia ocidental acrescentou ao seu arsenal um novo slogan: a "Revolução Verde".

As Fundações Rockefeller e Ford subsidiaram as primeiras estações de experimentação, no México para o milho e nas Filipinas para o arroz. O aspecto técnico desta revolução consiste no uso de sementes especialmente preparadas (híbridas), que só produzem colheitas abundantes quando semeadas e cultivadas com cuidados especiais, envolvendo habitualmente uma irrigação intensiva e o uso de vários produtos químicos como pesticidas e fertilizantes.

Sem estes aditivos, as variedades de alto rendimento não produzem mais — e muitas ve-

zes produzem menos, — que as variedades indígenas, especialmente se as condições de solo e clima são adversas.

A questão de como obter estes aditivos químicos, e de como e a quem os distribuir, é de natureza político-económica. As terras irrigadas correspondem apenas a 30 por cento da superfície arável da Ásia. A maioria dos camponeses do Terceiro Mundo não só não dispõe de água suficiente para as regas, como ainda não possui dinheiro para pagar produtos químicos caros — fertilizantes e outros. Isso significa que os principais beneficiários da Revolução Verde são os fazendeiros ricos e os comerciantes, actualmente detentores das terras irrigadas e mais capazes de pagar os produtos químicos.

Porquê, então, todo este entusiasmo público por sementes milagrosas sem utilidade para a grande massa dos camponeses? Para o pequeno agricultor pobre, estas sementes, com as suas tremendas exigências de água e produtos químicos, são antimilagres. Se fossem milagrosas requereriam menos água e não mais adubo. Até mesmo Paul Samuelson, sumo sacerdote da ideologia económica ocidental, admitiu, com a basófia própria da Universidade de Harvard, numa entrevista de Dezembro

de 1973, que "quando um país arranca para o desenvolvimento, há a possibilidade de se aumentar a desigualdade. Logo, é possível que a Revolução Verde nos países asiáticos tenha ajudado aqueles agricultores que tinham o capital necessário para obter água e fertilizantes."

Fica como tarefa da Organização Mundial da Saúde pôr os sofrimentos humanos em forma de estatísticas frias: "mais de 450 milhões de habitantes dos países em desenvolvimento sofrem de malnutrição e desnutrição. Cada ano morrem quinze milhões de pessoas de doenças causadas ou agravadas pela má nutrição". Estes números crescem cada ano.

Para acalmar os esfomeados e anestesiar a situação social nos campos, os Estados Unidos enviam "ajuda" alimentar. Mas esta estratégia muitas vezes nem sequer chega a concretizar-se. Por exemplo, no Bangladesh, foi comprovado que a ajuda alimentar destinada aos camponeses mais pobres ficava nas cidades e especialmente na capital onde o governo quer evitar qualquer descontentamento nas fileiras da pequena burguesia.

Faz parte do arsenal do governo dos Estados Unidos a utilização de produtos alimentares como armas para ganhar batalhas políticas. Alguns anos

atrás, Earl Butz, então secretário de Estado da Agricultura dos E.U.A. declarou: "Produtos alimentares são uma arma. Foram uma das principais ferramentas no nosso estojo para negociações". O senador Hubert



Humphrey por sua vez falou: "Produtos alimentares são poder. E, num sentido muito concreto, nos dão uma medida extra de poder."

Mesmo sendo uma arma de tamanho reduzido, a "ajuda alimentar" foi usada pelos Estados Unidos durante a agressão contra o Vietnam. Em 1974 quase metade da ajuda alimentar total dispendida pelos americanos foi enviada para o Vietnam do Sul, enquanto a África e a América Latina juntas recebiam apenas um sexto. E esta "ajuda" era combinada com a destruição sistemática da possibilidade de produção de alimentos nas zonas libertadas por asperção dos arrozais com herbicidas a partir de aviões.

CONTROLO DAS COMPANHIAS DE PETRÓLEO

Paralelamente, as autoridades e os técnicos responsáveis pela promoção da "Revolução Verde", pensaram converter toda a agricultura familiar num sistema agro-comercial, tendo como modelo a agricultura altamente mecanizada dos países industrializados. O entusiasmo por esta perspectiva tem origem nos gabinetes de direcção das multinacionais, produtoras dos produtos químicos e do equipamento pesado, ambos necessários a uma agricultura industrializada.

Nas Filipinas, por exemplo, a Esso Standard Fertilizer and Agricultural Company teve um papel fundamental na introdução e comercialização do arroz



de alto rendimento. Em 1971 a companhia instalou 400 armazéns em todo o país, além de contratar centenas de agentes — representantes — organizadores para a promoção do programa da USAID de introdução de arroz e treino dos fazendeiros. Por seu lado, o governo filipino emprestou o dinheiro para os fazendeiros comprarem fertilizantes e outros produtos químicos produzidos pela Esso numa fábrica subsidiada pelo governo.

Como aconteceu nas Filipinas, também o governo mexicano subsidiou a expansão da indústria petroquímica, fornecedora dos adubos para as novas sementes. Os produtores do trigo maravilha receberam subsídios adicionais, na forma de uma garantia de preços, superiores em 33 por cento aos correntes no mercado mundial. Muito se tem salientado o facto de o trigo maravilha ter transformado o México num país exportador de trigo. No entanto, o preço é tão alto, que o trigo mexicano tem de ser exportado, já que o camponês mexicano comum não tem dinheiro para o comer. Os mexicanos pobres comem milho e feijão, que se mantêm a base das suas dietas. Enquanto, em 1969, o custo de produção do trigo maravilha foi de 73 dóla-

res a tonelada, preço garantido pelo governo, foi vendido aos clientes estrangeiros a 49 dólares. Dessa maneira, o México perdeu 24 dólares por cada tonelada de trigo exportado.

Nos primórdios da "Revolução

Verde", tanto os industriais como os representantes dos governos das nações desenvolvidas asseguraram às nações em desenvolvimento que, no futuro previsível, teriam amplas reservas de fertilizantes.

Os países industrializados concentram os seus investimentos na produção de tais inputs e esta estratégia lhes permite manter relações de controle e dominação. Quando a extensão semeada com estas plantas híbridas de alto rendimento, famintas de produtos químicos, já atingia 40 milhões de hectares de terras irrigadas de primeira qualidade, foi "descoberta" a crise de energia a nível mundial. A subida de preços e a consequente falta dos produtos químicos nos países mais pobres constituem a última fase da "Revolução Verde", uma fase durante a qual muitos países do Terceiro Mundo se encontram à mercê das multinacionais petroleiras para o abastecimento de alimentos básicos.

BOMBARDEAMENTO IDEOLÓGICO

Durante mais de duas décadas, o mundo capitalista apropriou-se da riqueza inerente à tecnologia das sementes híbridas e monopolizou a sua distribuição nas partes do Terceiro Mundo que controla. A imposição da metodologia capitalista foi proclamada solenemente pelo geneticista Norman Borlaug (muitas vezes chamado o "pai" da "Revolução Verde") em en-

trevista que concedeu após ter recebido o Prémio Nobel da Paz em 1970: "Com alguns governos é necessário utilizar uma franqueza brutal. É preciso forçá-los a utilizá-la. Não interessam aumentos de produção da ordem dos 10 ou 15 por cento. Eles não prestam atenção aos nossos conselhos. Torna-se necessário bombardear com dureza. Temos de conseguir ganhos de 100 ou 200 por cento para os fazer abandonar os seus métodos ultrapassados". Os técnicos salvadores não primam pela modéstia ou pela moderação.

Poucas pessoas se detiveram a pensar na razão pela qual Borlaug recebeu o Prémio Nobel da Paz, em vez de ser galardoado com o de Biologia. No entanto, tal meditação é válida porque a história da "Revolução Verde" transcende a criação de plantas e a genética. Está inserida nas malhas da política externa americana e é parte integrante dos esforços do pós-guerra para conter a revolução social e tornar o Mundo seguro do ponto de vista dos lucros.

A "Revolução Verde" aparece como o último capítulo da longa história de penetração cada vez mais violenta, das instituições do capitalismo ocidental na agricultura do Terceiro Mundo. Logo, a expressão "Revolução Verde" engloba não só um potencial aumento de produção, associado com uma nova tecnologia, mas também as mutações políticas, económicas e sociais que a produziram e acompanharam.

Os progressos técnicos tornaram-se, no entanto, simples armas para uma melhor organização do modo de produção capitalista nos campos. Como requerem a compra de fertilizantes e investimentos no material de rega, que só podem ser obtidos dentro do sistema capitalista de produção, a "Revolução Verde" trouxe consigo a eliminação do pequeno agricultor menos rico levando à concentração de recursos e do poder político nas mãos dos latifundiários.

ALGUMAS EXPLICAÇÕES TÉCNICAS

A única coisa que os criadores de sementes híbridas de milho fazem, é procurar sementes de melhoeres características de entre aquelas que os próprios agricultores e camponeses selecionaram ao longo de centenas de anos, em milhões de ambientes naturais diferentes. Os técnicos procuram sementes, levam-na para uma estação experimental e cruzam-nas. Depois, a semente criada, o híbrido, é vendida e logo semeada por toda a gente. Consequentemente, nos nossos dias, já ninguém se preocupa em selecionar o milho que cresce num determinado ambiente concreto. Gradualmente estamos a chegar a uma situação em que todo o processo de mudança e melhoramento do milho estagnarão. As sementes híbridas parecem ser um processo tremendo, mas, de facto, o processo contém em si mesmo as raízes da sua estagnação: como toda a gente semeia os híbridos, ninguém se preocupa em criar tipos de milho adaptados a novas situações, acabando-se a verdadeira seleção. Esta faz-se apenas numas quantas estações experimentais, quando antes era feita por milhões, ou centenas de milhões de pessoas de todo o Mundo.

A diferença entre o que os camponeses costumavam fazer e o que os investigadores fazem agora reside no seguinte:

Os camponeses costumavam guardar várias espigas de milho penduradas no canto da sala, e estas eram as suas sementes para o ano seguinte. Eles diriam: "Estas são as melhores espigas que este ano colhemos nas nossas terras." Percorrem as terras no tempo das colheitas e escolhem as espigas que vão constituir a semente; só depois apanham o restante. É verdadeira seleção. Seja o que for que se crie nesse campo de milho é selecionado, ano após ano, conseguindo-se assim uma grande variedade de tipos. A princípio temos um material genética-

mente riquíssimo, porque as pessoas escolhem aqui e ali, seleccionam espécies diferentes em condições dissemelhantes, conseguindo-se uma rica variedade de tipos de milho, possuidoras de todo o tipo de características. Agora que a indústria dos híbridos vassculhou tudo, procurando aquilo que alguns cientistas julgavam inútil, empobreceram de tal forma as possibilidades de escolha que, presentemente, haverá apenas três ou quatro famílias importantes de híbridos.

Os agricultores de agora jamais poderão fazer qualquer seleção com base nos híbridos, porque a semente que o híbrido produz, se for semeada, não produzirá por sua vez o mesmo tipo de milho. Uma vez plantado um híbrido, é o fim do ciclo. Se se voltar a semear as suas sementes obtém-se tudo o que estava contido nos génes do híbrido, obtém-se toda a gama de características das várias espécies que o formaram; o que não dá uma colheita aproveitável! Os agricultores que semeiam milho híbrido têm de voltar cada ano à companhia que monopoliza a venda desta semente.

Um grave problema com as sementes híbridas manifesta-se quando aparece uma moléstia nova. Com um número muito reduzido de tipos genéticos semeados e as variedades geneticamente relacionadas, uma doença pode atacar todas elas ao mesmo tempo. Enquanto que se existir uma grande diversidade de material genético, muitas variedades poderão ser resistentes à nova doença. Assim as culturas americanas de milho híbrido foram destruídas pelo mildio (Southern leaf blight) em 1970, o mesmo sucedendo com as chinesas de 1971.

UM POUCO DE TEORIA

O modo de produção dos alimentos no mundo capitalista não corresponde à simples necessidade de alimentar as pessoas. Alimentos são utilizados como mercadorias; são produzi-



dos para ser postos no mercado. Têm valor de uso e também valor de troca. Para sua produção precisa-se pagar mão-de-obra. Ao vendê-los obtém-se lucros fixando um preço superior ao custo total inicial da mão-de-obra e outras necessidades (adubos, maquinaria, gasolina, etc.) Então a orientação da investigação científica ligada à produção de alimentos obedece à regra do capitalismo da maximização dos lucros.

Estas constatações permitem entender porque a investigação sobre variedades de milho está totalmente orientada para produzir sementes híbridas. Estas são produzidas por cruzamentos de várias espécies, cada qual com características desejáveis. As teorias genéticas actuais não limitam nossa escolha a esta ténica. Poderíamos seleccionar sequencialmente as melhores sementes de uma só dada espécie inicial e assim tentar chegar

a uma raça melhorada (com maior rendimento nas condições de terreno e clima escolhidos) que se autopropaga por polinização livre.

Mas a via de investigação escolhida a produção de sementes híbridas, obriga que a venda das sementes seja feita cada ano, por laboratórios e estações de produção centrais aos agricultores. Estas estações são controladas por empresas multinacionais. Se se desenvolvessem raças melhoradas que se autopropagasse, cada camponês poderia utilizar como semente para o ano a seguir a parte melhor da sua própria colheita. Isto eliminaria o controlo do mercado das sementes actualmente nas mãos das multinacionais.

A produção de sementes híbridas de milho, arroz e trigo e sua venda representam um negócio anual monopolizado que se cifra em centenas de milhões de dólares. As companhias agrí-

colas multinacionais então empurram a investigação na direcção que mantém o seu controlo do mercado de sementes.

O esquema clássico que representa o Terceiro Mundo como produtor de matérias-primas que os países industrializados transformam para revenda, aplica-se perfeitamente ao domínio dos produtos agrícolas. A FAO informou na conferência de Roma de Julho de 1979 que as exportações anuais de matérias-primas agrícolas representam um valor de 30 biliões de dólares. Estes produtos são comprados pelos países industrializados para serem processados e ficam depois revendidos por um valor de 210 biliões de dólares, quer dizer, sete vezes o seu valor inicial. Mas é claro que este lucro não serve para alimentar os camponeses do Terceiro Mundo.



nepal

Abrigando no seu seio – as maiores alturas do Mundo – o Evereste com 8 848 metros e o Kachejunta com 8 585 –, o milenário reino himalai do Nepal está situado como uma cunha entre os países mais povoados do Mundo, a Índia e a China, e enfrenta o problema complexo de manter o equilíbrio entre estes dois gigantes que freqüentemente rivalizam.

As invasões mongólicas do norte, e as hindus do sul originaram, no Nepal, uma civilização diferente das dos seus vizinhos, e o reino lutou ferozmente pela sua independência até que, em 1972, os britânicos obrigaram-no a firmar um "tratado de comércio" que, apesar de conservar nominalmente o poder real, equivalia na prática à dominação colonial. O clã aristocrático-militar da família Rana actuava como intermediário do poder britânico, e 1950, sob a influência da recente in-



SRI NEPALA SARKAR

Governo: Birendra Bir Bikram Shah Dev, rei. **Capital:** Katmandu (353 000 hab. 1977). **Superfície:** 140 797 km². **População:** 13 140 000 habitantes em 1977 (95 por cento rural). **Moeda:** rúpia nepalesa. **Idioma oficial:** nepalês. **Festa Nacional:** 18/2 (Constituição, 1952). **Religião:** hindu e budista. **PNB per capita:** 120 dólares anuais. **Educação:** 758 000 estudantes em todos os níveis em 1971 e 84 por cento de analfabetismo em 1971. **Saúde:** um médico para 30 000 habitantes.

O Reino do Nepal é membro pleno da ONU e Movimento dos Países Não Alinhados.

dependência da Índia, foram depostos pelo Partido do Congresso. De novo no trono, o rei Tribhubana promulgou uma nova Constituição em 1952, e tentou organizar uma "democracia monárquico-parlamentar".

Este facto ampliou a participação, na política, da nova élite intelectual urbana, mas a grande maioria de pastores e camponeses analfabetos, continuou marginalizada e analfabeta nas pequenas aldeias do interior.

Em 1955 ascendeu ao trono o rei Mahendra, que em Dezembro desse ano solicita e obtém o ingresso do país nas Nações Unidas, desembaraçando-se gradualmente da tutela britânica. No entanto, em 1960, Mahendra assumiu, através do golpe, a totalidade do poder, suspendendo a Constituição e devolvendo aos senhores feudais grande parte dos privilégios que haviam perdido.

À sua morte, o seu filho Birendra ocupa o trono de Katmandu, e ainda que isolado, é oficialmente coroado em Fevereiro de 1975. Nessa época o pequeno reino vizinho de Sikkim estava perturbado pela agitação interna, num processo que conduziu à sua anexação pela Índia. No Nepal, a oposição ao absolutismo por parte do Partido do Congresso (pró-hindu) e do Partido Comunista (inspirado pelo seu homónimo chinês) punham em perigo não só o poder real, mas também a independência do país, cuja in-

corporação numa ou noutra parte podia desequilibrar perigosamente a balança do poder na Ásia Central.

Birendra conseguiu contrapesar a rivalidade dos seus grandes vizinhos, sintetizando a sua vocação neutralista na proposta de converter o país em "zona de paz". Esta obteve um amplo apoio internacional, mas foi denunciado que a CIA, por trás do reconhecimento formal, estaria conspirando para derrubar o monarca, apoando-se nas personalidades locais vinculadas à família Rana, que estimulam as ambições de poder do príncipe Gyanendra.

Desde Dezembro de 1975, Birendra tem-se esforçado para democratizar a vida política nepalesa, promulgando meia centena de reformas constitucionais que ampliam a base eleitoral dos deputados no *Panchayat* (Parlamento) e combatem os "abusos de autoridade". Tais mudanças têm encontrado resistência na pessoa da rainha-mãe, Aishwarya, que controla os capitais da família real e se opõe à liberalização.

A luta pelo poder tem impedido, até o momento, que os esforços governamentais se voltem para o melhoramento das condições de vida da população. A agricultura continua sendo a base da economia, e o comércio externo continua dependendo noventa por cento da Índia, apesar da inauguração de novos caminhos para a fronteira norte. A indústria não representa mais de dois por cento do produto interno bruto, e tem poucas possibilidades de se desenvolver, visto não contar com mercados adequados nem no interior nem o exterior.

Neste panorama, o desafio histórico dos dirigentes nepaleses, é o de encontrar uma via de desenvolvimento que se apoie nos recursos minerais e turísticos que salvaguarda, ao mesmo tempo, a neutralidade e independência numa área geopolítica conflituosa.

nicarágua

A história da Nicarágua é comum com às dos restantes países centro-americanos até 1838, quando foi dissolvida a Federação das Províncias Unidas da América Central, e o território se converte numa república independente. Em 1856, a Nicarágua foi invadida por um filibusteiro norte-americano, William Walker, que com o apoio dissimulado, mas real, de Washington, conseguiu proclamar-se presidente da Nicarágua. O seu propósito era expandir o território destinado ao sistema de escravidão que estava a ponto de ser abolida na União.

Walker morreu fuzilado em 1860, quando pretendia iniciar outra invasão filibusteira em Trujillo, Honduras.

Trinta e três anos mais tarde, na Nicarágua, o Partido Liberal derrota o Conservador, e José Santos Zelaya assume a presidência. O seu governo, nacionalista, se nega a aceder a certas exigências dos Estados Unidos, que nessa época, sendo o presidente William M. Taft, iniciava a "Diplomacia do Dólar". Retiram-no do poder, e meses mais tarde, Taft ordena o desembarque dos *marines*, os quais depois de terem submetido o chefe liberal, permaneceram no país até 1925. No ano seguinte regressam para defender o seu presidente fantoche, o conservador e pró-ianque Adolfo Díaz, prestes a ser derrubado.

A nova ocupação norte-americana é heroicamente resistida por Agusto César Sandino, general de origem campesina que, à frente de um exército popular de três mil homens, resiste durante mais de seis anos a doze mil soldados da marinha americana, auxiliados pela aviação e pelas forças da oligarquia local. Sandino cumpre a sua palavra de depor as armas quando o último *marine* abandona o país, em 1933. Mas a traição já estava preparada. Os norte-americanos deixaram montada a Guarda Nacional como simples apêndice do exército ame-

ricano. O seu comandante, Anastasio Somoza García, aproveita uma reunião conciliadora de Sandino com o presidente Sácaza para assassinar o líder guerrilheiro e depois usurpar o poder, o qual exerce despoticamente até ser eliminado pelo patriota Rigoberto López Pérez em 1956.

López Pérez matou o tirano, mas não a tirania. Em duas décadas o poder de Anastasio Somoza tinha conseguido o controlo sobre a economia nacional. O poder da Nicarágua concentrou-se assim num só grupo que, além do mais, tinha o poder militar e político. Anastasio Somoza García foi sucedido pelo seu filho, o engenheiro Luis Somoza Debayle, e sucessivamente, outro filho, Anastasio, formado em West Point.

Com uma feroz repressão, Somoza filho ilegalizou os sindicatos, massacrhou os movimentos camponeses e ilegalizou também os partidos políticos de oposição. A resistência popular nunca foi totalmente aba-



fada. Na década de 60 é fundada a Frente Sandinista de Libertação Nacional, com a juventude insurrecta e com os velhos lutadores que combatem sob as ordens de Sandino.

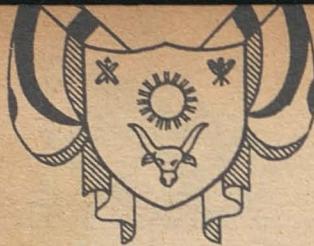
O dirigente opositor, Pedro Joaquim Chamorro, director do diário *La Prensa*, foi assassinado por ordem de Somoza em Janeiro de 1978. Desencadearam-se então uma greve nacional e maciças manifestações de protesto que fizeram cambalear o regime, junto com uma ofensiva sandinista que tomou várias cidades. A rebelião generalizada só pôde ser contida com uma Somoza só pôde manter-se com o apoio de centenas de mercenários e o apoio implícito da diplomacia norte-americana, que canalizou a actividade de grande parte da oposição para mediações infrutuosas. No entanto, em princípios de 1979, constituiu-se uma Frente Patriótica, que junto com o exército sandinista o assaltaram definitivamente ao *bunker* de Somoza.



REPÚBLICA DA NICARÁGUA

Governo: Junta de Governo de Reconstrução Nacional, cinco membros. **Capital:** Manágua (500 000 habitantes). **Superfície:** 139 700 km². **População:** 2 400 000 habitantes (48 por cento rural). **Moeda:** córdoba. **Idioma oficial:** espanhol. **Festa Nacional:** 15/10 (Independência, 1821). **Religião:** maioritariamente católica. **PNB per capita:** 758 dólares anuais em 1976. **Educação:** 430 000 estudantes em 1975; 50 por cento de analfabetismo. **Saúde:** um médico para 1800 habitantes.

A Nicarágua é membro pleno da ONU, OEA e Mercado Comum Centro-Americano.



níger

Ao sair da época colonial, o Níger era o país mais pobre da África Ocidental Francesa. Privado de saída para o mar, desfavorecido pelo seu isolamento geográfico, o território era para os colonialistas apenas um ponto estratégico entre Argélia e as ricas zonas centro-africanas do Benín, Malí e Costa do Marfim.

Na etapa pré-independentista, o Níger teve uma intensa vida política. As forças progressistas e populares do país estavam representadas pelo Partido Sawaba e pela ala esquerda do RDA (Agrupamento Democrático Africano, partido comum a vários países francófonos da região).

Mas o Sawaba foi vencido em 1960, em eleições de duvidosa legitimidade, pelo político neocolonialista Diori Hamani. A independência acordada nesse mesmo ano, não implicou nenhuma mudança real nas estruturas económicas e sociais. A França manteve tropas no país e construiu o seu poderia nuclear a partir do urânio nigeriano.

Entre 1972 e 1974 uma intensa seca afectou todo o Sahel africano. Encarregado da distribuição de víveres aos camponeiros e nómadas sinistrados, o exército começou a conhecer o país verdadeiro. Ao avaliar os prejuízos causados, não teve

em conta somente a catástrofe natural, mas anotou também os efeitos de três lustros de corrupção e submissão à antiga metrópole. A rivalidade étnica alimentada pelo colonialismo não tinha podido ser substituída por um sentimento de unidade nacional, e em aliança com as multinacionais, oligarcas e altos funcionários enriqueciam especulando com a fome do povo.

A 13 de Abril de 1974, um Comando Militar Supremo, encabeçado pelo tenente-coronel Seyni Kuntché tomou o poder, disposto a mudar esta situação. Os jovens militares tinham compreendido que não bastava repartir alimentos, mas que era necessário reorganizar a sociedade nómada e campesina.

Nos seus primeiros actos, o novo governo fixou os preços para os produtos agrícolas, aumentou os salários, travou o nepotismo, orientou os investimentos, e começou a planificar os serviços educativos e sanitários. A prioridade está na agricultura. Implementam-se ambiciosos programas de utilização de águas subterrâneas, e começa-se a reformar a estrutura da propriedade, insistindo em formas cooperativas de produção. Paralelamente, a população nómada é incorporada em planos de "educação para o trabalho".

A nível político, a juventude está organizada em *samarías*, forma tradicional de agrupamento social que, transformada, serviu ao governo para consolidação.

dar uma base política de que carecia. Naturalmente, o processo não está livre de contradições. Assim, por exemplo, Dijibo Bakaré, que havia regressado do exílio para oferecer ao governo nacionalista o seu apoio, foi expulso pouco depois com inverosímeis acusações de estar a conspirar em aliança com as forças direitistas.

O certo é que os interesses afectados pelas reformas nunca deixaram de conspirar contra Kuntché, que já sobreviveu a vários atentados, especialmente após ter decretado o controlo estatal sobre a produção e a comercialização do urânio, mineral de que o país é o quarto produtor mundial.

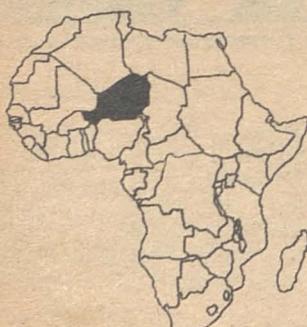
Juntamente com a descoberta de jazigos de fosfatos na região ocidental e petróleo na oriental, estes recursos naturais, e os projectos de conquistar novas terras agrícolas através da irrigação, podem alicerçar as bases da superação das dificuldades económicas.

O objectivo não é o simples crescimento mas, como explica Kuntché, "conscientes de que nenhum projecto de desenvolvimento pode prescindir da promoção do homem, queremos libertar o nosso povo da calamidade da doença, da subnutrição e do analfabetismo". A religião islâmica é promovida como elemento de união superior à diversidade étnica e serve, além disso, para estreitar laços com os países árabes progressistas vizinhos, com quem tem sido estabelecidos vínculos de cooperação.

REPÚBLICA DO NÍGER

Governo: Tenente-coronel Seyni Kountché, presidente. **Capital:** Niamey (125 000 habitantes em 1977). **Superfície:** 1 267 000 km². **População:** 4 860 000 habitantes em 1977 (95 por cento rural). **Moeda:** franco CFA. **Idioma oficial:** francês. **Festa Nacional:** 318 (Independência, 1960). **Religião:** muçulmana e animista, élite cristã. **PNB per capita:** 100 dólares anuais. **Educação:** 400 000 estudantes em 1976. **Saúde:** um médico para 50 mil habitantes.

O Níger é membro pleno da ONU, OUA, CEDFAO (Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental) e do Movimento dos Não-Alinhados.



nigéria

Berço de grandes e prósperas civilizações africanas, como o império islâmico de Bornu, os Estados Houssas e os sete Reinos Yorubas, a Nigéria foi uma das regiões que mais sofreu sob a dominação colonial e neocolonial: 35 milhões de homens foram arrancados das suas costas e selvas nos séculos XVII e XVIII, para serem vendidos na América como escravos. Metade deles morreram na travessia.

Abolida a escravatura — não por razões humanitárias, mas por conveniência da nascente industrialização britânica —, o império inglês dedicou-se a explorar o estanho e as múltiplas riquezas agrícolas e florestais da região, unificando, em 1914, duzentas étnias sob uma só administração. A Nigéria assim criada, carecia de unidade nacional. O próprio nome foi uma invenção dos colonizadores, que agruparam num Estado artificial o norte, muçulmano e feudal, o próspero oeste yoruba, e oeste povoado pela étnia ibo.

Os britânicos desenvolveram, como noutras colónias, o seu modelo de administração indireta, baseando-se nos emires muçulmanos do norte como intermediários, o que deu preponderância política a esta zona de população haussa e peule. A independência, em 1960, deu o poder ao *Northern People's Congress* (partido do norte), em coligação com o *National Council of Nigerian Citizens*

(de extração ibo). Mas a estrutura federal (quatro Estados) e o parlamentarismo de duas câmaras decalado do modelo britânico, ajustavam-se pouco às condições locais. Os governantes regionais tinham mais poder que o próprio presidente, Nnamdi Azikiwe. Os partidos progressistas foram afastados por sucessivas fraudes eleitorais, e os caciques perderam a visão nacional, alimentando o chauvinismo étnico.

O exército, única instituição verdadeiramente nacional, decide intervir e derruba, em Janeiro de 1966, Sir Abubakar Tawafa Balewa do poder. A liderança do movimento, originalmente progressista, é usurpada pelo general Ironsi, que tenta estabelecer um governo unitário centralizado, predominantemente ibo. Num rápido contragolpe, o general Yakubu Gowon derruba-o e restabelece o federalismo, na altura em que se começa a descobrir petróleo no leste do país.

Na intenção de se adiantar às multinacionais anglo-norte-americanas, a *Elf-Aquitaine* francesa estimula o separatismo dos ibos, e em Maio de 1967, a região cinde-se com o nome de "República Independente do Biafra". Após três anos de cruel guerra civil, o Biafra é reincorporado na federação. Gowon aplica uma política de "nem vencedores nem vencidos" e amnistia os secessionistas. A exploração do petróleo converte



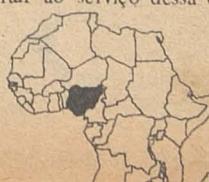
rapidamente a Nigéria no oitavo produtor mundial e permite um acelerado crescimento económico.

Contudo, a "nigerianização" da economia e a expropriação de 55 por cento das transnacionais, decretadas por Gowon, não alteraram as condições de vida das maiorias, servindo só para criar um empresariado local, cujas riquezas se forjaram graças à corrupção.

Por se ter tornado "insensível aos sentimentos e necessidades do povo", Gowon foi derrubado em Janeiro de 1975. O seu sucessor, o general Murtala Mohammed, estimulou a unificação dos trabalhadores numa central única, e ordenou o encerramento das instalações militares e de espionagem norte-americanas. Em Fevereiro de 1976 foi assassinado, mas a intenção golpista não conseguiu afastar do poder o Conselho Militar Supremo, que nomeou como sucessor o general Olusegun Obasanjo.

Marcando a continuidade da linha nacionalista, o governo de Obasanjo promulgou a reforma constitucional elaborada pelo seu predecessor, e prometeu o próximo regresso a um governo civil. Esforça-se, além disso, para alcançar a auto-suficiência alimentar, com o duplo objectivo de melhorar o nível de vida da massa camponesa, deter o êxodo desenfreado para as cidades, a criar riquezas duradouras, face ao inevitável esgotamento futuro do petróleo.

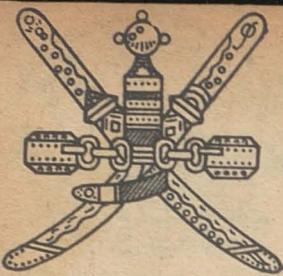
No plano externo, à Nigéria mantém uma política de não-alinhamento e firme combate ao racismo enquistado no sul do continente, pondo o seu enorme potencial económico e militar ao serviço dessa causa.



FEDERAÇÃO DA NIGÉRIA

Governo: Olusegun Obasanjo, general, presidente; a 11/10/1979 sucedê-lo-á um presidente civil, Alhaji Shehu Shagari. **Capital:** Lagos (1 500 000 habitantes). **Superfície:** 923 773 km². **População:** 66 600 000 habitantes em 1977, 84 por cento rural. **Moeda:** naira. **Idioma oficial:** inglês; mas falam-se umas 300 línguas e dialectos africanos. **Festa Nacional:** 1/10 (Independência, 1960). **Religião:** islâmica, animista e cristã. **PNB per capita:** 390 dólares anuais. **Educação:** 6 milhões de estudantes em todos os níveis em 1975; analfabetismo de 80 por cento. **Saúde:** um médico para 15 000 habitantes.

A Nigéria é membro pleno da ONU, OUA, Comunidade Britânica, OPEP, CEDAO e Movimento dos Países Não-Alinhados.



oman

Dominando a saída do Golfo Arábico para o Oceano Índico, Oman ocupa uma posição estratégica que condicionou toda a sua história. No séc. VII o Islão chega à região, introduzido por comerciantes provenientes do Iémen. Desde do ano 657 que um cisma religioso separa os habitantes de Oman do resto dos muçulmanos, e a dinastia "ibadista", fundada por Abdallah ben Ibad em fins do séc. VII, teve de resistir a doze tentativas de invasão nos seus primeiros dois séculos de existência.

No séc. XII, Oman é submetido pelo Império Persa, e em 1506, os portugueses instalam-se em Mascate e arrasam as cidades do interior. A resistência antiportuguesa iniciada pelo imã Nassir Ben Murchid é culminada com êxito em 1650 pelo seu primo e sucessor, Sultão Ben Saif. Com os barcos capturados aos colonialistas, Ben Saif organiza expedições até à Índia e a África Oriental, extendendo até Zanzibar um domínio que durou até à revolução nacionalista de 1964, que unificou a ilha com a Tanzânia.

A decadência omaní começou no séc. XVIII, com raízes nas pugnas internas pela sucessão, numa nova invasão persa em 1737 e nos embates do colonialismo britânico que, em

1798, acabou por impor ao Sultão um tratado de "proteção". O país ficou dividido no Sultanato de Mascate e no Imanato de Oman. Ainda que este último tenha conservado nominalmente a sua independência, as tropas inglesas retiveram sempre o poder teal.

Extremamente pobre, com menos de um por cento das terras aptas para a agricultura e artificialmente dividido pelo colonialismo, Oman sofreu ainda entre 1932 e 1970 o despótico reinado do Sultão Said Ben Taimur, que se opunha fanaticamente a toda a "influência estrangeira", incluindo a educação e a assistência médica. Contudo, isso não o impediu de conceder à *Royal Dutch/Shell* o controlo sobre a totalidade dos jazigos petrolíferos do país.

O imã Ghaleb Ben Ali, eleito em 1954, opôs-se a esta medida, proclamou a independência, e exigiu a filiação à Liga Árabe. O movimento nacionalista foi sufocado em 1955 pelas tropas britânicas, que invadiram o imanato e unificaram o país (sob a sua dominação e da de Taimur) com o nome de Sultanato Unido de Mascate e Oman. Desde então um movimento de libertação combate tenazmente, particularmente na província sulista de Dhofar, vizinha do Yémen do sul revolucionário.

Coincidindo com a retirada britânica do Golfo, nos fins da década de 60, Taimur foi derrubado, em 1970, pelo seu filho Qabus. Aqueles que espe-

ravam do jovem monarca, educado em Oxford, uma transformação modernizadora, verificaram rapidamente que só se tratava de substituir o domínio inglês pelo dos Estados Unidos, que passara de exportador a importador de petróleo, e começava a interessar-se activamente pela área.

A produção de petróleo omaní está em rápido ascenso. Além disso, começam a explorar-se — por parte de firmas multinacionais — jazigos de cobre que parecem ser muito ricos.

Com assistência norte-americana, Qabus montou um exército mercenário e, quando este foi insuficiente para combater a Frente Popular de Libertação do Golfo, estabeleceu um acordo com o xá Reza Pahlevi para a intervenção de tropas iranianas no conflito.

A guerrilha teve de recuar perante a superioridade bélica desta nova intervenção persa, pois as tropas iranianas permaneceram no país, exercendo um virtual protectorado sobre o regime de Qabus e controlando o estratégico esteito de Hormuz. Isto causou preocupação nas monarquias árabes vizinhas, particularmente a saudita, que compartilhavam com o xá o temor das vitórias revolucionárias. Mas, por sua vez, receavam o expansionismo do monarca iraniano.

A queda de Reza Pahlevi não só significou uma vitória da insurreição popular no Irão, mas também terá repercuções imediatas.

SULTANATO DE OMAN

Governo: Sayid Qabus Said, sultão. **Capital:** Mascate (80 000 habitantes). **Superfície:** 212 457 km². **População:** 766 000 habitantes (1975). **Moeda:** rial. **Idioma:** árabe. **Festa Nacional:** 19/11 (aniversário do sultão). **Religião:** islâmica. **PNB per capita:** 2000 dólares anuais. **Educação:** 50 mil estudantes em todos os níveis, mais de 80 por cento de analfabetismo. **Saúde:** um médico para 25 000 habitantes em 1974.

O OMAN é membro pleno da ONU e da Liga Árabe. Não é membro da OPEP, embora o petróleo seja a sua principal riqueza.



palestina

Segundo as fronteiras traçadas pela Sociedade das Nações no Médio Oriente, ao repartir os despojos do Império Otomano, a Palestina é o Estado árabe limitado pelo Líbano, Síria, o Rio Jordão, o Mar Morto e a fronteira egípcia do Sinai. Em 1920 foi colocada sob a tutela jurídica da Grã-Bretanha. Até 1944, todos os restantes países árabes da área (Iraque, Transjordânia, Líbano e Síria) tornaram-se independentes. Mas Londres postergou deliberadamente a autodeterminação da Palestina, em consequência da promessa feita em 1917 pelo primeiro-ministro britânico Arthur J. Balfour de que nesse território se instalaria um "Lar Nacional para os Judeus".

Em 1880 chegaram à Palestina os primeiros imigrantes judeus da Europa Oriental, cerca de 20 000 vítimas dos *pogroms* (perseguições aos judeus) da Rússia, Hungria e Roménia, que se instalaram em colónias agrícolas, coexistindo em paz com os camponeses palestinianos.

Entretanto na Europa, intelectuais judeus fanatizados pela discriminação que sofriam, crêm encontrar uma solução aos seus problemas no *sionismo*, ideologia que recusa a assimilação e propicia um "retorno" à Terra Prometida ou a criação de um "lar nacional" noutra parte (consideraram-se, entre outras, Madagascar e Nicarágua).

Em 1971 havia 57 000 judeus na Palestina, três por cen-

to da população total. Em 1919, a Agência Judia organizou uma imigração maciça de todas as partes do Mundo, e em 1936, o número de judeus ultrapassava os 300 000. Para expulsar os palestinianos das suas terras, começam a actuar organizações terroristas, como a célebre *Irgún*, responsável pelo massacre de 254 palestinianos na pacífica aldeia de Deir Yassin, em 1948. O principal dirigente dessa organização foi o actual primeiro-ministro israelita, Menahem Begin.

O terrorismo intensificou-se nos meses seguintes ao termo da Segunda Guerra Mundial e ainda que supostamente anti-britânico, o sionismo contou na realidade com o apoio das potências capitalistas, que vislumbravam a possibilidade de introduzir uma cunha geopolítica numa área potencialmente hostil. Acrescentando a isto o horror causado na opinião pública mundial pelas atrocidades antijudeus cometidas pelo nazi-fascismo, comprehende-se o ambiente que predominou na ONU quando esta votou, em 1947, a partilha da Palestina em dois Estados independentes, um árabe (11 000 quilómetros quadrados) e um judeu (14 000 quilómetros quadrados), ficando Jerusalém sob autoridade internacional.

Em 1951, Israel ocupou a Cidade Santa de Jerusalém, proclamando-a capital. Em 1956 participou juntamente com a França e a Grã-Bretanha na agressão ao Egito, por



motivo da nacionalização do Canal do Suez, e em 1967, Israel reiniciou a guerra, ocupando o Sinai, a Cisjordânia e o Golã. Uma nova guerra em 1973 terminou com a vitória das tropas árabes, retirada parcial de Israel do Canal do Suez e, mais importante ainda, preludiou um crescente isolamento diplomático do Estado judeu.

A criação da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), em 1970, contribuiu decisivamente para este triunfo, ao unificar os diferentes grupos e obter o reconhecimento e solidariedade internacionais.

A partir de 1973, Washington muda de tática, procurando agora dividir os árabes. Isso conseguiu-se em parte, quando o presidente egípcio Anwar Sadat assinou os chamados "Acordos de Camp David", em 1978, que preparam um Tratado de Paz separado entre o Egito e Israel, concluído em 1979.



PALESTINA

Capital: Jerusalém é a capital histórica e religiosa; anexada por Israel em 1967, num acto considerado "não válido" pelas Nações Unidas. **Superfície:** 26 957 km², dentro das fronteiras históricas antes de 1947. **População:** os palestinianos são cerca de 3 500 000 pessoas (500 000 no território de Israel limitado pelas fronteiras de antes de 1967; 400 000 em Gaza; 700 000 na Cisjordânia; 800 000 na Transjordânia; 250 000 no Líbano; 180 000 na Síria; cerca de 200 000 nos emirados do Golfo; 20 000 no Iraque e uns 500 mil mais no resto do Mundo. A população judia do Estado de Israel é de três milhões.

Now we speak three
languages!

First

Then



cuadernos del
**tercer
mundo 28**



And now,
beginning May 1979,
our English edition

third world

third
world

SUBSCRIPTION FORM Special Introductory Offer

Send me _____ issues of Third World. Enclosed is a cheque for US\$ _____
addressed to Periodistas del Tercer Mundo, Apartado Postal 20-572,
México 20, D.F., Mexico City.

Name _____
Address _____

Rates (including air mail):
 10 issues: US\$ 22.00 5 issues: US\$ 12.00 single issue: US\$ 2.50

third world is part of a
large-scale project which
aims to:

- provide alternative
information
- contribute to increase
knowledge on the realities
and experiences of the
Third World
- promote the conscientization
of the Third World people
on the causes of
underdevelopment and
means to overcome it

s vozes da imprensa alternativa

PRISMA

latinoamericano

7/79

NO. ALINEADOS

Contra el intercambio desigual

ESPECIAL

Militarismo atlántico

CIENCIA

Fisura en el desarrollo

ECUADOR

Ante una dura prueba

23 AÑOS DESPUES

Fidel en México

PAÍS	EDICION	PERIODICO	SALIDA	100
COLOMBIA	COL 17-20	EL P. DOM.	BO	5.025
COLOMBIA	COL 18-20	VENZUELA	BO	1.000
COLOMBIA	COL 19-20	ANTIOQUIA	BO	250
MEXICO	Mex 3-15	ESPANA	PE	80
PANAMA	Pan 10-15	PORTUGAL	PE	50

A REVISTA MENSAL DE INFORMAÇÃO
LATINOAMERICANA E MUNDIAL EDI-
TADA POR PRENSA LATINA SOB UM
PRISMA DIFERENTE, QUE COMPLETARÁ
EXTRAORDINARIAMENTE AS SUAS
FONTES DE INFORMAÇÃO.

NICARÁGUA

Did

